

X
15/06/07

17 VAL

Vera Cristina Gomes da Silva Pontes

**LEITURA
INTERNA**

TEONO / 2356
Nº 53492



**A COMPONENTE AMBIENTAL NA
SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL
Estudo de Casos em Portugal**



Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2007

Vera Cristina Gomes da Silva Pontes

**LEITURA
INTERNA**



**A COMPONENTE AMBIENTAL NA
SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL
Estudo de Casos em Portugal**



Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2007

Vera Cristina Gomes da Silva Pontes



**A COMPONENTE AMBIENTAL NA
SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL
Estudo de Casos em Portugal**

Monografia apresentada à Universidade
Fernando Pessoa como parte dos requisitos
para obtenção do grau de licenciado
em Engenharia do Ambiente.

Vera Cristina Gomes da Silva Pontes

Vera Cristina Gomes da Silva Pontes

SUMÁRIO

A temática da Responsabilidade Social Empresarial está estritamente associada ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que as empresas têm que integrar, nas suas operações, o impacte das vertentes económica, social e ambiental.

Comunicar a Sustentabilidade Empresarial ainda é um acto voluntário, mas a realidade tende a alterar-se com a introdução da obrigatoriedade de publicar informação relativa a esta vertente, como já acontece em alguns países. A necessidade de comunicar este tipo de informação não é, apenas, uma resposta às crescentes exigências, nomeadamente no que respeita à transparência do desempenho e actividades das empresas, mas representa, também, o futuro enquadramento da gestão empresarial.

A comunicação do Desenvolvimento Sustentável das empresas pode ser feita através dos Relatórios de Sustentabilidade, que medem, divulgam e prestam contas, às partes interessadas, do desempenho da actividade da empresa, com vista ao Desenvolvimento Sustentável, nas suas vertentes económica, social e ambiental.

Neste enquadramento, este trabalho teve por objectivo analisar a importância dada pelas empresas portuguesas à Componente Ambiental na sua estratégia de Sustentabilidade. Para isso foram analisados Relatórios de Sustentabilidade de 13 empresas portuguesas de vários sectores de actividade, tendo o estudo incidido na identificação das principais acções e indicadores de desempenho ambiental, descritos nos Relatórios analisados.

Como conclusão principal, salienta-se que a Componente Ambiental é relevante na gestão da Sustentabilidade Empresarial, e que, apesar deste tema ser cada vez mais actual, é fundamental continuar a sensibilizar e motivar as empresas, para que comuniquem o seu desenvolvimento rumo à Sustentabilidade.

AGRADECIMENTOS

Depois do longo percurso académico, que culmina com a entrega e defesa da monografia, não poderia deixar de agradecer a todos os que contribuíram e me apoiaram a atingir esta meta.

Em primeiro lugar agradeço à Universidade Fernando Pessoa, nomeadamente a todos os Professores que me acompanharam e auxiliaram ao longo desta caminhada, e sem os quais não seria possível aqui chegar.

Quero agradecer de forma especial à Professora Ana Fonseca, pela disponibilidade, acompanhamento e participação que sempre demonstrou ao longo do curso e em especial na elaboração da monografia. A sua ajuda foi indispensável para terminar esta etapa.

Não posso deixar também de referir e agradecer aos meus colegas, alguns dos quais se tornaram amigos e os quais nunca esquecerei. Um especial obrigada aos que me acompanharam nestes últimos anos de curso: Edite, Joana, Maurício, e Pedro.

Por fim, e como os últimos são sempre os primeiros, agradeço aos meus pais e à minha irmã, por todo o apoio, esforço, dedicação, coragem e força que sempre me deram para que pudesse atingir os meus objectivos e terminar a minha licenciatura.

Não posso também deixar de agradecer ao Pedro Soares, o meu namorado, por todo o apoio e incentivo, e cujo papel foi muito importante nesta etapa final.

A todos, MUITO OBRIGADA.

ÍNDICES

ÍNDICE DE GRÁFICOS	ix
ÍNDICE DE TABELAS	x
INTRODUÇÃO	1
I. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	4
I.1. COMUNICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	5
I.2. RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE	6
II. ANÁLISE DE ESTUDOS PUBLICADOS	9
III. ANÁLISE DA COMPONENTE AMBIENTAL EM RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DE EMPRESAS PORTUGUESAS	17
III.1. ÁGUAS DO CAVADO S.A.	17
III.2. ÁGUAS DO DOURO E PAIVA S.A.	20
III.3. AMORIM IMOBILIÁRIA	23
III.4. BANCO ESPIRITO SANTO (BES)	25
III.5. BRISA AUTO – ESTRADAS DE PORTUGAL	27
III.6. EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.	31
III.7. LIPOR	36
III.8. MILLENNIUM bcp	41
III.9. GRUPO PORTUGAL TELECOM (PT)	43
III.10. REDE ELECTRICA NACIONAL S.A. – REN	47
III.11. SANTANDER TOTTA	50
III.12. UNICER – BEBIDAS DE PORTUGAL, SGPS, SA.	53
III.13. VALORSUL	57
IV. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS	60
IV.1. DADOS GERAIS DAS EMPRESAS	60
IV.2. COMPONENTE AMBIENTAL DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE	64

CONCLUSÃO **74**

BIBLIOGRAFIA **77**

ANEXOS

ANEXO A. TABELAS RESUMO DAS DIRECTRIZES DO GRI

ANEXO B. TABELAS RESUMO DA COMPONENTE AMBIENTAL DOS RS

ANEXO C. TABELAS RESUMO DAS ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO DOS RS

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. PUBLICAÇÃO MUNDIAL DE RS _____	11
GRÁFICO 2. PUBLICAÇÃO DE RS POR ÁREA GEOGRÁFICA _____	12
GRÁFICO 3. SECTORES DE ACTIVIDADE QUE MAIS PUBLICAM RS _____	16
GRÁFICO 4. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE RS PUBLICADOS POR EMPRESAS PORTUGUESAS NO SITE DO BCSD PORTUGAL _____	60
GRÁFICO 5. SECTOR DE ACTIVIDADE DAS EMPRESAS QUE REPRESENTAM A AMOSTRA DESTE ESTUDO _____	61
GRÁFICO 6. INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS _____	62
GRÁFICO 7. NÚMERO DE RELATÓRIOS PUBLICADOS _____	62
GRÁFICO 8. ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS SEGUNDO AS DIRECTRIZES GRI _____	62
GRÁFICO 9. VERIFICAÇÃO POR ENTIDADES EXTERNAS _____	63
GRÁFICO 10. CERTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS DE ACORDO COM AS NORMAS ISO 9001, ISO 14001 E OSHAS 18001 _____	63
GRÁFICO 11. PARTES INTERESSADAS MAIS MENCIONADAS PELAS EMPRESAS _____	64
GRÁFICO 12. INDICADORES E ACÇÕES REFERIDOS PELAS EMPRESAS NOS RS, DE ACORDO COM OS ASPECTOS DO GRI _____	66
GRÁFICO 13. INDICADORES E ACÇÕES RELATIVOS AO ASPECTO DO GRI: EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS _____	66
GRÁFICO 14. INDICADORES E ACÇÕES RELATIVOS AO ASPECTO DO GRI: GERAL _____	67
GRÁFICO 15. ACÇÕES AMBIENTAIS POR SECTOR DE ACTIVIDADE, COM BASE NOS ASPECTOS DO GRI _____	68
GRÁFICO 16. ACÇÕES PREVENTIVAS E NÃO PREVENTIVAS COM BASE NOS ASPECTOS DO GRI _____	70
GRÁFICO 17. ACÇÕES PREVENTIVAS E NÃO PREVENTIVAS POR SECTOR DE ACTIVIDADE _____	70
GRÁFICO 18. ACÇÕES PREVENTIVAS POR SECTOR DE ACTIVIDADE, COM BASE NOS ASPECTOS GRI _____	72
GRÁFICO 19. ACÇÕES NÃO PREVENTIVAS POR SECTOR DE ACTIVIDADE, COM BASE NOS ASPECTOS GRI _____	73

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1. INDICADORES E ACÇÕES AMBIENTAIS DA ÁGUAS DO CAVADO	18
TABELA 2. INDICADORES E ACÇÕES AMBIENTAIS DA ÁGUAS DO DOURO E PAIVA S.A.	21
TABELA 3. INDICADORES E ACÇÕES AMBIENTAIS DA AMORIM IMOBILIÁRIA	23
TABELA 4. INDICADORES E ACÇÕES AMBIENTAIS DO BES	26
TABELA 5. INDICADORES E ACÇÕES AMBIENTAIS DA BRISA	29
TABELA 6. INDICADORES E ACÇÕES AMBIENTAIS DA EDP	32
TABELA 7. INDICADORES E ACÇÕES AMBIENTAIS DA LIPOR	37
TABELA 8. INDICADORES E ACÇÕES AMBIENTAIS MILLENNIUM bcp	41
TABELA 9. INDICADORES E ACÇÕES AMBIENTAIS DA PT	44
TABELA 10. INDICADORES E ACÇÕES AMBIENTAIS DA REN	47
TABELA 11. INDICADORES E ACÇÕES AMBIENTAIS DO SANTANDER TOTTA	51
TABELA 12. INDICADORES E ACÇÕES AMBIENTAIS DA UNICER	54
TABELA 13. INDICADORES E ACÇÕES AMBIENTAIS DA VALORSUL	57

INTRODUÇÃO

A Comissão das Comunidades Europeias apresentou, em Julho de 2001, um Livro Verde intitulado *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, onde define Responsabilidade Social das Empresas como “(...) a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interacção com outras partes interessadas¹” (Comissão das Comunidades Europeias, 2001-A, p.7).

Uma empresa socialmente responsável está melhor preparada face aos riscos que corre com a sua reputação e performance. A reputação e a confiança que o público deposita na empresa abrem novas oportunidades de desenvolvimento e aumentam a motivação e a fidelidade do conjunto dos seus públicos, além de aumentar a performance económica e financeira. As práticas socialmente responsáveis também se podem traduzir em benefícios económicos, nomeadamente as que se relacionam com a gestão dos recursos naturais explorados no processo de produção. O impacto ambiental pode ser minimizado através de uma redução da exploração dos recursos, das emissões poluentes ou da produção de resíduos, bem como, na redução da factura energética, da eliminação de resíduos e dos custos de matéria-prima e despoluição (Comissão das Comunidades Europeias, 2001-A; Sair da Casca Home Page;).

O envolvimento financeiro das empresas, em matéria de Responsabilidade Social e de Desenvolvimento Sustentável, começou a ganhar importância, nos últimos anos, em especial nos mercados internacionais, estando praticamente comprovado que um bom desempenho ambiental e social se traduz num bom desempenho global. É disso exemplo o *Dow Jones Sustainability Index*, lançado em 1999, e que visa identificar o desempenho de empresas, a nível mundial, com um papel importante no processo da Sustentabilidade. Outro exemplo é o *FTSE4Good Index*, criado, em 2001, pelo Grupo do *Financial Times*, e que procura medir o desempenho nas questões da Responsabilidade Social, nas áreas das empresas em que investem (Comissão das Comunidades Europeias, 2001-A; Gago *et al.*, 2005; Rego *et al.*, 2003; WBCSD, 2002).

A comunicação do Desenvolvimento Sustentável é uma excelente forma das empresas divulgarem abertamente os seus valores, objectivos, princípios e

¹ “Partes Interessadas” ou *Stakeholders* são definidos como “as organizações ou indivíduos que podem ser significativamente afectados pelas actividades, produtos e/ou serviços da organização relatora e cujas acções possam significativamente afectar a capacidade dessa organização de implementar as suas estratégias e atingir os seus objectivos com sucesso” (GRI, 2006, p. 2).

desempenho, tornando-se assim mais fácil construir uma relação de confiança entre a empresa e as partes interessadas (WBCSD, 2002).

Um dos meios que as organizações dispõem para divulgar, junto dos *stakeholders*, o seu desempenho socialmente responsável, é através da publicação de Relatórios de Sustentabilidade, muitas das vezes independentemente do Relatório de Contas (KPMG, 2007). De acordo com o *Global Reporting Initiative* (GRI), a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade pode ser definida como “(...) a prática de medir, divulgar e prestar contas aos *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional, visando o desenvolvimento sustentável” (GRI, 2006, p. 3).

Os Relatórios de Sustentabilidade são considerados sinónimo de outros Relatórios, cujo objectivo é descrever os impactes económicos, ambientais e sociais (*Tripple Bottom Line*) de uma organização, como o Relatório de Responsabilidade Social Empresarial, o Balanço Social, etc. Este tipo de documento deve fornecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho sustentável da organização (GRI, 2006).

Apesar do número crescente de empresas que publicam informação relativa à Sustentabilidade, é necessário um consenso mais alargado sobre o tipo de informação a revelar, o formato dos Relatórios, os indicadores a utilizar e a fiabilidade dos procedimentos de avaliação e auditoria. Estes factores são fundamentais, para permitir uma comparação e uma comunicação mais eficaz dos resultados das empresas em sectores particulares e empresas de dimensões idênticas.

As orientações desenvolvidas pelo GRI são um bom exemplo de um conjunto de orientações para o processo de divulgação de informações, que poderão servir de base a um consenso (Comissão das Comunidades Europeias, 2002).

A organização *Social Accountability Internacional* (SAI), fundada em 1996, desenvolveu e implementou a norma internacional SA 8000, que especifica requisitos de Responsabilidade Social e que permite a verificação por uma terceira parte. Esta norma possibilita às empresas desenvolver, manter e executar políticas e procedimentos, com o objectivo de gerir os temas que pode controlar ou influenciar, demonstrando às partes interessadas que as políticas, procedimentos e práticas estão em conformidade com os requisitos por ela estabelecidos. Entre os requisitos de Responsabilidade Social, abrangidos pela SA 8000, estão o trabalho infantil, o trabalho forçado, a saúde e segurança, a liberdade de associação e direito à negociação colectiva, a discriminação, as práticas disciplinares, o horário de trabalho, a

remuneração e os sistemas de gestão. Estabelecendo padrões que governam os direitos dos trabalhadores, a SA 8000 adopta acordos internacionais existentes, incluindo as Convenções Internacionais do Trabalho, Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Gago *et al.*, 2005; Rego *et al.*, 2003; SAI, 2001).

O ISEA (*The Institute of Social and Ethical Accountability*, ou *AccountAbility*), fundado no Reino Unido, em 1995, dedica-se à promoção da transparência e credibilidade na estratégia e programas de Desenvolvimento Sustentável, mediante a aplicação da série das normas AA 1000.

Além destas normas, estão já em curso estudos e debates, para que uma nova norma mundial, chamada ISO 26000, seja aprovada em 2008. Esta norma irá corresponder a uma certificação de linhas de conduta, descrevendo os métodos de gestão da Responsabilidade Social (Gago *et al.*, 2005).

No âmbito deste tema, este trabalho teve por objectivo analisar a importância dada pelas empresas portuguesas à Componente Ambiental na sua estratégia de Sustentabilidade, assim como avaliar o estado da comunicação do Desenvolvimento Sustentável em Portugal. O estudo consistiu na análise dos Relatórios de Sustentabilidade de 2005, publicados à data de 30 de Outubro de 2006, no *site* da Internet do Concelho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, e escritos em português. A amostra representa 13 empresas portuguesas de vários sectores de actividade.

Esta monografia encontra-se dividida em quatro capítulos, em que no primeiro é feita uma abordagem geral ao tema da Sustentabilidade Empresarial, e à forma de divulgação das políticas de Sustentabilidade por parte das empresas, através dos Relatórios de Sustentabilidade. No segundo capítulo é feita referência a outros estudos publicados, que tratam o tema em questão, e no terceiro capítulo são analisados os Relatórios de Sustentabilidade da amostra que representa este trabalho, onde se fez um breve resumo do que estes descrevem sobre a empresa e a sua actividade. É ainda feita uma identificação das principais acções e indicadores de desempenho ambiental, descritos nos Relatórios analisados. Segue-se o capítulo de análise das informações, de forma a melhor entender os resultados obtidos, e finalmente as conclusões retiradas do trabalho.

I. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O conceito de Desenvolvimento Sustentável surgiu pela primeira vez em 1972, com a publicação do relatório de Meadows e é em 1987, na Comissão de Brundtland, que surge a sua primeira definição “(...) desenvolvimento que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de satisfazer essas mesmas necessidades às gerações futuras” (United Nations, 1987, p. 54).

Na Agenda 21, o plano de Sustentabilidade para o século XXI, adoptado na Cimeira do Rio de Janeiro em 1992, fixou os três pilares do Desenvolvimento Sustentável, também conhecidas pela expressão *Triple Bottom Line* ou ainda pelos 3 P's – *People, Planet, Profit* (Gago *et al.*, 2005; Sair da Casca Home Page; Santos *et al.*, 2005):

- A dimensão ambiental,
- A dimensão económica, e
- A dimensão social.

A **dimensão ambiental** relaciona-se com o impacte dos processos, dos produtos e dos serviços no ar, água, solo, biodiversidade, saúde humana, etc. Uma empresa socialmente responsável assume a responsabilidade pelos impactes ambientais, divulgando o esforço contínuo e persistente em minimizá-los, e atribui grande prioridade à redução continua da produção de resíduos, emissão de poluentes gasosos, efluentes líquidos, assim como às iniciativas para otimizar a gestão de energia e o consumo de água.

A **dimensão económica** aborda aspectos como a rentabilidade, os salários e benefícios, a utilização de recursos, a produtividade laboral, a criação de emprego, as despesas relacionadas com subcontratação e o capital humano, etc. Esta dimensão está relacionada com os impactes das organizações sobre as condições económicas das suas partes interessadas e sobre o sistema económico a todos os níveis.

A **dimensão social** aborda aspectos como a saúde e segurança no local de trabalho, as relações com as comunidades envolventes, a retenção de colaboradores, as práticas laborais, a ética empresarial, os direitos humanos, as condições de trabalho, etc. A performance social das empresas é abordada por meio da análise do impacte da organização sobre as suas partes interessadas a nível local, nacional e global. Uma empresa socialmente responsável faz compromissos, para respeitar o equilíbrio entre o trabalho e a

vida privada dos colaboradores, favorece o desenvolvimento pessoal através da formação, entre outras acções. Em relação aos fornecedores, a empresa tem de lutar contra determinadas práticas, como o trabalho infantil, o trabalho forçado, podendo também desenvolver uma política de comércio justo, que garanta rendimentos regulares aos fornecedores. As medidas contra a corrupção também fazem parte das práticas que as empresas têm de implementar (Sair da Casca Home Page; Santos *et al.*, 2005; WBCSD, 2002).

Comunicar o Desenvolvimento Sustentável é uma forma das empresas divulgarem abertamente os seus valores, objectivos, princípios e desempenho, o que permite atenuar o risco, proteger a imagem corporativa e assegurar uma posição competitiva, tornando-se assim mais fácil construir uma relação de confiança entre a empresa e as partes interessadas (WBCSD, 2002).

I.1. COMUNICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A necessidade de comunicar o Desenvolvimento Sustentável não é, apenas, uma resposta às crescentes exigências, que pressionam as empresas a serem transparentes sobre o seu desempenho e actividades, mas representa também o futuro enquadramento da gestão empresarial (WBCSD, 2002).

Apesar da comunicação ser um acto voluntário, a realidade tende a alterar-se com a introdução da obrigatoriedade de publicar informação relativa a esta vertente, como já acontece na França, Alemanha e Países Nórdicos (WBCSD, 2002; WBCSD, 2007). De acordo com a comunicação da Comissão das Comunidades Europeias, sobre uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável, todas as empresas cotadas na Bolsa, com pelo menos 500 colaboradores, serão incentivadas a comunicar o seu desempenho, segundo os três pilares do Desenvolvimento Sustentável, nos seus Relatórios anuais (Comissão das Comunidades Europeias, 2001-B).

A variedade de partes interessadas representa um desafio para as empresas, uma vez que todas têm necessidades específicas de informação, que os Relatórios devem satisfazer. Esses grupos vão desde os accionistas e colaboradores, a clientes, fornecedores, ONG's, mercados de capitais, analistas financeiros, agências governamentais, comunidades locais, entre outros (WBCSD, 2002). De entre todos os *stakeholders*, grande parte das empresas elege o sector financeiro como sendo muito importante para o seu esforço de comunicação. A informação sobre os riscos e oportunidades, associada à Responsabilidade Social e ao impacte ambiental, pode ser

utilizada no apoio a decisões sobre investimentos, sendo disso exemplo alguns índices bolsistas que começam a surgir como o *Dow Jones Sustainability Index*, e o *FTSE4Good Index*, entre outros (Comissão das Comunidades Europeias, 2001-A; Gago *et al.*, 2005; Rego *et al.*, 2003; WBCSD, 2002).

No entanto, a comunicação do Desenvolvimento Sustentável tem alguns factores desfavoráveis, como o custo *versus* benefício, os sistemas *versus* Relatórios, e a transparência *versus* implicações legais. As empresas podem envolver-se em custos significativos, tanto em termos de recursos humanos como financeiros, para produzir um Relatório sobre o Desenvolvimento Sustentável, além de ser necessário muito tempo para criar sistemas de recolha de dados. É, ainda, de salientar o facto de algumas empresas recearem ser transparentes, hesitando sobre a utilização que pode ser dada à sua informação, demonstrando-se relutantes em publicar a sua adesão a códigos de conduta que, no futuro, poderão ter implicações legais e originar processos judiciais (WBCSD, 2002).

I.2. RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Elaborar Relatórios de Sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas às partes interessadas, do desempenho da actividade da empresa, com vista ao Desenvolvimento Sustentável, descrevendo os seus impactes ambientais, económicos e sociais. No entanto, este processo é de elevada complexidade, sendo esta uma das razões que leva a que muitas empresas ainda não tenham aderido à sua elaboração. É ainda de salientar o facto de que o envolvimento da gestão de topo neste processo é uma condição determinante para a elaboração deste tipo de Relatórios (BCSD, 2007; GRI, 2006; Sair da Casca Home Page; WBCSD, 2002).

Nesse sentido, um quadro de referência deveria ajudar a harmonizar as práticas de comunicação relativas ao Desenvolvimento Sustentável, auxiliando:

- As entidades reguladoras e normalizadoras a desenvolver directrizes, tanto a nível nacional como internacional;
- As empresas que publicam Relatórios, a abordar tópicos para os quais não existem directrizes;
- Os auditores a tirarem conclusões dos Relatórios sobre o Desenvolvimento Sustentável;

- Os utilizadores a interpretarem a informação contida nos Relatórios sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Esse quadro de referência deve ser genérico e abranger as necessidades comuns de informação de um vasto leque de utilizadores, e deve ser aplicável a todas as entidades industriais, comerciais, ou divulgadoras de informação empresarial, quer sejam do sector público ou privado (WBCSD, 2002).

A CERES (*Coalition of Environmentally Responsible Economies*), uma associação de investidores, sindicatos, gestores de fundos de investimentos, fundações e associações, empenhou-se em alcançar uma matriz comum de avaliação do desempenho sustentável das empresas, que fosse abrangente e consensual (Sair da Casca Home Page).

Em 1997, em parceria com o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), foi criado o GRI, que desenvolve linhas orientadoras globais (*guidelines*) para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. A sua missão é satisfazer a necessidade de comunicar de forma clara e transparente, no que se refere à Sustentabilidade, oferecendo uma estrutura confiável, que possa ser usada por todo o tipo de organizações. Através destas *guidelines*, que estabelecem um conjunto de Indicadores, é possível medir e comparar as práticas entre empresas de todos tamanhos, sectores e localidades (GRI, 2006; Sair da Casca Home Page; WBCSD, 2002).

Os Indicadores ambientais abrangem o desempenho relacionado com os consumos (material, energia e água) e com a produção (emissões, efluentes e resíduos), abarcando o desempenho relativo à biodiversidade, à conformidade legal e outras informações relevantes, como os impactes de produtos e serviços. De acordo com as linhas orientadoras do GRI, os Relatórios de Sustentabilidade devem conter uma descrição sucinta sobre os seguintes Aspectos: Materiais, Energia, Água, Biodiversidade, Emissões, Efluentes e Resíduos, Produtos e Serviços, Conformidade, Transporte e Geral.

O desempenho económico é fundamental para compreender uma organização e a sua Sustentabilidade, e apesar das informações financeiras já serem normalmente descritas, é necessário mais informação sobre a contribuição da organização para a Sustentabilidade de um sistema económico mais vasto. Segundo o GRI, deve fornecer-se um relato sucinto acerca da gestão, com referência a Aspectos económicos como o desempenho económico, a presença no mercado e os impactes económicos indirectos.

No caso do desenvolvimento social, a sua dimensão refere-se aos impactes da organização nos sistemas sociais nos quais opera, e os Indicadores de desempenho GRI identificam Aspectos fundamentais referentes a práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. No Anexo A encontra-se a descrição pormenorizada de cada um destes Aspectos, de acordo com o GRI (GRI, 2006).

Para melhorar a credibilidade dos Relatórios, um número crescente de empresas recorre a entidades independentes para efectuar a sua avaliação, não existindo, no entanto, uma abordagem padronizada e genericamente aceite. Para além disso, as empresas têm de equilibrar os custos *versus* benefícios, uma vez que a verificação, apesar de favorecer a credibilidade, pode ter custos muito elevados. As directrizes GRI fornecem alguma orientação geral sobre este tema. Para além disso, a *AccountAbility*, nas séries AA1000 sobre verificação, iniciou um processo de desenvolvimento de orientações mais exaustivas.

Nestes primeiros tempos de comunicação do Desenvolvimento Sustentável é fundamental que o processo permaneça dinâmico e flexível, podendo os Relatórios mais inovadores servir de guia prático. No entanto, é necessário desenvolver directrizes para a comunicação da Sustentabilidade e, mais importante ainda, é necessário reforçar a qualidade da comunicação, no que respeita à utilidade do conteúdo, à importância dos indicadores e à apresentação (WBCSD, 2002).

Para apoiar os esforços das empresas, no compromisso rumo ao Desenvolvimento Sustentável, foi criado em 1995 o Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), que abrange mais de 30 países e 20 importantes sectores industriais, beneficiando de uma rede global composta de conselhos empresariais nacionais e regionais e organizações parceiras. Nos finais de 2002 foi criado um “Portal de comunicação”, no *site* da Internet do WBCSD, onde se apresentam exemplos de como as empresas associadas comunicam aspectos relacionados com o Desenvolvimento Sustentável (Gago *et al.*, 2005; WBCSD, 2002).

Em Portugal foi criado o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD) em Outubro de 2001, por iniciativa das empresas Sonae, Cimpor e Soporcel, em conjunto com mais 33 empresas de primeira linha da economia nacional, com a missão de transpor para o plano nacional os princípios orientadores do WBCSD (BCSD Home Page; WBCSD, 2002).

II. ANÁLISE DE ESTUDOS PUBLICADOS

Existem diversos estudos publicados relativos à questão da Sustentabilidade Empresarial e Responsabilidade Social.

A KPMG (empresa de consultoria internacional) publicou dois estudos: um realizado em 2005, que teve por objectivo a análise dos Relatórios das 250 maiores empresas incluídas na revista *Fortune 500* e às 100 maiores empresas de 16 países (KPMG, 2005); outro realizado em 2006, com o apoio da BCSD Portugal e da Informa D&B, que teve como objectivo a identificação do panorama da publicação de informação relativa à Sustentabilidade em Portugal, e consistiu na realização de um inquérito *online*, com 25 questões, às 536 maiores empresas nacionais, durante os meses de Julho e Agosto de 2006 (KPMG, 2007).

O estudo *Tomorrow's Value*, publicado em 2006, e desenvolvido em parceria pela UNEP, *Standard & Poor's*, e pela *SustainAbility*, fez um *benchmarking* dos Relatórios de Sustentabilidade de 50 empresas líderes no mercado mundial (UNEP & *SustainAbility*, 2006).

A *Deloitte* (empresa de consultoria internacional), apadrinhada pelo BCSD Portugal, publicou um estudo em 2003, que teve como objectivo ajudar a avaliar até que ponto o tecido empresarial português, ao nível das principais organizações, está preparado para adoptar o conceito de Desenvolvimento Sustentável nas suas práticas de gestão. Este estudo baseou-se nas respostas a um inquérito desenvolvido a partir duma metodologia internacional denominada "*DeloitteDex Company Survey on Business and Sustainable Development*", ao qual responderam 35 organizações empresariais representativas das principais organizações presentes no nosso país (*Deloitte*, 2003).

No âmbito do Projecto *Young Managers Team* foi realizado um estudo, promovido pelo BCSD Portugal, resultado do trabalho realizado ao longo do ano 2005 pela equipa *Ecowave*. A equipa teve como principal objectivo envolver as empresas nacionais, de modo a avaliar a percepção das mesmas sobre o que consideram ser os principais obstáculos à evolução rumo ao Desenvolvimento Sustentável e as melhores soluções para os resolver. O estudo teve por base as respostas a um questionário relativo à aplicação prática dos conceitos de Inovação e Sustentabilidade na realidade das empresas. O questionário foi direccionado a empresas que, à partida,

manifestaram reunir características que permitiram considerá-las como “potencialmente inovadoras” (BCSD, 2005).

No âmbito do mesmo projecto foi publicado, em 2007, um relatório dedicado ao tema: Relatórios de Sustentabilidade – Motivações e Impactos. Esta publicação foi resultado de um estudo sobre o trabalho realizado pelas empresas no desenvolvimento de Relatórios de Sustentabilidade, onde se avaliou e identificou as principais características dos Relatórios que já se publicam em Portugal. Em simultâneo, as empresas que ainda não publicam este tipo de informação, foram incentivadas a fazê-lo. Os objectivos foram identificar as principais motivações e benefícios da publicação de Relatórios de Sustentabilidade e perceber o impacto dos Relatórios junto do universo de *stakeholders* (BCSD, 2007).

Um outro estudo intitulado *Towards transparency* foi conduzido pela *Association of Chartered Certified Accountants* (ACCA), a partir de dados da *CorporateRegister.com*, e analisa o estado da comunicação da Sustentabilidade ao nível mundial (ACCA, 2004).

Fruto da cooperação da Associação Empresarial de Portugal (AEP), a Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa (Porto) e a Universidade de Aveiro, realizou-se um estudo junto dos dirigentes de empresas portuguesas sobre gestão, ética e responsabilidade social. Foi remetido um questionário, por via postal, ao dirigente máximo de 1500 empresas associadas da AEP, da PedraBase e da Associação Portuguesa de Ética Empresarial, tendo apenas respondido 123 destas. Este trabalho foi inspirado num estudo similar realizado em Espanha, pela FORÉTICA (*Foro para la Evaluación de la Gestión Ética*), que resultou dos desafios à reflexão lançados pelo *Livro Verde* da Comissão Europeia intitulado *Promover Um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas* (Rego et al., 2003).

Os dados analisados apontam para a existência de uma crescente vaga no aparecimento de Relatórios não financeiros por todo o mundo. Em 1993 eram publicados pouco mais de 100 Relatórios e em 2003 este número andava à volta dos 1500 Relatórios produzidos, anualmente, em todo o mundo (ACCA, 2004). Estes dados estão de acordo com o Gráfico 1, publicado em Fevereiro de 2006 no *site* da Internet da *CorporateRegister.com*, e em que os dados relativos a 2006 ainda estavam incompletos (*CorporateRegister.Com Home Page*).

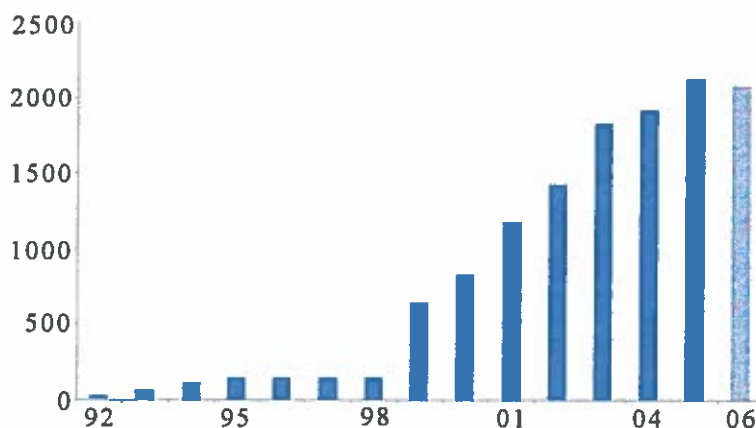


Gráfico 1. Publicação Mundial de RS (Fonte:CorporateRegister.Com Home Page)

No estudo realizado pela KPMG, em 2006, prevê-se que num horizonte de três anos haja um aumento da publicação de informação relativa à Sustentabilidade, sendo este aumento resultado da crescente sensibilização das organizações para estes temas, assim como das pressões regulamentares (KPMG, 2007). Os Relatórios continuam a aumentar, contudo o passo de crescimento parece ser pequeno, em parte talvez porque os obstáculos a novas entradas estejam sempre a aumentar (UNEP & *SustainAbility*, 2006).

Relativamente à publicação de Relatórios, pode ainda dizer-se que, desde 2001, a publicação electrónica aumentou muito significativamente, ultrapassando em larga escala a publicação em papel (ACCA, 2004).

A nível mundial, e de acordo com o Gráfico 2, verifica-se que a publicação de Relatórios, ao longo dos anos, tem aumentado no continente Asiático, e na Australásia, começando muito recentemente a surgir os primeiros Relatórios na América do Sul. Pode, ainda, dizer-se que na África e Médio Oriente houve uma diminuição da publicação de Relatórios, mas que a partir de 2002 estes começaram a aumentar (UNEP & *SustainAbility*, 2006). Segundo o estudo *Towards Transparency* o crescimento na Europa está a diminuir, enquanto na América do Norte permanece estático, mas no Japão e na Australásia continua a aumentar. As regiões do Norte da América e da Europa Ocidental são as mais dinâmicas na publicação dos Relatórios. Em contraste, este tipo de Relatórios permanece praticamente desconhecido nas Caraíbas e na maior parte da América Latina. Na Ásia permanece uma baixa incidência na publicação de Relatórios Corporativos, excluindo a Australásia e o Japão, e na África e Médio Oriente apenas a África do Sul está a mostrar uma actividade significativa na publicação (ACCA, 2004).

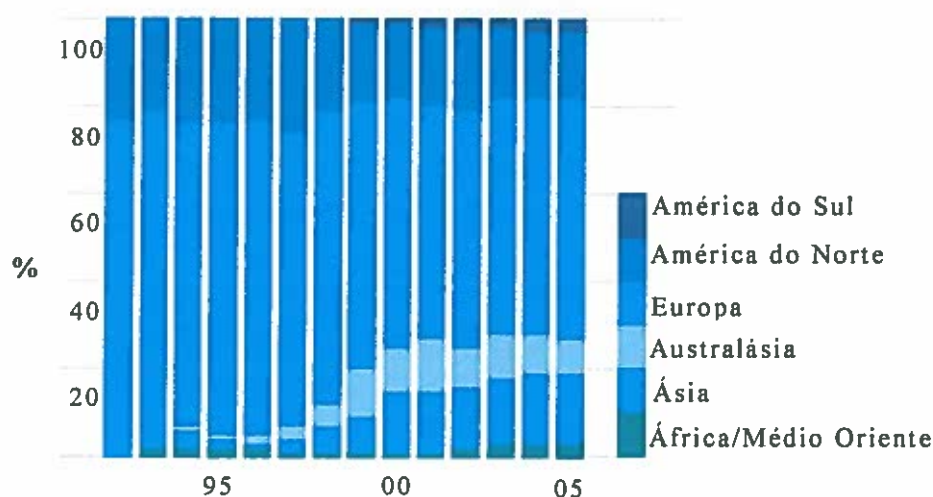


Gráfico 2. Publicação de RS por área geográfica (Fonte: UNEP & SustainAbility, 2006)

Em Portugal, segundo o estudo realizado pela *Deloitte*, as organizações na sua grande maioria reconhecem a relevância da temática do Desenvolvimento Sustentável, e afirmam-se comprometidas com a melhoria do desempenho ao nível das vertentes ambiental e social, tendo já bem enraizadas factores como o cumprimento legal associado a estas matérias, a formação e sistemas de gestão. A nível da legislação, é notório que, a maior parte das organizações adopta requisitos que vão além do mero cumprimento legal (*Deloitte*, 2003; BCSD, 2005).

Estes dados são confirmados pelo estudo realizado no âmbito do Projecto *Young Managers Team*, publicado em 2005, onde se verifica que, para cerca de 97% das empresas inquiridas, o tema Desenvolvimento Sustentável está presente na sua estratégia global. No entanto, verifica-se que ainda existe um longo caminho a percorrer para que todas estas temáticas sejam efectivamente colocadas em prática. Apenas uma minoria não apresentou preocupações ambientais na missão da organização, sendo que a grande maioria considerou que o Desenvolvimento Sustentável é um factor chave para a empresa. A Sustentabilidade é enquadrada na estratégia e políticas adoptadas, sendo as questões ambientais e sociais, além de integradas na cadeia de valor, vistas como novas oportunidades de negócio (BCSD, 2005). De acordo com o trabalho publicado em 2007, no âmbito do mesmo projecto, efectivamente o número de Relatórios publicados é cada vez maior (BCSD, 2007)

No entanto, a prática de publicação de informação relativa à Sustentabilidade em Portugal é ainda escassa: dados do estudo da KPMG, realizado em 2006, revelam que das 103 empresas que responderam ao inquérito apenas 34% publicaram essa informação (KPMG, 2007). Comparativamente a outros países, onde a publicação de Relatórios de Sustentabilidade é uma prática

frequente para as maiores empresas (Japão, Inglaterra, Canadá e França), existe ainda algum trabalho a fazer na sensibilização das empresas nacionais em assumir esse compromisso (KPMG, 2005; KPMG, 2007)

No estudo da *Deloitte* é referido que, 57% das organizações inquiridas, reportam regularmente ao exterior sobre o seu desempenho em qualquer das vertentes do Desenvolvimento Sustentável, mas 23% fazem-no apenas de uma forma muito redutora (*Deloitte*, 2003).

No que se refere à forma de comunicação às partes interessadas, dos resultados anuais das organizações, dados do estudo realizado no âmbito do Projecto *Young Managers Team*, revelam que o veículo de comunicação mais comum é o Relatório de Contas, e apenas 30% das empresas apresentam Relatórios de Sustentabilidade, que são os mais abrangentes, uma vez que englobam estas três vertentes: a económica, a social e a ambiental (BCSD, 2005).

De acordo com os estudos da KPMG espera-se que um maior número de empresas venha a publicar Relatórios de Sustentabilidade, estando este factor relacionado, não só com o aumento da sensibilização das empresas para temas relacionados com a Responsabilidade Social, mas também de alguma pressão regulamentar que começa a surgir. Estas tendências aproximam a realidade nacional do que são os resultados internacionais, no entanto, Portugal ainda está um pouco afastado dos resultados obtidos em 2005, no estudo Internacional (KPMG 2005, KPMG, 2007). Segundo Rego *et al.* (2003), 65% das empresas considera que os Relatórios anuais destinados aos accionistas, para além do balanço económico, também devem publicar os resultados relativos a critérios ambientais e sociais.

É de salientar que a publicação do Relatório de Sustentabilidade é apenas um meio de comunicação, e que as organizações se devem centrar na definição de uma estratégia e no estabelecimento e monitorização de objectivos, ou seja, no desempenho da organização (KPMG, 2007).

O estudo da *Deloitte* revela que o ambiente, seguido da segurança, são as áreas do Desenvolvimento Sustentável cuja gestão está mais organizada e desenvolvida. As conclusões indicam que a maioria das principais empresas portuguesas já estão sensibilizadas para a importância do Desenvolvimento Sustentável, estando claramente a trabalhar no sentido de melhorar o desempenho ambiental e de segurança, e em muitos casos também o desempenho social. No entanto, as organizações ainda não encontraram uma

forma verdadeiramente eficiente de operacionalizar e integrar este conceito na gestão global do negócio (*Deloitte*, 2003).

De acordo com o mesmo estudo, a implementação de sistemas de gestão, Ambiental e/ou da Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com os referenciais normativos internacionalmente reconhecidos (ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente), a adesão a iniciativas promovidas por organismos internacionais (WBCSD, por exemplo) ou nacionais (BCSD e Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas (www.rseportugal.org), por exemplo), bem como a orientação segundo a norma SA 8000, foram mencionados pelas organizações, que responderam ao questionário, como ferramentas que estimulam e orientam os seus planos de melhoria de desempenho ao nível do Desenvolvimento Sustentável (*Deloitte*, 2003). No estudo realizado no âmbito do projecto *Young Managers Team* foram, também, mencionados pelas empresas, o contributo e facilitação do Desenvolvimento Sustentável na posterior implementação de sistemas de gestão ambiental e de segurança (BCSD, 2005). De acordo com os dados do estudo publicado em Rego *et al.* (2003), 93% das empresas abrangidas neste estudo possui certificação de acordo com as normas ISO 9000, 7% possui certificação pela norma ISO 14001, e uma pequena percentagem possui certificação noutros domínios como a Segurança e Saúde no Trabalho. Da comparação entre as empresas certificadas por estas normas e as restantes, resulta a constatação de que os dirigentes das primeiras descrevem as suas organizações como mais responsáveis socialmente, dos pontos de vista dos clientes, fornecedores, colaboradores, público em geral, investidores e concorrentes (Rego *et al.*, 2003).

No que se refere às motivações apontadas pelas empresas para a publicação dos Relatórios de Sustentabilidade, segundo a KPMG (2007) a principal razão está relacionada com a reputação/marca das empresas e, de acordo com a publicação do BCSD (2007), a principal razão está relacionada com a comunicação com os *stakeholders*. Relativamente aos benefícios, resultantes da publicação de Relatórios de Sustentabilidade, o mais mencionado foi a melhoria do desempenho operacional e de gestão, e as dificuldades estão relacionadas com os custos e constrangimentos ao nível dos recursos disponíveis (KPMG, 2007). No estudo da *Deloitte* também o controlo de custos/benefícios, bem como a integração das várias vertentes do Desenvolvimento Sustentável, a auscultação sistemática e a comunicação voluntária e regular com as partes interessadas são os pontos que as empresas apontam como mais frágeis (*Deloitte*, 2003). No estudo da BCSD (2007) as

principais dificuldades referidas foram a sistematização da informação, a definição de uma política de Sustentabilidade, o equilíbrio entre as vertentes económica, ambiental e social, a obtenção de *feedback* por parte dos *stakeholders* e a mudança de mentalidades (BCSD, 2007).

Relativamente à informação a publicar nos Relatórios de Sustentabilidade é de salientar que a maior parte das empresas se baseiam nas directrizes do GRI (ACCA, 2004; BCSD, 2005; BCSD, 2007; KPMG, 2005; KPMG, 2007; UNEP & *SustainAbility*, 2006). De acordo com o estudo da KPMG, realizado em 2006, o GRI é o referencial normativo mais referido na elaboração dos Relatórios: 66% das empresas abrangidas neste estudo basearam a estrutura do seu relatório no GRI e, dentro destas, 41% mencionaram que elaboraram o Relatório “de acordo com” as directrizes do GRI, ou seja, seguiram na íntegra a sua estrutura e não se basearam apenas em parte (KPMG, 2007).

A verificação dos Relatórios de Sustentabilidade é utilizada para descrever uma revisão ou auditoria de dados históricos não financeiros e tem recebido atenção acrescida, como resultado da necessidade crescente, voluntária e imposta, de transparência e prestação de contas por parte das empresas. No entanto, a verificação dos Relatórios não é ainda um aspecto relevante para as empresas, uma vez que, de acordo com os dados do estudo realizado pela KPMG, em 2006, apenas 42% das empresas abrangidas tiveram o seu relatório verificado por uma entidade independente e externa (KPMG, 2007). De acordo com as directrizes do GRI, a verificação deve ser efectuada por entidades independentes das organizações, de modo a garantir às partes interessadas a fiabilidade da informação relatada (GRI, 2006; KPMG, 2007). Segundo o estudo da *Deloitte*, verifica-se que esta parece ser uma prática pouco comum em Portugal, apesar de ser um factor que contribui fortemente para a credibilidade da comunicação, podendo este factor acrescentar valor à organização (*Deloitte*, 2003). A verificação dos Relatórios de Sustentabilidade é, cada vez mais, apontada como um grande objectivo das empresas, sendo uma mais valia. No entanto, a grande maioria das empresas investe na verificação dos Relatórios publicados posteriormente à primeira edição (BCSD, 2007).

Os três principais benefícios descritos pelas empresas, quanto à verificação externa, são o aumento da reputação e credibilidade, a identificação de oportunidades de melhoria e a minimização do risco de publicação de informação incorrecta. Quanto aos constrangimentos, estes prendem-se com os custos e a falta de recursos para acompanhar o processo (KPMG, 2007).

Relativamente ao sector de actividade verifica-se, através do Gráfico 3, que em Portugal, de acordo com o estudo da KPMG, são as empresas do sector dos Transportes, Construção, Comércio e Banca, as que mais publicaram Relatórios em 2006. A nível internacional são as empresas do sector das Utilidades, Químicos, Petrolífero, Gás, e ainda Silvicultura e Pasta de Papel (KPMG, 2007).

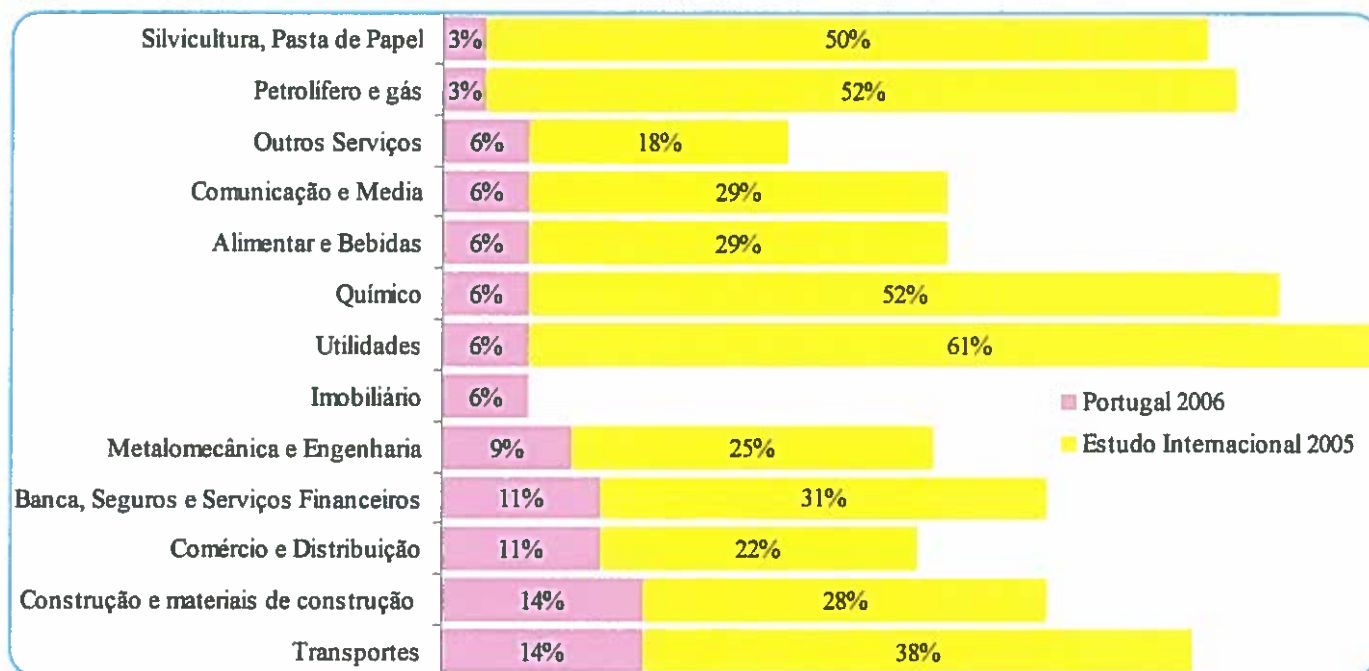


Gráfico 3. Sectores de Actividade que mais publicam RS (Fonte: KPMG, 2007).

Os dados apresentados no Gráfico 3 estão de acordo com o estudo *Tomorrow's Value*, de acordo com o qual os sectores de actividade em que mais empresas publicam Relatórios são os Transportes, Bancos, Electricidade, Mineiro, e o Químico (UNEP & *SustainAbility*, 2006).

O estudo internacional publicado em 2005, pela KPMG, demonstra que, desde 2002, as empresas de quase todos os sectores de actividade têm tido um papel bastante activo no âmbito da Sustentabilidade e, nomeadamente, na prática de comunicação das acções realizadas nesta área (KPMG, 2007).

De acordo com o estudo *Tomorrow's Value*, no sector bancário as questões económicas são as dominantes, no sector do vestuário são as questões sociais, e as questões ambientais são dominantes no sector da indústria, uma vez que este é o sector normalmente mais regulado ao nível ambiental (UNEP & *SustainAbility*, 2006).

III. ANÁLISE DA COMPONENTE AMBIENTAL EM RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DE EMPRESAS PORTUGUESAS

Para analisar a Componente Ambiental dos Relatórios de Sustentabilidade, recorreu-se ao *site* da Internet do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, onde se encontram disponíveis Relatórios desde 2002.

Dada a limitação, de tempo e espaço, decidiu-se apenas analisar os Relatórios de Sustentabilidade de 2005, publicados nesse *site* à data de 30 de Outubro de 2006, e escritos em português. Assim sendo, a amostra deste trabalho representa 13 empresas portuguesas de vários sectores de actividade.

Antes de analisar a Componente Ambiental dos Relatórios, fez-se um breve resumo do que estes descrevem sobre a empresa e a sua actividade. Foram analisados os aspectos mais relevantes, designadamente o sector de actividade e a internacionalização das empresas, o número de colaboradores e o número de Relatórios publicados. Analisou-se, ainda, o motivo que levou à elaboração dos Relatórios, se estes foram elaborados de acordo com as directrizes do GRI, nomeadamente se foram verificados por uma entidade externa. Foram, também, analisadas as certificações a nível de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, além da intenção das empresas em implementarem a norma de Responsabilidade Social SA 8000, sendo também identificadas as partes interessadas referidas no Relatório.

Para a análise da Componente Ambiental dos Relatórios de Sustentabilidade, foram identificadas as principais acções e os indicadores de desempenho ambiental descritos em cada Relatório analisado. Para melhor organização da informação obtida, e com vista a uma comparação dos resultados, os diversos temas foram organizados segundo as categorias Ambientais descritas nas directrizes do GRI: Materiais, Energia, Água, Biodiversidade, Emissões, Efluentes e Resíduos, Produtos e Serviços, Conformidade, Transporte e Geral (GRI, 2006). A descrição mais pormenorizada destes Aspectos encontra-se no Anexo A.

III.1. ÁGUAS DO CAVADO S.A.

A empresa Águas do Cavado S.A. tem como actividade principal a captação e tratamento de água para consumo humano e a respectiva adução até aos reservatórios de entrega definidos com os Municípios accionistas. É, ainda, responsável pela concepção e desenvolvimento de infra-estruturas para

abastecimento de água. A empresa apenas trabalha no mercado nacional, tendo 68 colaboradores.

O Relatório de Sustentabilidade de 2005 é o primeiro da empresa, e a sua elaboração foi apoiada nas directrizes do GRI. O seu aparecimento surgiu da vontade que os accionistas tinham em demonstrar que a empresa tem, e continuará a ter, um desenvolvimento cada vez mais sustentável. Serviu, ainda, para fazer uma avaliação de desempenho, permitindo a definição de novos objectivos e metas, dentro dos princípios da melhoria contínua. O seu conteúdo não foi sujeito a verificação por uma entidade externa.

A Águas do Cavado S.A. tem como princípio de Sustentabilidade o Desenvolvimento Sustentável, através do envolvimento na melhoria contínua, procurando reduzir o risco, prevenindo a poluição, aumentando a eficácia do sistema de gestão integrado e garantindo o envolvimento dos trabalhadores em todo o processo.

A empresa possui um Sistema de Gestão Integrado em que a Gestão Ambiental (ISO 14001), a Gestão da Qualidade (ISO 9001) e a Gestão da Segurança e da Saúde no Trabalho (OSHAS 18001) se encontram certificados. Tem, ainda, implementado um sistema de Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controlo (HACCP - Norma DS3027) e tem o Laboratório de Ensaio acreditado (NP EN ISO/IEC 17025).

No final de 2005 foi decidido implementar a norma SA 8000, em conjunto com a norma relativa aos Recursos Humanos (NP 4427), tendo já implementadas as práticas e baseado a sua actuação na norma SA 8000.

Relativamente às partes interessadas, as referidas neste relatório foram: Accionistas, Clientes, Colaboradores, Comunidade, Consumidores, Empresas do Grupo, Autoridades e Fornecedores (Águas do Cavado, 2005).

Tabela 1. Indicadores e Acções Ambientais da Águas do Cavado (Águas do Cavado, 2005).

ÁGUAS DO CAVADO S.A.		
ASPECTOS	INDICADORES	ACÇÕES
MATERIAIS	• Consumo materiais subsidiários (kg/m ³).	• Redução do consumo de materiais subsidiários.
ENERGIA	• Consumo energia eléctrica (kWh/m ³);	• Implementação do Plano de Racionalização de Energia;
	• Consumo Combustíveis (Lts/m ³).	• Elaboração do Procedimento de Gestão de Energia.

ÁGUAS DO CAVADO S.A.		
ASPECTOS	INDICADORES	ACÇÕES
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade captada/produzida (m³); • Ineficiência na utilização (%); • Perdas de água (%); • Água não medida (%); • Qualidade da água do Rio Cávado (%). 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de medidas de optimização do processo, através da racionalização do consumo interno de água, optimização do processo de detecção de locais de perda, melhorias no método de quantificação das perdas.
BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Biodiversidade (N.Q.)² 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Estudo Prévio para a criação do EcoParque de Barcelos.
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade das águas residuais descarregadas (%); • Qualidade das emissões atmosféricas (%); • Resíduos não perigosos (kg/m³ água); • Resíduos perigosos (kg/m³ água); • Resíduos encaminhados para valorização / reutilização (%). 	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção do licenciamento da descarga do efluente da ETARI e o de 28 fossas sépticas; • Realização das obras de alteração à rede de drenagem de águas residuais; • Realização de obras na Bacia de Drenagem; • Criação de zonas específicas para o armazenamento temporário de resíduos perigosos e não perigosos; • Implementação de mecanismos de recolha selectiva nos vários locais de produção; • Colocação de bacias de retenção para o armazenamento de substâncias/produtos perigosos no estado líquido; • Realização de análises a resíduos para a sua deposição em aterros sanitários; • Monitorização das emissões gasosas de COV's.
PRODUTOS E SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> • Volume de água produzido e fornecido (m³). 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de campanhas para a racionalização dos consumos de água.
CONFORMIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •

² A abreviação N.Q. significa que o indicador não foi quantificado.

ÁGUAS DO CAVADO S.A.		
ASPECTOS	INDICADORES	ACÇÕES
TRANSPORTE	•	•
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Ruído (N.Q.); • Emergências Ambientais (N.Q.); • Investimentos em protecção ambiental (%). 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um Plano de Acções para monitorização do ruído, tendo em vista o cumprimento dos valores limite; • Revisão do Plano de Emergência Ambiental.

III.2. ÁGUAS DO DOURO E PAIVA S.A.

A empresa Águas do Douro e Paiva S.A. tem como actividade principal a concepção, construção e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição em alta de água própria para consumo humano, a 18 Municípios do Grande Porto. A empresa apenas trabalha no mercado nacional, tendo a colaboração de 145 trabalhadores.

Apesar de já terem sido emitidos Relatórios de Ambiente e Segurança, em 2003 e 2004, este é o primeiro Relatório de Sustentabilidade, tendo a sua elaboração sido apoiada nas directrizes do GRI. O seu conteúdo foi verificado, na totalidade, por uma entidade externa.

O princípio da Sustentabilidade assumido pela Águas do Douro e Paiva é o do Desenvolvimento Sustentável, tendo o relatório surgido devido ao facto da empresa ter considerado oportuna a sua realização, uma vez que avalia, em simultâneo, o seu desempenho económico, ambiental e social.

A empresa possui um Sistema de Gestão Integrado certificado, com um Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001), da Qualidade (ISO 9001) e da Segurança e Saúde no Trabalho (OSHAS 18001), tendo estabelecido como objectivo a implementação dos procedimentos decorrentes da norma SA 8000.

Relativamente às partes interessadas, as mencionadas no relatório são: Accionistas, Clientes, Colaboradores, Comunidade, Concedente (Estado Português), Consumidores, Empresas do Grupo, Entidades Reguladoras e Fiscalizadoras, Financiadores e Fornecedores (Águas do Douro e Paiva, 2006).

Tabela 2. Indicadores e Acções Ambientais da Águas do Douro e Paiva S.A. (Águas do Douro e Paiva, 2006)

ÁGUAS DO DOURO E PAIVA S.A.		
ASPECTOS	INDICADORES	ACÇÕES
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo Produtos no Tratamento da água (kg/m³ água distribuída). 	<ul style="list-style-type: none"> •
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de Energia Eléctrica (kWh/m³); • Consumo de combustíveis (GJ). 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de instalar sistemas de produção de energia solar em alguns reservatórios da empresa (a aguardar resposta da DGGE).
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Ineficiência na utilização (%); • Captação de água (m³); • Perdas de água (%); • Consumo de água³. 	<ul style="list-style-type: none"> • Colocação de contadores para quantificação dos consumos próprios³
BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Biodiversidade (N.Q.); • Impacto paisagístico (N.Q.). 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de uma escada de peixes com duas linhas de passagem na Ponte da Bateira; • Introdução de medidas de mitigação para o reservatório e conduta de Provizende; • Implementação de medidas de minimização do impacto paisagístico em várias das suas instalações.
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de lamas (kg/m³ de água distribuída); • Quantidade de Resíduos produzidos por tipo (kg); • Produção de águas residuais (m³); • Emissões gasosas (Ton CO₂). 	<ul style="list-style-type: none"> • Separação diferentes tipos de resíduos; • Diminuição das lamas produzidas através do aumento da captação de água em profundidade; • Incorporação das lamas num processo de fabrico de tijolos para a construção civil, a partir de 2006; • Sinalização dos locais de armazenamento dos resíduos, e no caso dos resíduos perigosos, os locais foram apetrechados com sistemas de controlo de derrame; • Sensibilização dos colaboradores para as

³ Estes consumos só vão passar a ser quantificados a partir de 2006.

ÁGUAS DO DOURO E PAIVA S.A.		
ASPECTOS	INDICADORES	ACÇÕES
		<ul style="list-style-type: none"> vantagens da separação dos resíduos; • Identificação e quantificação das substâncias que empobrecem a camada do ozono.
PRODUTOS E SERVIÇOS	•	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de campanhas de sensibilização para poupança de água; • Investimento em acções de I&D, dirigidos para a qualidade da água bruta, eficiência e eficácia dos processos de captação, tratamento e adução e garantia da qualidade.
CONFORMIDADE	•	<ul style="list-style-type: none"> • Não se registaram multas.
TRANSPORTE	•	<ul style="list-style-type: none"> • Controle do cumprimento do Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada, pelas empresas de transporte de matérias perigosas contratadas.
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Emissão de ruído (N.º de instalações nas quais as emissões de ruído foram resolvidas); • Ocorrências Ambientais (N.Q.); • Aspectos ambientais indirectos (N.Q.). 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de regras ambientais e sua inclusão nos contratos com Fornecedores; • Definição da educação ambiental como uma das vertentes principais da estratégia de RS; • Sensibilização dos colaboradores, para os riscos ambientais e de segurança e medidas de controlo disponíveis. • Os Planos de Controlo de Emergência são regularmente testados através da execução de exercicios de acidentes simulados; • Investimento na insonorização, de forma a cumprir os valores limite; • Controle do licenciamento ambiental dos produtores de reagentes.

III.3. AMORIM IMOBILIÁRIA

O negócio da Amorim Imobiliária encontra-se estruturado em três unidades distintas, passando pela exploração de centros comerciais, venda e arrendamento de habitação e compra, venda e arrendamento de escritórios e armazéns. A empresa trabalha no mercado português e espanhol, tendo a colaboração em Portugal de 124 pessoas, o que corresponde a 78% do total dos 159 colaboradores da empresa.

Este é o primeiro Relatório de Sustentabilidade, sendo o princípio de Responsabilidade Social o Desenvolvimento Sustentável. O seu conteúdo foi sujeito a verificação independente por uma entidade externa.

Em 2005 foi atribuída à empresa a certificação pela ISO 9001, não sendo feita referência à norma SA 8000, nem às directrizes do GRI.

Relativamente às partes interessadas, as mencionadas no relatório são: Colaboradores, Fornecedores, Entidades Governamentais, Comunidade, Lojistas, Visitantes, Habitantes e Ocupantes.

Pode ainda fazer-se referência ao facto da empresa, no início de 2006, ter sido reconhecida internacionalmente pelos projectos do *Dolce Vita* de Coimbra e do *The Lake Apartements*, que ganharam o prémio de melhor projecto imobiliário do mundo (Amorim Imobiliária, 2006).

Tabela 3. Indicadores e Acções Ambientais da Amorim Imobiliária (Amorim Imobiliária, 2006)

AMORIM IMOBILIÁRIA		
ASPECTOS	INDICADORES	ACÇÕES
MATERIAIS	•	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção do consumo eficiente de materiais através da minimização dos desperdícios, separação do lixo e gestão dos resíduos; • Preocupação em seleccionar soluções e materiais construtivos amigos do ambiente.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de energia (kWh); • Consumo eficiente de energia (kWh/m²). 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das oportunidades para reduzir o consumo de energia e implementação de acções promotoras da sua eficiente utilização; • Investigação sobre novas soluções

AMORIM IMOBILIÁRIA		
ASPECTOS	INDICADORES	ACÇÕES
		<ul style="list-style-type: none"> • promotoras de maior eficiência energética; • Racionalização do ar condicionado.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo total de água (m³) 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das oportunidades para reduzir o consumo de água e implementação de acções promotoras da monitorização do seu consumo; • Análise dos serviços onde é possível reutilizar água.
BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das possibilidades do projecto manter e criar habitats apropriados para o ecossistema; • Arborização das áreas adjacentes aos imóveis, sempre que possível.
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • RSU (Ton), • Resíduos de cartão e plástico (Ton). 	<ul style="list-style-type: none"> • As descargas de água só são realizadas com autorização prévia das autoridades competentes; • Parceria com empresas certificadas para o tratamento dos resíduos; • Implementação de uma rede de colectores nos parques de estacionamento e na zona da restauração, evitando derrames de óleo; • Prevenção, minimização e separação dos resíduos; • Separação selectiva de resíduos como papel, cartão, vidro, lata, madeira e óleo alimentar; • Existência de um Regulamento de recolha de resíduos em alguns casos, como são exemplo os toners e tinteiros; • Criação de zonas de lavagem de veículos devidamente protegidas e adopção de sistemas de lavagem adequados e dotados de câmaras de decantação; • Criação de zonas de separação e recolha de entulho da obra, dotadas com contentores específicos.

AMORIM IMOBILIÁRIA		
ASPECTOS	INDICADORES	ACÇÕES
PRODUTOS E SERVIÇOS	•	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de produtos de construção com características promotoras da utilização racional de água; • Implementação de medidas e processos que integram as exigências da eficiência energética.
CONFORMIDADE	•	•
TRANSPORTE	•	<ul style="list-style-type: none"> • Minimização dos impactes ambientais decorrentes do transporte.
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Certificações da Qualidade obtidas (Norma ISO 9001) (NQ). 	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores internos certificados; • Prevenção da poluição e ruído na fase de projecto; • Realização de auditorias ambientais internas nas unidades de negócios de escritórios e armazéns; • Promoção das acções necessárias para que a obra possa obter a certificação ambiental; • Identificação dos impactes ambientais que podem ocorrer durante a realização do projecto e acções de minimização.

III.4. BANCO ESPIRITO SANTO (BES)

O Banco Espírito Santo é uma instituição bancária que está presente em 18 países e 4 continentes. Esta empresa tem 8524 trabalhadores, repartidos por 7 Países, tendo em Portugal 89% dos colaboradores, o que corresponde a 7556 pessoas.

O Relatório de Sustentabilidade de 2005 é o segundo da empresa, e a sua elaboração foi apoiada nas directrizes do GRI. O seu aparecimento é demonstrativo do compromisso com a Sustentabilidade por via da sua forma e do seu alcance, enquanto instrumento de prestação de contas à sociedade, e na medida em que é em si mesmo argumento de diálogo e interactividade com a envolvente. O seu conteúdo foi sujeito a verificação independente.

O BES assume como princípio da Responsabilidade Social o Desenvolvimento Sustentável, através dos seguintes princípios:

1. Compromisso geral para o Desenvolvimento Sustentável;
2. Comportamento ético e a integridade pessoal e profissional guiam o desenvolvimento das actividades;
3. A transparência é uma exigência;
4. Reconhecimento de que o sector financeiro tem um papel determinante para o desenvolvimento ambiental;
5. Criação de valor é o objectivo;
6. O cliente está no centro das preocupações;
7. O diálogo com as partes interessadas é o ponto de partida do exercício da Responsabilidade Social;
8. A qualidade e o bem estar da equipa é a chave do sucesso;
9. A solidariedade nacional e internacional é um aspecto incontornável da missão/actuação.

A empresa possui um Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001) certificado, e não faz referência à norma SA 8000.

Relativamente às partes interessadas, as referidas no relatório são: Accionistas e Investidores, Clientes, Colaboradores, Comunidade, Meio Ambiente e Fornecedores (Banco Espírito Santo, 2006).

Tabela 4. Indicadores e Acções Ambientais do BES (Banco Espírito Santo, 2006)

ASPECTOS	BES	
	INDICADORES	ACÇÕES
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none">• Consumo de papel (Ton e Und);• Consumo de toners e tinteiros (Und).	<ul style="list-style-type: none">• Implementação da factura electrónica e outras medidas que visem a redução da utilização de papel.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none">• Consumo de energia eléctrica (kWh e Gj).	<ul style="list-style-type: none">• Investimento nas energias renováveis.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none">•	<ul style="list-style-type: none">•
BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none">•	<ul style="list-style-type: none">•

ASPECTOS	BES	
	INDICADORES	ACÇÕES
EMISSÕES, EFLUENTES RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Papel e cartão enviado para reciclagem (Ton); • Emissão directa e indirecta de CO₂. 	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de reciclagem para papel/cartão e tinteiros/toners.
PRODUTOS SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do primeiro fundo de carbono de cariz nacional, conjuntamente com outros bancos; • Comercialização de fundos de investimento com preocupações éticas, ambientais e sociais; • Participação da Banca de Investimento em projectos de cariz ambiental.
CONFORMIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • Não se registaram incidentes ou multas.
TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de um questionário interno para calcular as emissões de CO₂ associadas ao trajecto casa/trabalho/casa, que permitirá definir medidas para reduzir as emissões.
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • Adesão aos Princípios do Equador⁴; • Obrigação dos fornecedores disporem de medidas para proteger o ambiente, respeitando a legislação, dispendo de controlos internos e tendo um responsável a nível interno nesta matéria.

III.5. BRISA AUTO – ESTRADAS DE PORTUGAL

A Brisa Auto-Estradas de Portugal tem como principal actividade a construção, conservação e exploração de auto-estradas, cuja concessão principal se rege por um contrato de concessão celebrado entre a empresa e o Estado Português. Além de liderar o mercado interno, a Brisa detém ainda

⁴ Os Princípios do Equador estabelecem um conjunto de linhas de actuação, a seguir pelas instituições financeiras, na gestão de questões sociais e ambientais no financiamento de grandes projectos.

Tabela 5. Indicadores e Acções Ambientais da Brisa (Brisa, 2006)

ASPECTOS	BRISA	
	INDICADORES	ACÇÕES
MATERIAIS	•	•
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de combustíveis em deslocações de serviço (Lts); • Consumo de energia (Gj). 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de novas tecnologias com maior eficiência energética, com efeitos positivos nas reduções de consumo, emissão e produção de resíduos.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de água (m³). 	<ul style="list-style-type: none"> • Contabilização dos consumos de água nos diversos usos; • Implementação de acções de redução das áreas regadas e optimização dos sistemas de rega instalados.
BIODIVERSIDADE	•	<ul style="list-style-type: none"> • Prosseguimento do protocolo com o ICN⁵ e com a Universidade de Lisboa, no sentido de se efectuarem estudos para averiguar a eficácia de determinadas estruturas para a desfragmentação dos habitats; • Adopção de medidas especiais de minimização e compensação de impactes negativos ao nível da fragmentação e alteração de habitats; • As áreas de habitats afectadas pela construção de auto-estradas, que não são definitivamente ocupadas por essa infraestrutura, são restauradas por meio de planos de integração e recuperação paisagística.
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Emissões directas e indirectas de CO₂ (Ton); • Geração de resíduos (Ton). 	<ul style="list-style-type: none"> • Racionalização na gestão dos resíduos (redução, reutilização e valorização); • Realização de campanhas de qualidade do ar, da água, onde são monitorizados poluentes; • Existência de estações de tratamento de águas de escorrência em algumas situações.

⁵ Instituto da Conservação da Natureza

ASPECTOS	BRISA	
	INDICADORES	ACÇÕES
PRODUTOS E SERVIÇOS	•	<ul style="list-style-type: none"> • A travessia do Tejo no Carregado destaca-se como obra sustentável, durante a construção e durante a operação; • Introdução de procedimentos para a monitorização ambiental da rede de auto-estradas nas diversas fases (projecto, construção e exploração), por entidades terceiras independentes; • Adopção de técnicas inovadoras (técnicas de construção, escolha de materiais, equipamentos, entre outros) que permitem a redução de consumos de energia, água e combustíveis.
CONFORMIDADE	•	•
TRANSPORTE	•	•
GERAL	•	<ul style="list-style-type: none"> • A Investigação Ambiental é apoiada através do desenvolvimento de projectos de investigação, em parceria com partes interessadas; • Preocupação na obtenção de soluções técnicas sustentáveis do ponto de vista ambiental, com especial incidência na monitorização ambiental: ruído, águas superficiais e subterrâneas, fauna, entre outras; • Elaboração de um Manual de "Procedimentos Operacionais de Gestão Ambiental", cujo cumprimento é obrigatório por parte dos adjudicatários das empreitadas de construção; • Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), pelo adjudicatário, durante a fase de construção; • Implementação de barreiras acústicas; • Intervenções arqueológicas;

ASPECTOS	BRISA	
	INDICADORES	ACÇÕES
		• Execução de Planos de Monitorização e Redução de Ruído e de Planos Gerais de Monitorização do Ambiente.

III.6. EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A

O Grupo EDP tem como actividade principal a produção, distribuição e comercialização de energia, realizando ainda operações no sector das telecomunicações. O Grupo tem negócios não só em Portugal mas também em Espanha e no Brasil, tendo 14.141 pessoas a colaborar consigo.

Este é o segundo Relatório de Sustentabilidade da empresa, e foi elaborado segundo as linhas de orientação do GRI, tendo o seu conteúdo sido parcialmente verificado por uma entidade externa.

O Relatório de Sustentabilidade surge com o desafio assente na procura de uma gestão equilibrada entre as três vertentes da Sustentabilidade: ambiente, economia e sociedade, de modo a obter reconhecimento da comunidade onde se insere. A EDP assume como princípio da Responsabilidade Social o Desenvolvimento Sustentável, através dos seguintes princípios:

1. Criação de valor;
2. Eficiência na utilização de recursos;
3. Protecção do Ambiente;
4. Integridade;
5. Diálogo com as partes interessadas;
6. Gestão do capital humano;
7. Promoção do acesso à energia eléctrica;
8. Apoio ao desenvolvimento social.

O Grupo EDP possui a certificação de um Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001), e de um Sistema de Gestão da Segurança e da Saúde no Trabalho (OSHAS 18001), não fazendo referência ao longo do Relatório à norma SA 8000.

Relativamente às partes interessadas, as que foram referidas neste Relatório são: Clientes, Colaboradores, Accionistas, Fornecedores, Instituições Governamentais, Instituições Científicas, ONG's, Meios de Comunicação Social e Comunidades locais.

Pode ainda referir-se que a EDP recebeu vários prémios dos quais se destacam, pelo seu carácter ambiental, o Prémio *Greenlight* (Julho de 2005) com o projecto de eficiência energética na iluminação em 38 das suas lojas, e o Prémio de Melhor Relatório de Sustentabilidade (Novembro de 2005) (EDP, 2006).

Tabela 6. Indicadores e Acções Ambientais da EDP (EDP, 2006)

ASPECTOS	EDP	
	INDICADORES	ACÇÕES
MATERIAIS	•	• A EDP pretende colocar em exploração mais potência, através do recurso a origens renováveis e centrais tecnologicamente mais limpas.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo total de energias primária (Tj); • Consumo de electricidade (MWh); • Produção de electricidade a partir de fontes renováveis (MWh); • Evolução da potência instalada em energias renováveis em Portugal (MW); • Consumo de combustíveis fósseis em Portugal (ktep). 	• Investimento em áreas de negócio relacionadas com as energias renováveis, nomeadamente através do desenvolvimento de formas de produção de energia baseadas em energias renováveis.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo e uso de água (m³); • Consumo de água nos edifícios administrativos em Portugal (m³). 	• Melhorar a eficiência dos consumos de água, implementando medidas de monitorização e redução do consumo.
BIODIVERSIDADE	• Infra-estruturas dentro de áreas classificadas, em	• Início do levantamento das infra-estruturas que detém dentro de áreas com estatuto de

ASPECTOS	EDP	
	INDICADORES	ACÇÕES
	<p>Portugal (km, ha);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superfície inundada em Espanha (ha). 	<p>protecção, tendo cuidados especiais na sua gestão, nomeadamente promovendo estudos que permitam minimizar impactes e avaliar os efeitos da sua existência nos ecossistemas locais (encontram-se em curso 9 estudos de monitorização da fauna);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relativamente à distribuição de electricidade, em Portugal, foi prolongado o protocolo de compatibilização de redes e avifauna, celebrado entre a EDP e outras entidades.
<p>EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alterações Climáticas (g CO₂/kWh); • Emissões totais de CO₂, SO₂, NO_x e partículas (kt); • Emissões específicas de CO₂, SO₂, NO_x e partículas (g/kWh); • Emissões de SF₆ (kg); • Licenças de emissão atribuídas (Ton CO₂ equiv); • Principais categorias de resíduos eliminados (Ton); • Total de resíduos eliminados (Ton); • Total de resíduos perigosos (Ton); • Total de resíduos não perigosos (Ton); • Resíduos valorizados (%); • Total de subproduto vendido (Ton); • Volume total de efluente tratado na actividade de 	<ul style="list-style-type: none"> • Projectos de controlo ambiental, nomeadamente, para dessulfuração, redução das emissões de NO_x e partículas, em três centrais térmicas; • Encontra-se em implementação uma estratégia de combate às alterações climáticas, que passa pela diversificação da produção e pela aposta em fontes de energia renováveis; • Participação em Fundos de Carbono; • As cinzas volantes de carvão são utilizadas como subproduto na indústria cimenteira e betoneira; • As cinzas volantes de fuelóleo são sujeitas a um processo de inertização e posterior utilização de depósitos de fosfógeno; • O processo de controlo e gestão de resíduos encontra-se em fase de harmonização no Grupo, através da identificação das melhores práticas e procedimentos de recolha selectiva, acondicionamento, armazenamento temporário e encaminhamento para destino final;

ASPECTOS	EDP	
	INDICADORES	ACÇÕES
	<p>produção (m³);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rejeição de efluente para meio marítimo (m³); • Rejeição de efluente para águas estuarianas (m³). 	<ul style="list-style-type: none"> • Pretende-se aplicar medidas de redução de produção de resíduos na sua origem, minimização de resíduos perigosos e recuperação de desperdícios de materiais; • Em Portugal foi dada continuidade ao programa de eliminação de equipamentos contaminados com PCB's; • Construção de bacias de retenção de óleo e de caixas separadoras de óleo/água para transformadores em várias infra-estruturas; • Na sequência do processo de Avaliação do Impacte Ambiental do aterro de cinzas de fuelóleo, foi identificada, como alternativa ao projecto de encerramento das duas células de deposição existentes, a remoção total dos resíduos e exportação para eventual valorização ou eliminação/deposição em aterro.
PRODUTOS E SERVIÇOS		<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento de um Guia de eficiência energética; • Acções de sensibilização para a utilização racional de energia; • Promoção do desenvolvimento de tecnologias energéticas mais limpas e eficientes.
CONFORMIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Processos de contra ordenação de natureza ambiental (n.º processos). 	<ul style="list-style-type: none"> • Foram registadas várias reclamações e vários processos de contra ordenação.
TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de veículos da frota automóvel, em Portugal (várias unidades); • N.º médio de km percorridos por viatura, por tipo de combustível, em Portugal (km/ano). 	<ul style="list-style-type: none"> • Minimização dos impactes da frota automóvel, através da renovação da frota, nomeadamente por veículos com tecnologias menos poluentes (a EDP tem ao serviço uma pequena frota de veículos híbridos em fase de teste).

ASPECTOS	EDP	
	INDICADORES	ACÇÕES
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento Ambiental (n.º de licenciamentos); • Avaliação do Impacte Ambiental (N.Q). 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação no Programa “Energy Wisdom”, iniciativa orientada para a divulgação de projectos na área do Desenvolvimento Sustentável; • Continuidade da implementação de sistemas de gestão ambiental e da segurança e saúde no trabalho; • Desenvolvimento de um Sistema de Contabilidade Ambiental, que permitirá a recolha automática de informação desse tipo, para as empresas do Grupo EDP em Portugal; • Na actividade de produção deu-se continuidade à realização de simulacros de cenários de acidente ambientais constantes dos planos de emergência internos das instalações; • Minimização do impacte ambiental das actividades desenvolvidas; • Contribuição para o 3º Relatório Global, com projectos que se enquadram na área das Energias Renováveis, “Fuel Switching” e Nova Capacidade de Produção Térmica, que conduziram a uma efectiva redução de emissões; • Diversas iniciativas de sensibilização da sociedade para os problemas das alterações climáticas e da eficiência energética; • Implementação de uma estratégia de combate às alterações climáticas; • Participação em iniciativas que contribuam para a preservação do Ambiente; • Participação em projectos e fóruns nacionais e internacionais de I&D.

III.7. LIPOR

A Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – tem como principal actividade a reciclagem, valorização, tratamento e aproveitamento final dos resíduos sólidos, entregues pelos municípios associados e por outras entidades que venha a admitir, bem como a gestão, manutenção e desenvolvimento das infra-estruturas necessárias para o efeito. Além disso, é ainda levado a cabo um conjunto diversificado de projectos complementares, dos quais se destaca o trabalho realizado na promoção da Educação Ambiental. Tem na sua colaboração 216 trabalhadores.

Este é o segundo Relatório de Sustentabilidade publicado pela empresa, e foi elaborado com base nas directrizes do GRI, não tendo sido sujeito a verificação por uma entidade externa.

O Relatório tem um papel preponderante, permitindo avaliar a evolução do trabalho e, ao mesmo tempo, identificar oportunidades de melhoria para a organização, continuando a ter como propósito central tornar o Relatório de Sustentabilidade uma ferramenta de grande utilidade para os *stakeholders*.

A Lipor assume como princípio da Responsabilidade Social o Princípio da Sustentabilidade, através da protecção ambiental, da justiça e equidade social e do crescimento e desenvolvimento da organização, através dos seguintes princípios:

1. Promover o crescimento e desenvolvimento da organização, criando valor intrínseco para os *stakeholders*;
2. Proteger o ambiente, investindo em processos e tecnologias mais limpas, apostando em projectos de requalificação ambiental e sensibilizando as populações para a adopção de atitudes ambientalmente mais correctas;
3. Proporcionar aos colaboradores as condições ideais para o seu crescimento profissional e pessoal, nomeadamente a nível das condições de higiene e segurança, de remuneração justa, da formação e do envolvimento da organização com cada um;
4. Contribuir para o desenvolvimento da comunidade em que nos inserimos, fomentar actividades culturais e educativas e promovendo e apoiando iniciativas de cariz social.

O Centro de Triagem (CT), a Central de Valorização Energética (CVE) e o Aterro Sanitário da Maia (ASM) possuem a Certificação pelas normas ISO

9001 e ISO 14001. A certificação segundo a norma OSHAS 18001/NP 4397 estava prevista para o início de 2006 com a auditoria de certificação, estabelecendo assim um Sistema de Gestão Integrado, com a excepção da Central de Valorização Orgânica (CVO). Também em 2006 estava previsto iniciar o processo de certificação, segundo a norma de Responsabilidade Social SA 8000.

Relativamente às partes interessadas, as que foram referidas neste relatório são: Municípios, Fornecedores, Colaboradores, Universidades e Institutos, REN, Recicladores, Sociedade Ponto Verde, Associações Sectoriais e Comunidade (Lipor, 2006).

Tabela 7. Indicadores e Acções Ambientais da Lipor (Lipor, 2006)

ASPECTOS	LIPOR	
	INDICADORES	ACÇÕES
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de papel (kg); • Consumo de tinteiros (nº). 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da utilização de papel; • Realização de acções de sensibilização para a utilização das folhas para rascunho e para moderação das impressões; • Acções de sensibilização internas para a poupança de recursos.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de energia eléctrica (kWh); • Consumo de gasóleo da frota Lipor (Lts); • Consumo de Combustíveis do Serviço Ecofone (Lts); • Consumo de combustíveis nas máquinas móveis do CT (Lts); • Consumo de gás no CT e na CVE (M³; NM³); • Energia exportada na CVE (MWh). 	<ul style="list-style-type: none"> • Aposta na sensibilização para a utilização da lotação completa e da carga máxima das viaturas; • Estudo da possibilidade de se instalar um sistema para a valorização energética do biogás produzido no aterro; • Monitorização mensal dos gastos em energia, tentando implementar medidas mitigadoras; • Na CVE, cerca de 10% da energia produzida é utilizada para consumo na instalação, sendo a restante exportada para a rede.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de água (m³). 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de campanhas internas para a sensibilização da poupança de água; • Adopção de soluções para a reutilização de água na CVE.

ASPECTOS	LIPOR	
	INDICADORES	ACÇÕES
BIODIVERSIDADE	•	<ul style="list-style-type: none"> • A “Horta da Formiga” tem como principal objectivo a preservação da biodiversidade. • Tinteiros reencaminhados para valorização; • Tratamento das águas residuais da CVO na ETAR; • No CT os resíduos não-perigosos são enviados para a CVE, e os resíduos perigosos são enviados para empresas licenciadas para o seu tratamento; • O CT tem um sistema de depuração do ar, com captura de poeiras e partículas, que são encaminhadas para a Unidade de Inertização de Cinzas da Lipor II; • Na CVE, as sucatas ferrosas são enviadas para a reciclagem e as restantes são encaminhadas para o ASM, assim como as cinzas resultantes do processo de depuração dos efluentes gasosos; • Monitorização em contínuo das emissões gasosas. Os parâmetros a medir e os valores limite de emissão foram definidos pela Autorização de Funcionamento da Central de tratamento de Resíduos Sólidos, emitida pelo Instituto de Resíduos; • A monitorização da Dioxinas e Furanos é efectuada anualmente, dada a impossibilidade de se efectuar a monitorização em contínuo; • No caso do ASM, existe um alvéolo que se destina às escórias e outro para os RSU's não tratados, tendo este último uma impermeabilização reforçada; • O ASM está dotado de um sistema de drenagem, recolha e queima de biogás; • Tratamento do efluente produzido no Aterro, de modo a que seja possível a sua
EMISSIONES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha selectiva de resíduos biodegradáveis (kg); • Rejeitados do CT (kg); • Resíduos produzidos no CT (kg); • RSU's Incinerados (Ton); • Produção de escórias na CVE (Ton); • Produção de cinzas na CVE (Ton); • Emissões de partículas, NO_x, HCl, HF, SO₂ e CO, na CVE (mg/Nm³); • Emissões de Dioxinas e Furanos na CVE (ngTEQ/Nm³); • Resíduos encaminhados para o ASM (Ton); • Produção de biogás no ASM (m³); • Lixiviado Produzido no ASM (m³); • Refugos (Plástico, metais ferrosos, madeiras e inertes) da CVO (Ton). 	

ASPECTOS	LIPOR	
	INDICADORES	ACÇÕES
		<ul style="list-style-type: none"> utilização para outros fins (ex: rega); • Separação das águas pluviais do restante efluente para a diminuição das quantidades de lixiviados; • A CVO dispõe de recolha de águas pluviais na cobertura, enquanto no interior da instalação todas as águas de processo e provenientes da zona de recepção dos resíduos são recirculadas através dum circuito específico de recolha; • Na CVO os metais ferrosos são encaminhados para reciclagem, enquanto os restantes rejeitados são encaminhados para o Pólo da Lipor II; • Na CVO, os óleos minerais são enviados para instalações de tratamento autorizadas.
PRODUTOS SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> • Material recolhido no projecto Ecofone (kg); • Material recolhido no projecto Minhoteiras (kg); • Material recolhido no projecto Construção e Demolição (kg); • Material recolhido no projecto Estádios (kg); • Material recolhido no projecto Feiras (kg). 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de campanhas de sensibilização e promoção de “boas práticas” na gestão dos resíduos; • Ecofone é um serviço gratuito de recolha selectiva de resíduos (papel/cartão, vidro e embalagens de plástico e metal) ao domicílio; • O projecto Minhoteiras envolve a recolha selectiva, semanal, na Zona Industrial de Minhoteiras; • Recolha selectiva dos resíduos de Construção e Demolição, com possibilidade de valorização; • Está prevista a edição de alguns documentos importantes, nomeadamente uma proposta de regulamento municipal a adoptar pelos municípios da Área Metropolitana do Porto, um guia de boas práticas para a gestão dos Resíduos de Construção e Demolição e um conjunto de

ASPECTOS	LIPOR	
	INDICADORES	ACÇÕES
		<p>normas técnicas para a inclusão nos cadernos de encargos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do aumento dos circuitos de recolha selectiva da fracção biodegradável; • Implementação de um projecto-piloto de recolha selectiva de resíduos orgânicos nos domicílios; • Os resíduos verdes são recolhidos nos ecocentros, entregues nas instalações da Lipor por entidades privadas do sector da jardinagem, ou recolhidos nos cemitérios; • Desenvolvimento de projectos que respondam às necessidades específicas dos cidadãos e das empresas, com vista à melhoria do serviço prestado à comunidade e ao aumento das quantidades de materiais enviados para a reciclagem.
CONFORMIDADE	•	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento de toda a legislação aplicável.
TRANSPORTE	•	•
GERAL	•	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de um projecto para avaliar o impacto da instalação da CVE, quer a nível ambiental, quer a nível psicossocial – Plano de Monitorização Externa da Lipor II; • Recuperação de espaços permitindo a sua utilização como espaços de lazer, valorizando a paisagem, restaurando os ecossistemas e repondo a biodiversidade nas zonas intervencionadas; • Controlo e monitorização em contínuo de todas as fases do processo de incineração, da CVE, permitindo uma rápida resposta em caso de anomalia; • Promoção de protocolos com as

ASPECTOS	LIPOR	
	INDICADORES	ACÇÕES
		Universidades, para o desenvolvimento de projectos inovadores, designadamente na área da Gestão de Resíduos e da Sustentabilidade.

III.8. MILLENNIUM bcp

O Millennium bcp é uma instituição bancária, presente nos mercados nacional e internacional, com 11.510 colaboradores.

Este é o primeiro Relatório de Sustentabilidade da empresa, dando sequência ao Relatório de Responsabilidade Social de 2004. É elaborado de acordo com as directrizes estabelecidas pelo GRI, uma vez que a empresa considerou ser este o referencial mais adequado para permitir a comparabilidade e consistência da informação apresentada. O seu conteúdo foi imparcialmente verificado. A sua elaboração surgiu da vontade de divulgar as políticas de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, sendo o seu princípio de Responsabilidade Social o Princípio da Sustentabilidade.

O Millennium bcp iniciou um projecto, em 2005, que visa a certificação de acordo com a Norma NP EN ISO 9001. Na sua primeira fase abrange um número limitado de actividades que, a longo prazo, tem por objectivo um único Sistema Integrado de Gestão da Qualidade. Relativamente à norma SA 8000 não é feita qualquer referência.

As partes interessadas referidas neste relatório foram: Accionistas, Clientes, Colaboradores, Universidades, Comunidade, Entidades oficiais, Fornecedores, Investidores e ONG's (Millennium bcp, 2006).

Tabela 8. Indicadores e Acções Ambientais Millennium bcp (Millennium bcp, 2006)

ASPECTOS	MILLENNIUM bcp	
	INDICADORES	ACÇÕES
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de papel (Ton); • Consumo de toners e tinteiros (Und). 	<ul style="list-style-type: none"> • Desmaterialização dos impressos; • Redução do n.º de impressões de extractos.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de energia (Tj). 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de acções para melhorar a

ASPECTOS		MILLENNIUM bcp	
		INDICADORES	ACÇÕES
			eficiência energética, através da monitorização dos consumos de energia eléctrica e gás.
ÁGUA	• Consumo de água (N.Q.).		<ul style="list-style-type: none"> • No Tagusparque existe um sistema de drenagem, recolha e bombagem para reaproveitamento de excedentes de água de rega; • Sensibilização dos colaboradores para a poupança de água; • Detecção de discrepâncias de consumos ocasionadas por fugas ou desperdícios de água e pela instalação de mecanismos de poupança.
BIODIVERSIDADE	• Biodiversidade (N.Q.).	•	
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Resíduos de papel e cartão (Ton); • Resíduos de Toners e tinteiros (Und); • Resíduos de equipamento informático (Und); • Resíduos de outros equipamentos obsoletos (Und); • Emissões atmosféricas (Ton CO₂ equivalente); • Efluentes líquidos (m³). 		<ul style="list-style-type: none"> • Nos locais de maior produção, os resíduos de papel e cartão, bem como os equipamentos obsoletos, são recolhidos por operadores autorizados pelo Instituto dos Resíduos; • Deposição dos resíduos de plástico, provenientes de alguns edifícios e armazéns, em ecopontos; • Recolha de tinteiros e toners usados e reencaminhamento para valorização.
PRODUTOS E SERVIÇOS	•		• Financiamento de grandes projectos de investimento em sectores como a energia, o ambiente (água e saneamento, tratamento de resíduos), as telecomunicações, etc.
CONFORMIDADE	•		• Não foram registadas multas ou incidentes.
TRANSPORTE	•		•
GERAL	•		• Cooperação com organizações que promovam o Ambiente (ex: mecenato);

ASPECTOS	MILLENNIUM bcp	
	INDICADORES	ACÇÕES
		<ul style="list-style-type: none">• Protocolo celebrado com o Instituto do Mar (Universidade Nova de Lisboa) para desenvolver investigação sobre a gestão ambiental do Banco;• Adesão aos Princípios do Equador.

III.9. GRUPO PORTUGAL TELECOM (PT)

O Grupo Portugal Telecom é constituído por várias empresas, que têm como principal actividade o sector das comunicações. É um grupo que actua no mercado internacional e com o qual colaboram 13.100 trabalhadores em mercado nacional e 19.289 no mercado internacional.

Este é o segundo Relatório de Sustentabilidade da empresa, e foi elaborado de acordo com as directrizes do GRI, tendo o seu conteúdo sido sujeito a um processo de verificação independente da totalidade da informação nele incluída.

O Relatório de Sustentabilidade apresenta um balanço equilibrado e correcto do desempenho económico, ambiental e social da organização. A PT assume como princípio da Responsabilidade Social o Desenvolvimento Sustentável, através dos seguintes princípios:

1. Ter conhecimento dos impactes ambientais, sociais e económicos, provenientes dos produtos e serviços;
2. Estar em conformidade com os requisitos legais relevantes e, quando necessário, superá-los;
3. Promover a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos e serviços que contribuam para o Desenvolvimento Sustentável;
4. Implementar uma gestão eficaz dos recursos energéticos e de resíduos, controlar os níveis de emissões e dinamizar processos ambientalmente amigáveis e de respeito pelos direitos humanos e condições de trabalho;
5. Tornar acessíveis, a todas as partes interessadas, dados sobre a performance ambiental, social e económica. Ser transparente e criar proximidade;

6. Cooperar de forma construtiva sempre que se investiguem, desenvolvam ou promovam benefícios que, a informação e as tecnologias da informação, possam trazer ao Desenvolvimento Sustentável;
7. Criação de uma entidade com responsabilidades de coordenação dos programas de melhoria nas áreas económica, social e ambiental;
8. Criar ambientes de trabalho que promovam o equilíbrio entre a vida profissional e privada, que sejam susceptíveis de incentivar a vontade de ser melhor e o respeito pela diversidade.

Tratando-se de um Grupo constituído por várias empresas, nem todas elas são certificadas com as mesmas normas. No entanto, aqui vão ser referidas as certificações que foram descritas ao longo do relatório: Certificação Ambiental pela ISO 14001, Certificação da Qualidade pela ISO 9001 e Certificação em Saúde e Segurança no Trabalho pelas OSHAS 18001, não sendo feita referência à norma SA 8000.

Relativamente às partes interessadas, as que foram referidas neste relatório são: Clientes, Comunidade financeira, Media, Entidades reguladoras e Fiscalizadoras, Colaboradores, Fornecedores e Comunidade.

Pode ainda referir-se que o Grupo PT integra o *Index* de Responsabilidade Social *FTSE4GOOD* (Portugal Telecom, 2006).

Tabela 9. Indicadores e Acções Ambientais da PT (Portugal Telecom, 2006)

ASPECTOS	PT	
	INDICADORES	ACÇÕES
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de papel (Ton); • Consumo de materiais por tipo (Ton, kg, Und). 	<ul style="list-style-type: none"> • Reutilização de materiais de comunicação, que passaram a ser transformados noutras peças utilitárias (ex: capas de blocos de papel, malas, etc); • Disponibilização da factura electrónica, com vista à redução do consumo de papel; • Campanhas de redução do consumo de papel.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de energia (Gj, Lts). 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de sensores de iluminação em várias áreas do edifício.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de água (m³). 	<ul style="list-style-type: none"> •

ASPECTOS	PT	
	INDICADORES	ACÇÕES
BIODIVERSIDADE	•	<ul style="list-style-type: none"> • Programa para protecção e restauro de ecossistemas e espécies nativas em áreas degradadas; • Desenvolvimento de iniciativas em conjunto com o ICN para a realocização de cegonhas que nidificaram nas infra-estruturas da rede de telecomunicações.
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Emissões de CO₂ (Ton); • Quantidade de resíduos produzidos dos diferentes tipos e destino (Ton, Lts, kg, m³); • Telemóveis e baterias reutilizados e reciclados (Ton); • Telemóveis e baterias recuperados, reutilizados e reciclados (%). 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação à Sociedade Ponto Verde para a gestão de resíduos de embalagens; • Reciclagem dos cabos de comunicação; • Dinamização do programa de trocas, com vista à promoção da reutilização e reciclagem de telemóveis; • Colocação de unidades de recolha de pilhas usadas nas instalações do edifício; • Campanha de separação e encaminhamento de resíduos; • Em conjunto com a AMI preparou uma acção de recolha e envio para reciclagem de equipamentos acessórios de informática, revertendo os fundos, resultantes da revenda, para acções de solidariedade.
PRODUTOS E SERVIÇOS	•	•
CONFORMIDADE	•	• Não se registaram coimas.
TRANSPORTE	•	•
GERAL	• Custos e benefícios associados ao SGA (várias unidades de medida).	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de campanhas de sensibilização junto dos colaboradores e não só, como é exemplo o projecto "Praia Limpa, Praia Segura"; • Estabelecimento de parcerias com universidades e grupos de investigação no sentido de monitorizar os impactes decorrentes da sua actividade;

ASPECTOS	PT
INDICADORES	ACÇÕES
	<ul style="list-style-type: none">• Existência de casos em que foram alterados os traçados aéreos por subterrâneos de modo a reduzir o impacte paisagístico;• Divulgação da gestão ambiental aos colaboradores;• Desenvolvimento de actividades tendo em vista a minimização das preocupações da sociedade, relativas aos impactes originados pelas estações de transmissão, nomeadamente, a realização de medições sistemáticas dos campos electromagnéticos para sustentar o cumprimento dos limites de referência;• Apoio do projecto MonIT, lançado pelo Instituto das Telecomunicações do Instituto Superior Técnico, com o objectivo de realizar medições sistemáticas dos campos electromagnéticos das estações de transmissão em todo o território nacional;• Desenvolvimento de medidas no sentido de minimizar os impactes visuais decorrentes da instalação de estações de transmissão, com soluções adaptadas ao respectivo meio envolvente;• Privilégio da partilha de infra-estruturas, em detrimento da criação de novas.

III.10. REDE ELECTRICA NACIONAL S.A. – REN

A REN tem como actividade principal a gestão global do sistema eléctrico de serviço público, exploração da rede nacional de transporte de energia eléctrica e planeamento, projecto e construção das respectivas infra-estruturas. A empresa tem negócios apenas em Portugal, tendo 584 pessoas a colaborar consigo.

Este é o primeiro Relatório de Sustentabilidade da empresa, e foi elaborado tendo por base as directrizes do GRI. O seu conteúdo foi sujeito a uma verificação independente.

O Relatório de Sustentabilidade surge como um compromisso estabelecido com a sociedade civil, com o objectivo de a manter informada sobre os desenvolvimentos alcançados nestas matérias. A REN assume como princípio da Responsabilidade Social o Desenvolvimento Sustentável.

A empresa possui a certificação dos seguintes Sistema de Gestão: Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001), Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001) e Sistema de Gestão da Segurança e da Saúde no Trabalho (OSHAS 18001), não fazendo referência ao longo do relatório à norma SA 8000.

Relativamente às partes interessadas, as que foram referidas neste relatório são: Accionistas, Clientes, Consumidores, Colaboradores, Fornecedores, Comunidade, Sector financeiro e as Entidades oficiais (Rede Eléctrica Nacional S.A., 2006).

Tabela 10. Indicadores e Acções Ambientais da REN (Rede Eléctrica Nacional S.A., 2006)

ASPECTOS	REN	
	INDICADORES	ACÇÕES
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none">• Consumo total de papel (Ton);• Consumo de papel médio diário/colaborador (n.º de folhas);• Consumo de papel reciclado e não reciclado (%).	<ul style="list-style-type: none">• Implementação de medidas de minimização do consumo de recursos como papel;• Uso de papel reciclado para documentos internos;• Consumo de desperdícios da indústria têxtil nas diversas actividades de manutenção da empresa.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none">• Evolução das perdas na rede (%);	<ul style="list-style-type: none">• Promoção das energias renováveis e da eficiência energética;

ASPECTOS	REN	
	INDICADORES	ACÇÕES
	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de combustíveis da frota (Lts); • Consumo de electricidade (Gj). 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de medidas de minimização do consumo de recursos como energia.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de água (m³). 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de medidas de minimização do consumo de recursos como água.
BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Ninhos de cegonha branca (n.º); • Taxa de Incidentes em linha com a cegonha branca (%); • Medidas de controlo da nidificação (n.º). 	<ul style="list-style-type: none"> • Protecção da avifauna através do estabelecimento de traçados com menor impacte ambiental; • Protocolo estabelecido com o ICN e patrocínio do projecto com vista à conservação da população da Águia da Bonelli; • Abertura e manutenção da faixa de protecção que consiste no corte ou decote de arvores de forma a garantir a segurança.
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade total de SF₆ instalada em equipamentos e taxa de fugas de gás (kg); • Taxa de fugas de SF₆ (%); • Emissões de CO₂ provenientes da frota (kg CO₂); • Emissões directas e indirectas (Ton CO₂); • Resíduos perigosos produzidos (%); • Resíduos não perigosos produzidos (%); • Quantidade de residuos produzidos por destino final (Ton). 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorização centralizada do SF₆ e promoção de medidas de controlo sistemático com vista à sua minimização; • Inventário de todos os equipamentos que contêm substâncias destruidoras da camada de ozono; • Substituição programada de equipamentos de refrigeração que contêm CFC e HCFC; • Rejeição dos efluentes domésticos efectuada, preferencialmente, para colectores municipais, e no caso de não ser possível, possuem órgãos de tratamento de águas residuais domésticas, fossas sépticas estanques e poços absorventes; • Os resíduos são armazenados e recolhidos por operadores licenciados, sendo dada preferência à reutilização e reciclagem; • Existência de uma politica de reutilização de equipamentos informáticos já amortizados (ex: doação a escolas).

ASPECTOS	REN	
	INDICADORES	ACÇÕES
PRODUTOS E SERVIÇOS	•	•
CONFORMIDADE	•	<ul style="list-style-type: none"> • Foram instaurados três processos de contra ordenação, por incumprimento de processos de AIA e uma notificação.
TRANSPORTE	•	•
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Custos ambientais (€). 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoramento da metodologia de identificação dos aspectos ambientais e avaliação de significância dos seus impactes; • Inclusão de cláusulas especiais e especificações técnicas nos contratos com os principais prestadores de serviços, com o objectivo de garantir a minimização do impacte ambiental da sua actividade; • Realização de acções de formação e sensibilização aos seus colaboradores e prestadores de serviços, cuja actividade possa ter impacte significativo no ambiente; • Publicação de Relatórios e brochuras de sensibilização ambiental, de que é exemplo o "Manual de Boas Práticas Ambientais"; • Identificação das instalações que apresentam níveis de ruído susceptíveis de provocar incomodidade, tendo resultado na construção de muros de insonorização; • Desenvolvimento de estudos para a definição de novas soluções de minimização do ruído, tendo sido estabelecido um protocolo com a Universidade de Aveiro; • Controlo regular dos valores de exposição do público em geral a campos eléctricos e magnéticos com origem em infra-estruturas

ASPECTOS	REN	
	INDICADORES	ACÇÕES
		<p>da rede;</p> <ul style="list-style-type: none">• Estabelecimento de um acordo de pesquisa, com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, para a preparação de uma linha de investigação sobre os efeitos dos campos eléctricos e magnéticos sobre a saúde, além de estudos para diminuir estas emissões;• Desenvolvimento de actividades de desactivação e desmontagem de troços de linhas antigas, inseridas em ambiente urbano ou suburbano;• Desenvolvimento de estudos de minimização do impacte e execução dos trabalhos, para as instalações que nos últimos anos têm vindo a ser rodeadas por agregados habitacionais;• Identificação e registo das ocorrências ambientais, independentemente da sua dimensão;• Investimento em projectos de I&D;• Desenvolvimento de um Guia sobre Instalações da RNT (linhas aéreas e subterrâneas e subestações), em parceria com o IA.

III.11. SANTANDER TOTTA

O Santander Totta é uma instituição bancária que trabalha em mercado internacional, tendo 5995 colaboradores em Portugal num total de 6231.

Este é o segundo Relatório de Sustentabilidade da empresa, e foi elaborado segundo as linhas de orientação do GRI, não tendo o seu conteúdo sido sujeito a verificação.

O Relatório de Sustentabilidade surge com o intuito de dar a conhecer, às partes interessadas, a crescente importância da Sustentabilidade e as

principais acções de Responsabilidade Social por parte da empresa. O Santander Totta assume como princípio da Responsabilidade Social o Desenvolvimento Sustentável.

A empresa possui um Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001) certificado, e não faz referência à norma SA 8000.

Relativamente às partes interessadas, as que são referidas neste relatório são: Clientes, Autoridades, Fornecedores, Colaboradores, Accionistas e Universidades (Santander Totta, 2006).

Tabela 11. Indicadores e Acções Ambientais do Santander Totta (Santander Totta, 2006).

ASPECTOS	SANTANDER TOTTA	
	INDICADORES	ACÇÕES
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de papel (Ton). 	<ul style="list-style-type: none"> • Todo o papel utilizado é 100% livre de cloro ou outras substâncias de branqueamento; • Instalação de equipamentos que permitem a redução da utilização de papel.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de energia (Gj). 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de um sistema de gestão técnica centralizada para os principais sistemas eléctricos e electromecânicos, para maior eficiência energética; • Utilização de lâmpadas de baixo consumo em todas as instalações; • Utilização de balastros electrónicos nas armaduras de iluminação que permitem a redução do consumo de energia.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de água (m³). 	<ul style="list-style-type: none"> •
BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Emissões directas (Ton CO₂ equiv.); • Emissões da produção de electricidade adquirida à EDP e Sodesa (Ton CO₂ equiv.); • Emissões indirectas (Ton CO₂ equiv.). 	<ul style="list-style-type: none"> • O papel e embalagens são enviados para empresas especializados na sua reciclagem; • Criação de um plano de recolha e reciclagem de baterias por uma empresa especializada; • Reciclagem ou doação do material dos balcões remodelados; • Substituição dos aparelhos de ar

ASPECTOS		SANTANDER TOTTA		
		INDICADORES	ACÇÕES	
			condicionado por outros que não contemham CFC's.	
PRODUTOS E SERVIÇOS	•		•	
CONFORMIDADE	•		•	
TRANSPORTE	•	Deslocações da organização (km, horas de avião).	•	
GERAL	•		<ul style="list-style-type: none"> • Abolição do sistema de revelação de documentos por microfilmagem que consumia vários tipos de substâncias perigosas; • Implementação de sistemas de redução de ruído; • Estudos das condições climatéricas, bacteriológicas e de iluminação das instalações; • A colocação dos equipamentos mais ruidosos é munida de condições acústicas, de forma a minimizar o ruído; • Realização de auditorias técnicas e ambientais, que avaliam a qualidade do ar interior e inspeccionam os sistemas AVAC; • Realização de acções de formação; • Protocolo com o Instituto Superior de Agronomia para análise dos incêndios florestais e formas de os evitar; • Introdução do impacte ambiental como variável na análise do risco associado ao crédito concedido; • Participação como assessor financeiro da EDP na aquisição da totalidade dos activos eólicos da Nuon em Espanha. 	

III.12. UNICER – BEBIDAS DE PORTUGAL, SGPS, SA.

O Grupo UNICER exerce uma actividade industrial, incluindo a produção de bebidas. Dedicada a sua actividade apenas em mercado nacional, e tem 2271 trabalhadores.

Este é o segundo Relatório de Sustentabilidade da empresa, e foi elaborado de acordo com as directrizes do GRI, não tendo o seu conteúdo sido sujeito a verificação.

O Relatório de Sustentabilidade surge com o dever de partilhar com a comunidade, e com todos os que se relacionam com o Grupo, os principais acontecimentos e acções que caracterizam, em 2005, o desempenho nas vertentes económica, ambiental e social. Além disso, o Grupo pretende assumir o papel de promotor de um Desenvolvimento Sustentável, sendo este o princípio que assume como Responsabilidade Social.

O Grupo Unicer é constituído por várias empresas, e nem todas possuem certificação pelas mesmas normas. Ao longo do relatório, as certificações mencionadas são: Sistema de Gestão Ambiental pela ISO 14001, Sistema de Gestão da Qualidade pela ISO 9001 e Sistema de Gestão da Segurança e da Saúde no Trabalho pelas OSHAS 18001, além do Sistema HACCP. Quanto à norma SA 8000 não é feita qualquer referência.

Relativamente às partes interessadas, as referidas neste relatório são: Accionistas, Organizações sindicais/Comissão de trabalhadores, Fornecedores, Colaboradores, Comunidade/Comunidades locais, Universidades/Instituições científicas/Associações sectoriais, Órgãos de comunicação social, Clientes (hotéis, restaurantes e cafés, “Take Home” e distribuidores) e Consumidores.

No que respeita ao consumo de electricidade nos edifícios, é de destacar a implementação do projecto *Greenlight*, um programa voluntário da União Europeia, que visa promover a poupança de energia nos sistemas de iluminação e a que o Grupo Unicer aderiu (Unicer – Bebidas de Portugal, SGPS, SA., 2006).

Tabela 12. Indicadores e Acções Ambientais da Unicer (Unicer – Bebidas de Portugal, SGPS, SA., 2006)

ASPECTOS	UNICER	
	INDICADORES	ACÇÕES
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Principais matérias-primas consumidas (Ton e Lts); • Consumo de embalagens primárias (Unid); • Produção de subprodutos (Ton resíduos). 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um circuito de recolha das embalagens de tara retornável; • Desenvolvimento de esforços junto dos fornecedores de embalagens, no sentido de reduzir a incorporação de materiais nas mesmas; • Utilização dos subprodutos, resultantes de vários processos, para alimento de animais e para valorização em processos de destilação.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de energia eléctrica (MWh/ano); • Consumo de energia térmica (MWh); • Consumo de combustíveis (Ton). 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção sustentável de energia através de cogeração; • Implementação do projecto Greenlight.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de água (m³). 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorização dos consumos e de perdas de água; • Definição de objectivos e metas de consumo; • Optimização dos consumos nos processos auxiliares; • Sensibilização e responsabilização dos colaboradores, incluindo um sistema de avaliação destes, no que respeita à política de minimização dos consumos de água; • Análise e tratamento dos dados monitorizados, de modo a assegurar que o volume de água extraído seja adequado à capacidade natural de renovação dos sistemas aquíferos; • Preocupação de busca de novos locais de extracção e execução de novas captações; • Diminuição do consumo de água global e

ASPECTOS	UNICER	
	INDICADORES	ACÇÕES
		aumento da taxa de recuperação.
BIODIVERSIDADE	•	•
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Emissões de gases com efeito de estufa (Ton GEE); • Emissões de gases com potencial acidificante (Ton GPA); • Produção total de resíduos (Ton); • Resíduos valorizáveis por tipo (Ton); • Volume de águas residuais (m³); • Carga poluente da água residual (Ton CQO); • Produção de águas residuais (kg CQO). 	<ul style="list-style-type: none"> • Acordo com a Sociedade Ponto Verde, transferindo para esta a responsabilidade pela recolha das embalagens em fim de vida; • Condução adequada das ETAR's; • Redução das emissões das instalações de combustão assegurando elevada eficiência no processo de queima; • Controlo da qualidade dos combustíveis, sobretudo no que respeita ao dióxido de enxofre; • Monitorização das emissões e cumprimento dos VLE's para todos os parâmetros, com excepção dos óxidos de azoto, dada a impossibilidade técnica para reduzir estas emissões; • Processos de recuperação de CO₂ implementados em todos os centros de produção de cervejas, que depois de tratado é utilizado noutros processos; • Promoção da redução de resíduos, através da maximização da eficiência dos processos produtivos; • Redução da perigosidade dos resíduos, evitando ou minimizando, sempre que possível, a sua utilização; • Promoção da valorização de resíduos, adoptando boas práticas de separação, triagem e acondicionamento; • Adesão ao projecto "OPERAÇÃO RESTAURAÇÃO 5 ESTRELAS", que visa a gestão de resíduos biodegradáveis, para encaminhamento para a CVO da Lipor;

ASPECTOS	UNICER	
	INDICADORES	ACÇÕES
		<ul style="list-style-type: none"> • Registo actualizado dos resíduos produzidos, de modo a simplificar o preenchimento dos mapas de registo de resíduos, que a legislação em vigor impõe; • Caracterização dos resíduos produzidos, reunindo a informação para a classificação e para a definição do destino mais adequado.
PRODUTOS E SERVIÇOS	•	•
CONFORMIDADE	•	•
TRANSPORTE	•	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o cumprimento dos requisitos legais para o transporte de resíduos. • Implementação de medidas de fim de linha com o objectivo de minimizar impactes ambientais; • Adopção das melhores tecnologias disponíveis e das melhores práticas de gestão, optimizando o consumo de recursos naturais e a minimização da poluição na origem; • Orientação da actuação ambiental no sentido de promover a melhoria contínua dos aspectos ambientais significativos; • Acompanhar e medir o desempenho ambiental; • Realização de auditorias ambientais às unidades produtivas; • Implementação de um sistema de gestão Multisite (Sistema de gestão único para todo o Grupo - não concluído); • Levantamento e análise das condições de emissão de ruído para o exterior, nas várias unidades produtoras do Grupo; • Os fornecedores são submetidos a
GERAL	•	

ASPECTOS	UNICER	
	INDICADORES	ACÇÕES
		processos de selecção e aprovação, sendo efectuadas auditorias.

III.13. VALORSUL

A Valorsul S.A. é a sociedade concessionária responsável pela Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) da área metropolitana de Lisboa (Norte). Este sistema de gestão integrado de RSU foi concebido de modo a aproveitar as potencialidades da valorização dos resíduos, tendo em conta três tipos de recolha: indiferenciada, selectiva de materiais recicláveis e selectiva de matéria orgânica. Este é o segundo Relatório de Sustentabilidade da empresa, e o seu conteúdo não foi sujeito a verificação por uma entidade externa. Para a sua elaboração foi feita uma adopção informal das directrizes do GRI, uma vez que a organização apenas se baseou na estrutura destas directrizes, e não na totalidade do seu conteúdo. A Valorsul tem como princípio de Sustentabilidade o Desenvolvimento Sustentável.

A empresa possui um Sistema de Gestão Integrado certificado, com um sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001) e um sistema de Gestão da Segurança e da Saúde no Trabalho (OSHAS 18001), para as actividades de tratamento e valorização energética dos RSU. Quanto à norma SA 8000 não é feita nenhuma referência.

Relativamente às partes interessadas, as referidas no relatório foram: Colaboradores, Fornecedores, Comunidade, Accionistas e Clientes (Valorsul, 2006).

Tabela 13. Indicadores e Acções Ambientais da Valorsul (Valorsul, 2006)

ASPECTOS	VALORSUL	
	INDICADORES	ACÇÕES
MATERIAIS	• Consumo de materiais auxiliares (Mg).	• Redução do consumo de papel, através da utilização do sistema informático.
ENERGIA	• Consumo de energia (Tj); • Produção de energia na	• Produção de energia eléctrica através da incineração e valorização orgânica dos

ASPECTOS	VALORSUL	
	INDICADORES	ACÇÕES
	CTRSU (Tj).	resíduos; <ul style="list-style-type: none"> • Encontra-se em análise a viabilidade de utilização do biogás do AS para produção de energia eléctrica.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de água (m³). 	•
BIODIVERSIDADE	•	•
EMISSÕES, EFLUENTES RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha indiferenciada de resíduos (Mg); • Recolha selectiva de resíduos (Mg); • Recolha indiferenciada – composição dos RSU (%); • Recolha selectiva – quantidades e composição por fileira/fluxo (%); • Recolha selectiva de materiais recicláveis (Mg); • Materiais enviados para reciclagem (Mg); • Recolha matéria orgânica (Mg); • Produção de Escórias (Mg); • Produção de cinzas inertizadas (Mg); • Emissões da incineradora (%). 	<ul style="list-style-type: none"> • Início da operação da Estação de Tratamento e Valorização Orgânica, com o lançamento do programa de recolha de resíduos orgânicos em grandes produtores; • Utilização das escórias para cobertura da frente de descarga de RSU no AS; • As cinzas volantes são inertizadas com cimento e depositados numa célula específica do AS; • Redução das emissões de NO_x na caldeira, através da injeção de amónia; • Remoção das dioxinas, furanos e metais pesados através da injeção de carvão activado; • Extracção de compostos ácidos através da injeção de leite de cal; • Remoção de matéria particulada através do filtro de mangas; • Formalização da recolha selectiva de pilhas e baterias; • Adesão ao Projecto de Reciclagem da AMI com recolha de consumíveis informáticos e telemóveis; • Controlo das emissões atmosféricas através da monitorização, que para alguns parâmetros é em contínuo; • Monitorização dos impactes ambientais da CTRSU e das águas subterrâneas do AS; • Criação de condições para reduzir o risco

ASPECTOS	VALORSUL	
	INDICADORES	ACÇÕES
		de contaminação das águas superficiais e subterrâneas; <ul style="list-style-type: none"> • Construção de um parque de armazenamento de resíduos industriais internos na CTRSU; • Implementação de medidas adequadas ao cumprimento do regime a que fica sujeita a incineração dos resíduos.
PRODUTOS E SERVIÇOS	•	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da reciclagem através de acções de sensibilização e programas educativos; • Implementação de campanhas de incentivo á deposição selectiva; • Implementação de campanhas de sensibilização ambiental; • Implementação de acções de sensibilização a grandes produtores de matéria orgânica.
CONFORMIDADE	•	<ul style="list-style-type: none"> • Enquadramento da actividade face á publicação de legislação específica.
TRANSPORTE	•	•
GERAL	•	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e implementação do Plano de Emergência Interno.

IV. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS

As tabelas apresentadas no capítulo anterior são uma compilação dos dados relativos à Componente Ambiental dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas que constituem a amostra deste estudo. A partir desses dados foram elaboradas tabelas resumo (Anexo B), que servirão de base para uma análise mais detalhada relativamente aos indicadores e acções a nível ambiental, descritos nos Relatórios. Essa análise apresenta-se nos pontos seguintes.

IV.1. DADOS GERAIS DAS EMPRESAS

Conforme se pode observar através do Gráfico 4, o número de Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Portuguesas, publicados no *site* da Internet do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, tem aumentando significativamente, tendo-se registado a publicação de 16 Relatórios relativos ao ano de 2005. Este aumento deve-se ao facto das empresas demonstrarem, cada vez mais, uma maior preocupação com o desenvolvimento assente nos princípios da Sustentabilidade e com a vontade de se abrirem perante a comunidade, dando a conhecer as acções que caracterizam o seu desempenho. Existem ainda casos em que as empresas se pretendem destacar como promotoras para o Desenvolvimento Sustentável.

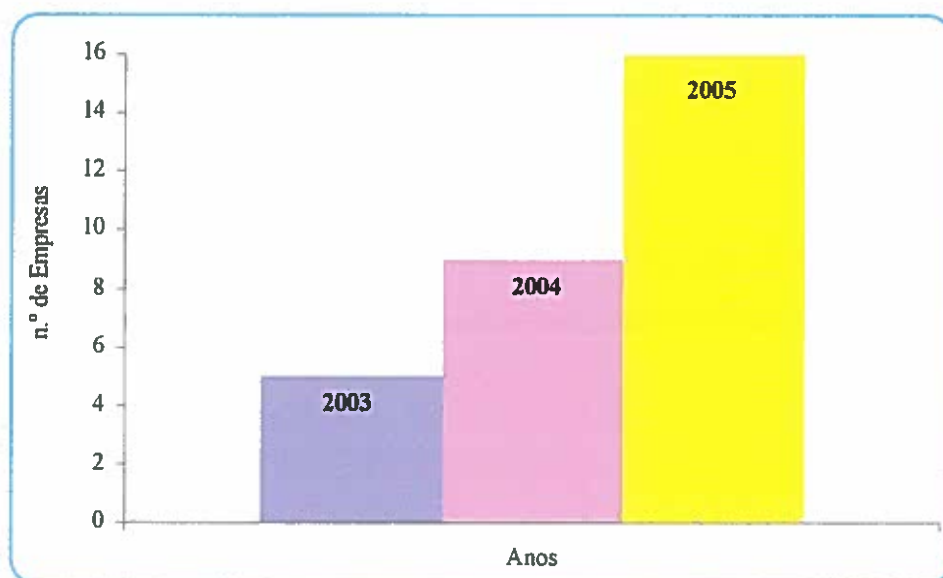


Gráfico 4. Evolução do número de RS publicados por Empresas Portuguesas no site do BCSD Portugal (Dados de Dezembro de 2006)

Relativamente às 13 empresas que representam a mostra do presente estudo, pode verificar-se, através do Gráfico 5, que estas têm sectores de actividade muito distintos.

Constata-se que os bancos são o sector com mais Relatórios publicados, podendo este facto dever-se à presença destas empresas em vários países, tendo assim maior necessidade de responder, de forma mais imediata, às exigências do mercado.

No entanto, existem também outros sectores que se destacam, e com actividade apenas no mercado nacional, como é o caso das empresas de Captação e Tratamento de Água e das empresas de Gestão de Resíduos. Isto demonstra que as empresas com um mercado mais pequeno, também se preocupam com a divulgação das suas acções de Sustentabilidade, perante os seus *stakeholders*.

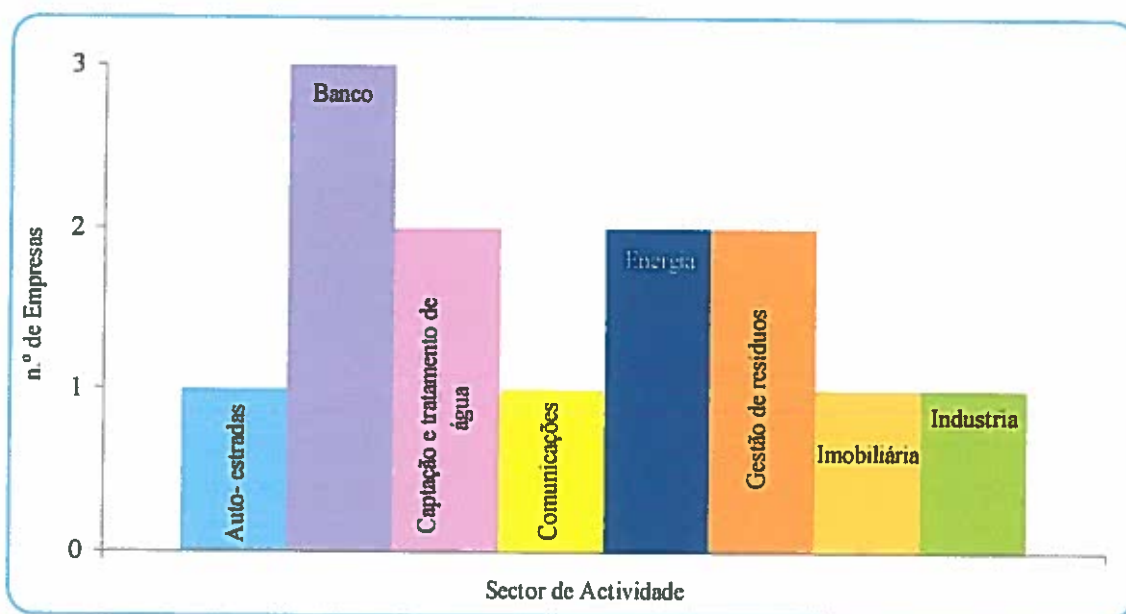


Gráfico 5. Sector de Actividade das Empresas que representam a amostra deste estudo

Estes factos estão de acordo com o que indica o Gráfico 6, através do qual se verifica que a maioria das empresas, da amostra em estudo, têm actividade no mercado internacional (54%), relativamente às que apenas trabalham com o mercado nacional (46%). Contudo, a diferença entre elas não é significativa, o que leva a concluir que a internacionalização das empresas não é um factor fundamental para a elaboração dos Relatórios.

Relativamente ao número de publicações pode concluir-se, através do Gráfico 7, que grande parte das empresas, da amostra em estudo, já vai na publicação do seu 2º Relatório de Sustentabilidade (54%), o que revela a intenção das

empresas em continuar a publicar os Relatórios. Contudo, esta publicação ainda é recente, uma vez que apenas 8% das empresas publicaram o seu 3º Relatório.

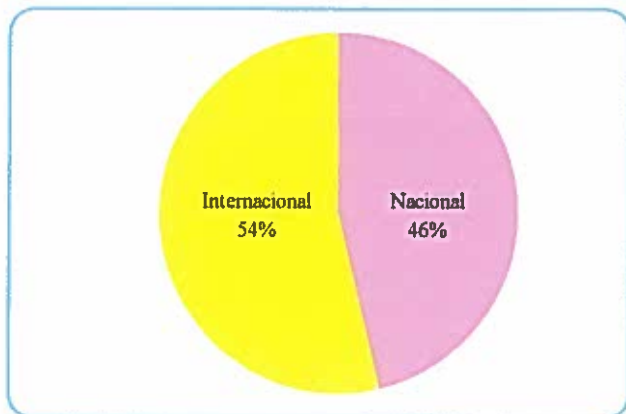


Gráfico 6. Internacionalização das Empresas

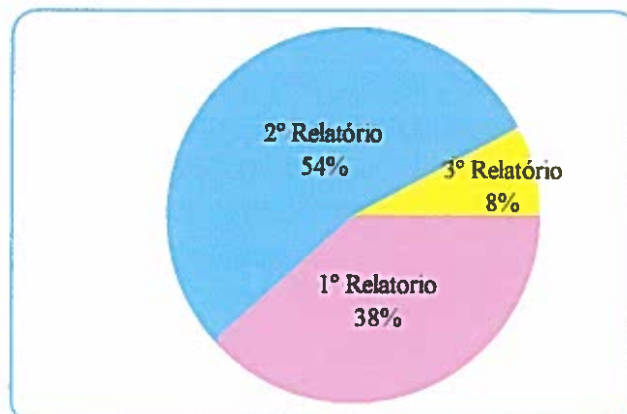


Gráfico 7. Número de Relatórios publicados

Através do Gráfico 8, relativo à elaboração dos Relatórios, verifica-se que 92% das empresas, da amostra em estudo, segue as directrizes do GRI, contra apenas 8%, que neste caso representa apenas uma empresa da amostra considerada. Como conclusão, pode dizer-se que este referencial é largamente aceite por parte das empresas para a elaboração dos seus Relatórios de Sustentabilidade, relatando o seu desempenho económico, ambiental e social.

No entanto, é de salientar o facto das empresas não seguirem de forma rígida as directrizes do GRI, mas apenas se basearem na sua estrutura, não cumprindo a totalidade dos seus requisitos. É disto exemplo, o caso da verificação dos Relatórios. De acordo com as directrizes do GRI, os Relatórios de Sustentabilidade devem ser sujeitos a uma verificação externa, e conforme se pode verificar através do Gráfico 9, apenas 54% dos Relatórios analisados são verificados.

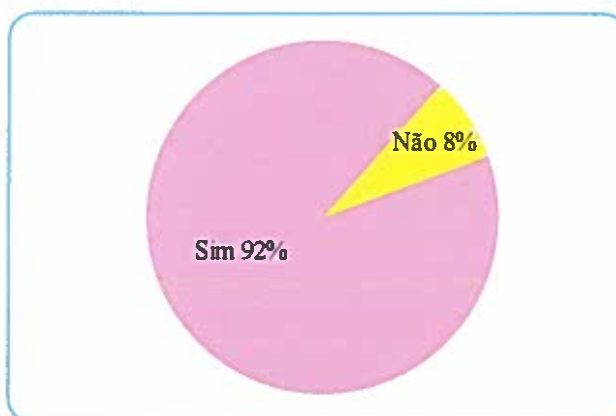


Gráfico 8. Elaboração dos Relatórios segundo as directrizes GRI

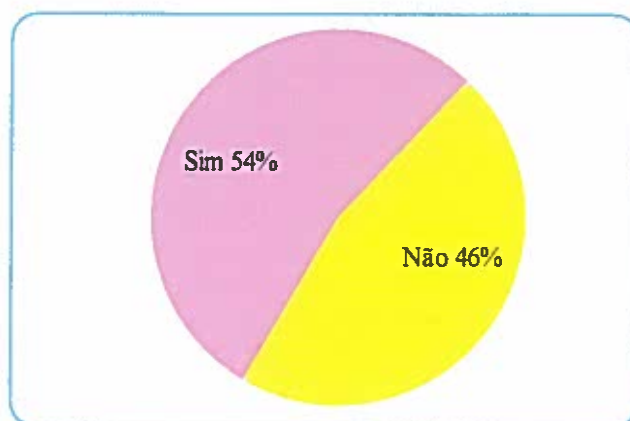


Gráfico 9. Verificação por entidades externas

Relativamente às certificações das empresas da amostra em estudo, verifica-se, de acordo com o Gráfico 10, que a maioria possui certificações de acordo com as Normas ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Ambiente) e OSHAS 18001 (Segurança e Saúde no Trabalho), sendo a mais representada a Norma da Qualidade. Pode concluir-se que, apesar da crescente preocupação das empresas com o ambiente e a segurança e saúde no trabalho, continua a predominar a preocupação com a qualidade.

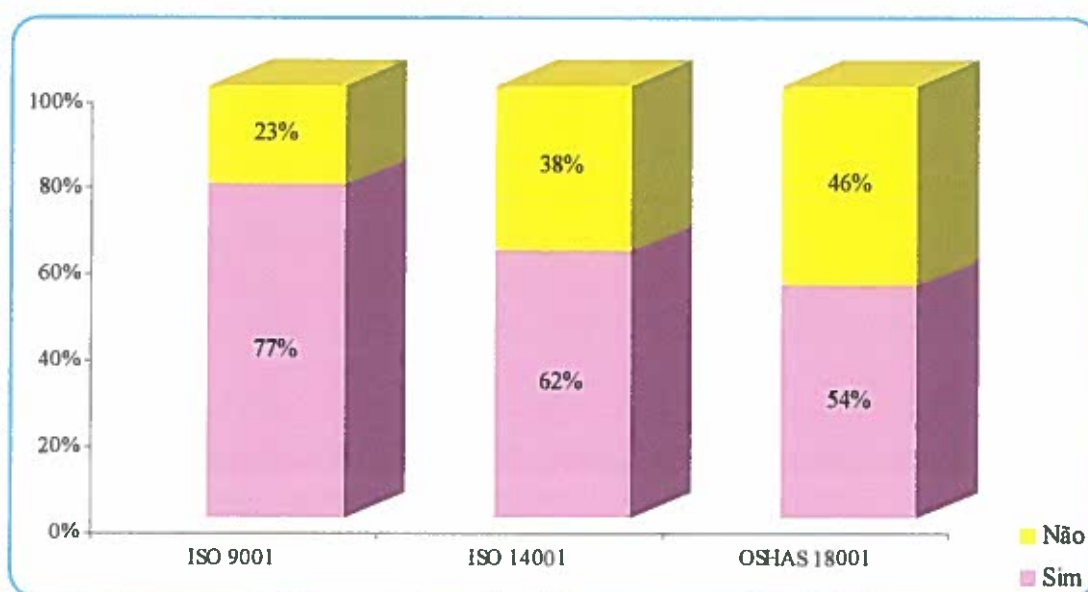


Gráfico 10. Certificação das empresas de acordo com as Normas ISO 9001, ISO 14001 e OSHAS 18001

Quanto às partes interessadas pode verificar-se, através do Gráfico 11, que as mais mencionadas têm valores relativamente próximos, destacando-se os Colaboradores e Fornecedores (referidos em 100% dos Relatórios analisados), seguido da Comunidade (92%), Clientes (85%), Accionistas/Investidores (77%) e das Autoridades (69%). No caso da Sociedade Civil (46%), estão

incluídas as ONG's, Universidades e Institutos, Instituições científicas, entre outros.

Existem ainda outras Partes Interessadas que por terem uma representatividade inferior a 25%, não se apresentam no gráfico, como é caso da Sociedade Ponto Verde, Municípios, Habitantes, entre outros.

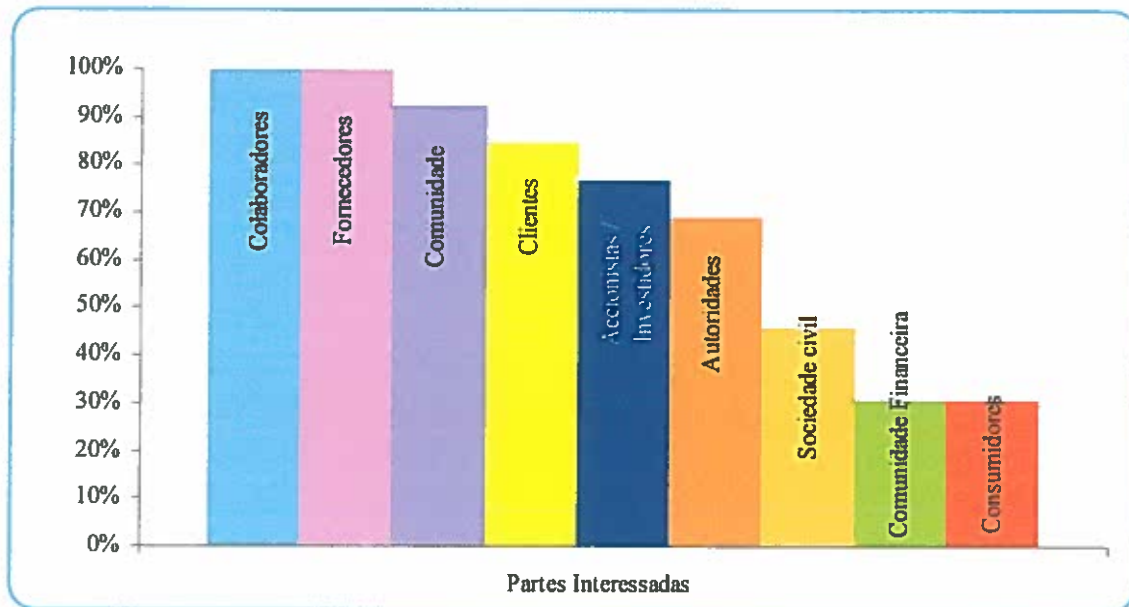


Gráfico 11. Partes Interessadas mais mencionadas pelas Empresas

IV.2. COMPONENTE AMBIENTAL DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Nos pontos seguintes será analisada a Componente Ambiental descrita nos Relatórios de Sustentabilidade da amostra deste estudo. Como já foi referido no capítulo III deste trabalho, serão analisados os seguintes Aspectos: Materiais, Energia, Água, Biodiversidade, Emissões, Efluentes e Resíduos, Produtos e Serviços, Conformidade, Transporte e Geral, cujo significado se encontra resumido no Anexo A.

Relativamente aos Aspectos do GRI pode concluir-se, através do Gráfico 12, que o Aspecto onde as empresas, da amostra em estudo, definem mais indicadores e acções é o das Emissões, Efluentes e Resíduos. Neste caso, e através do Gráfico 13, verifica-se que as empresas concentram os seus esforços nos Resíduos, sendo este o Aspecto com maior percentagem de indicadores e acções, seguido das Emissões e em último lugar dos Efluentes. O facto deste Aspecto se destacar de forma significativa dos restantes, deve-

se certamente à grande quantidade de legislação que existe no nosso País, e que as empresas têm que cumprir. Além disso, a produção de resíduos associa-se à ineficiência dos processos, o que implica custos desnecessários imputados à empresa, e que esta tem todo o interesse em controlar.

Outros Aspectos do GRI que se destacam são os Materiais, Energia e Água, onde se verifica que as acções e os indicadores definidos pelas empresas vão no sentido da poupança dos recursos e conseqüente redução dos custos associados, o que é vantajoso para as empresas.

Quanto aos Produtos e Serviços, apesar das percentagens não serem elevadas, destaca-se o exemplo da Lipor, com vários projectos que envolvem a sensibilização da comunidade, bem como a melhoria dos serviços prestados.

No caso da Biodiversidade, nem todas as empresas definem indicadores e acções. Este facto deve-se ao impacte causado pela actividade que a empresa exerce, e que, no caso de um Banco não tem tantas conseqüências como, por exemplo, uma Imobiliária.

A nível da Conformidade, são poucas as empresas que registaram multas durante a sua actividade em 2005, e a nível dos Transportes as percentagens de indicadores e de acções são baixas.

O Aspecto Geral também se destaca pela percentagem de acções definidas, encontrando-se aqui várias áreas de actuação. Através do Gráfico 14, verifica-se que a maior percentagem de indicadores se concentra na área do Ruído, e no caso das acções na área das Parcerias. Já no caso das Acções de Sensibilização, Parcerias e Fornecedores, apesar de não se registarem indicadores, verifica-se uma grande percentagem de acções.

Além destas áreas de actuação, verificam-se outras que não se enquadram nas anteriores, e que por isso não foram consideradas.

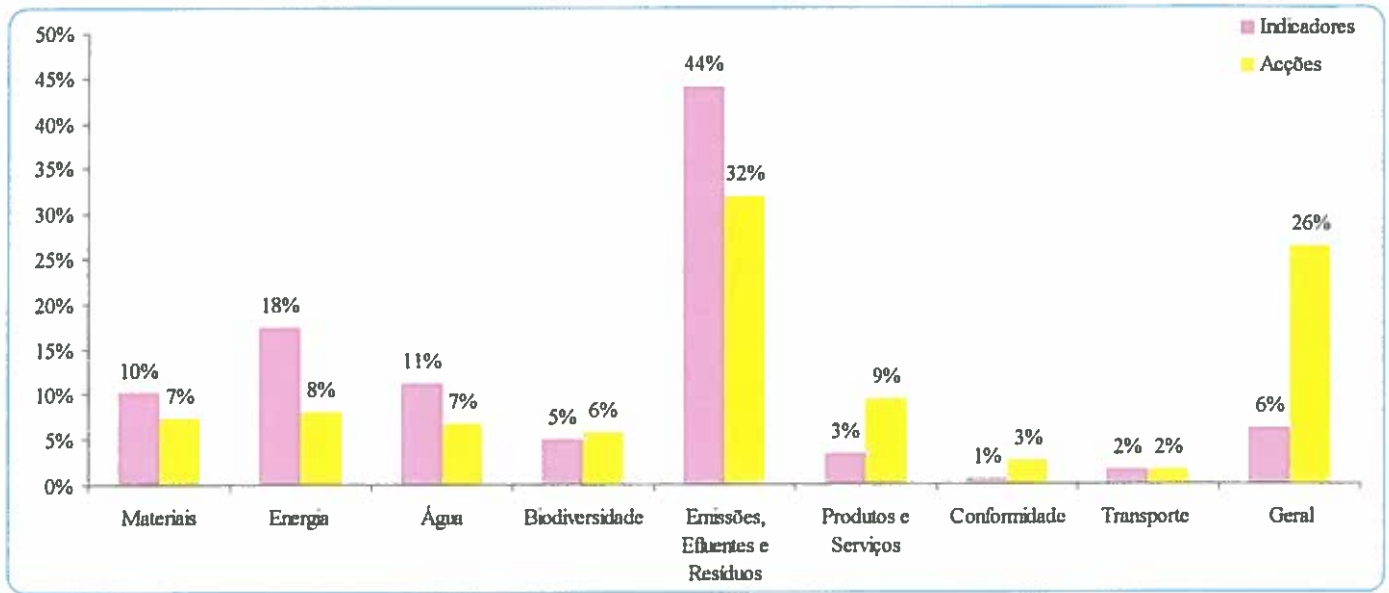


Gráfico 12. Indicadores e Acções referidos pelas Empresas nos RS, de acordo com os Aspectos do GRI

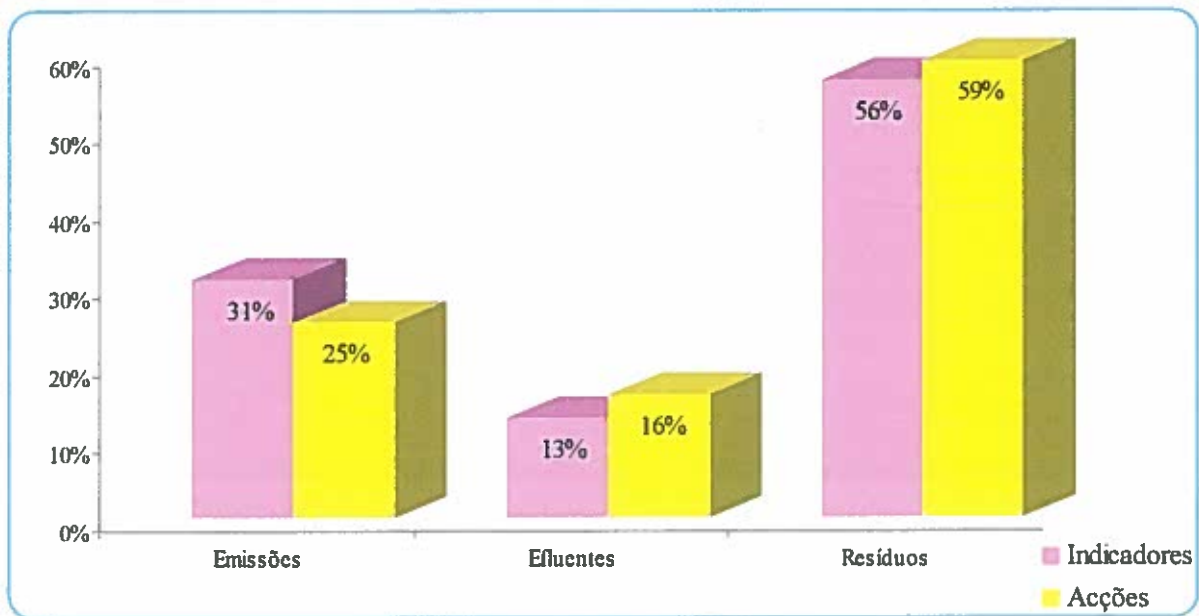


Gráfico 13. Indicadores e Acções relativos ao Aspecto do GRI: Emissões, Efluentes e Resíduos

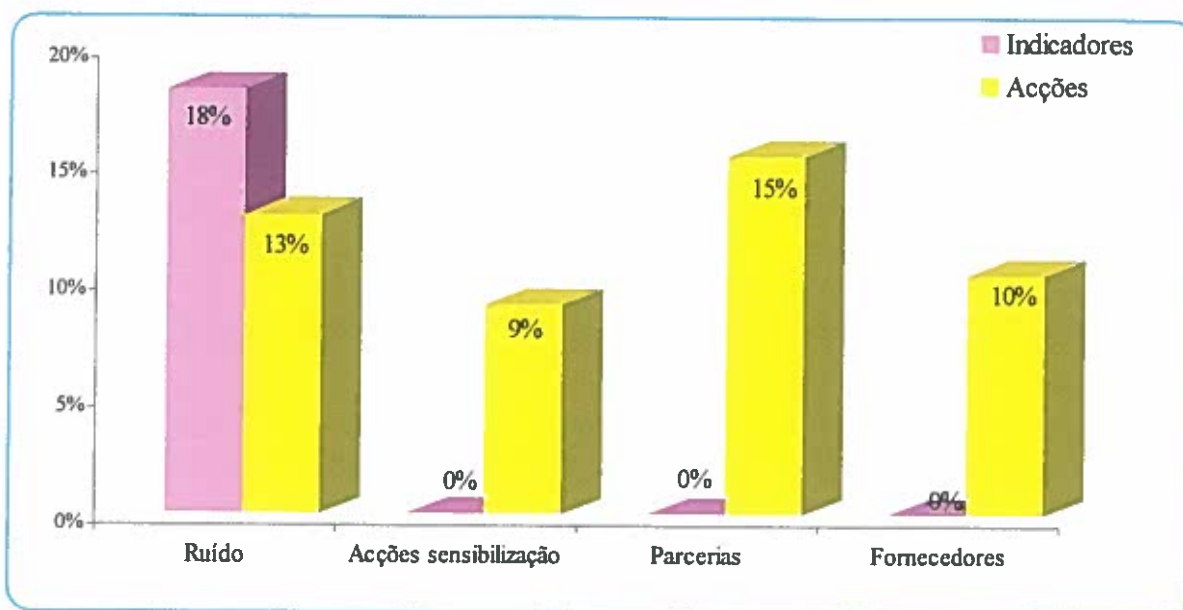


Gráfico 14. Indicadores e Acções relativos ao Aspecto do GRI: Geral

Para melhor perceber quais são os sectores de actividade, para a amostra em estudo, onde se verificam mais acções por cada um dos Aspectos do GRI, elaborou-se o Gráfico 15. Saliente-se que, uma vez que a amostra deste estudo é reduzida, cerca de metade dos sectores de actividade considerados estão representados apenas por uma empresa. Sendo assim todas as conclusões da análise aqui efectuada que digam respeito aos sectores de actividade estão significativamente condicionadas.

Analisando o Gráfico 15 pode verificar-se que as empresas de Gestão de Resíduos são as que registam maior percentagem de acções nos Aspectos Emissões, Efluentes e Resíduos (46%) e Produtos e Serviços (21%), devendo-se esta predominância neste último Aspecto à actividade característica deste sector, uma vez que, a sensibilização ambiental da comunidade, está no âmbito dos serviços prestados.

No caso dos Aspectos Materiais, Energia e Água, pode verificar-se que a percentagem de acções que se registam para cada um dos sectores de actividade ainda é muito baixo, apesar dos benefícios económicos que daí podem adivir, nomeadamente no controlo dos consumos destes recursos. Ao nível do Aspecto Água, onde se verifica maior percentagem de acções é no sector da Industria (21%) e no caso do Aspecto Materiais é o sector das Comunicações que tem maior percentagem de acções definidas (14%), nomeadamente através da redução de consumo de papel. Relativamente ao Aspecto Energia, a maior percentagem de acções verifica-se no sector dos Bancos e da Imobiliária (12% em cada sector).

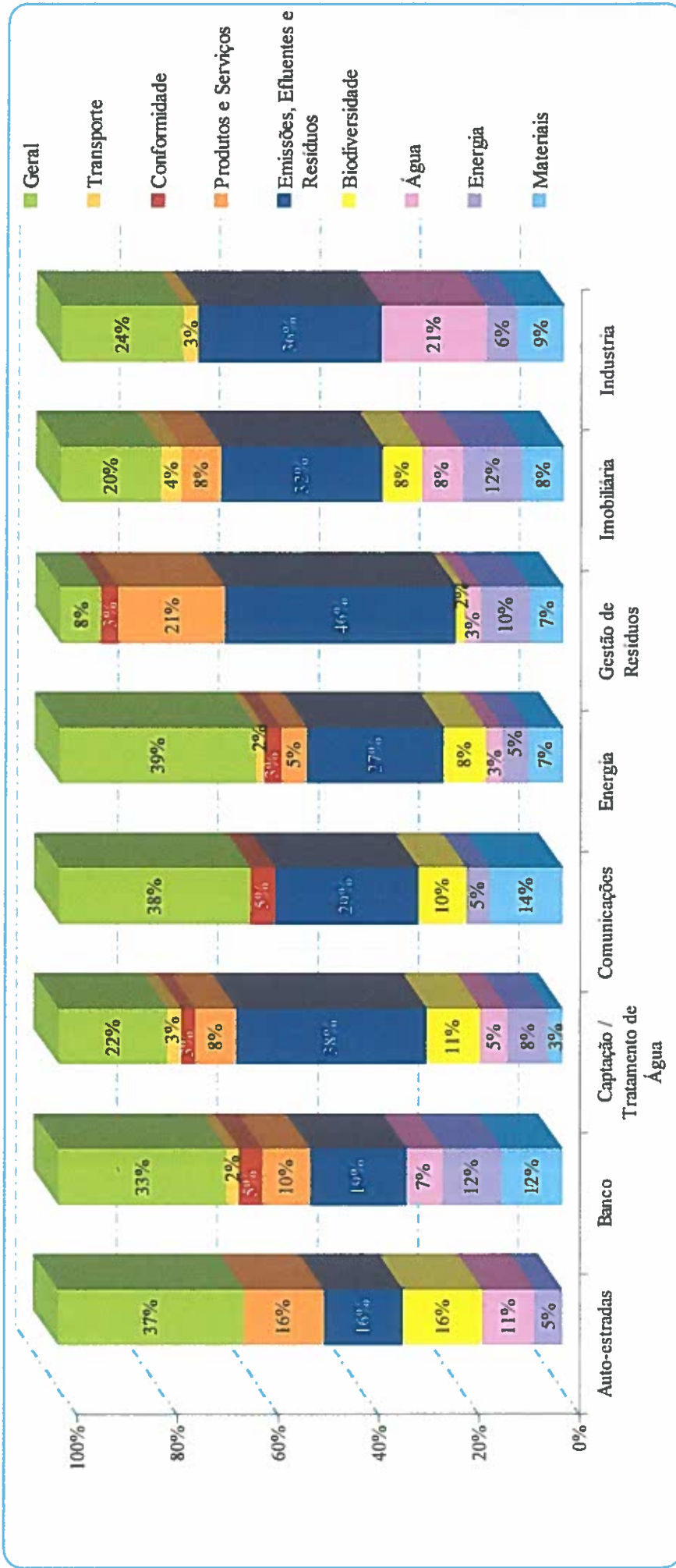


Gráfico 15. Acções Ambientais por Aspecto para cada Sector de Actividade

Procurou-se avaliar, com os dados disponíveis, a relevância dada pelas empresas, a acções de Prevenção da Poluição. De acordo com a EPA (*cit in* Bishop 2000, p. 11), uma possível definição de Prevenção da Poluição pode ser:

O uso de materiais, processos ou práticas que reduzem ou eliminam a produção de poluentes ou resíduos na fonte. Estas práticas incluem a redução do uso de materiais perigosos, energia, água ou outros recursos, bem como a protecção dos recursos naturais através da sua conservação ou uso mais eficiente.

A partir desta definição procurou-se classificar as acções, constantes das Tabelas 1 a 13, em acções Preventivas e outras (controlo da poluição, monitorização da poluição, etc), a que se decidiu chamar de Não Preventivas.

No âmbito da definição transcrita acima, considerou-se que todas as acções de segregação de resíduos, que potenciam a reciclagem, se enquadram na definição de acções Preventivas, uma vez que conduzem à protecção dos recursos naturais. Do mesmo modo, foram consideradas na mesma definição de acções Preventivas, todas as acções que incentivam à melhoria do Desempenho Ambiental, sendo disto exemplo as acções de Educação Ambiental, Sensibilização dos fornecedores, etc. No Anexo C encontram-se as acções que foram consideradas como Preventivas no âmbito de cada empresa analisada.

Analisando a distribuição de acções Preventivas e de acções Não Preventivas, pelos diversos Aspectos considerados neste estudo, verificar-se, através do Gráfico 16, que esta distribuição não é uniforme. No Aspecto Materiais, pode verificar-se que 100% das acções são Preventivas, seguindo-se o Aspecto Produtos e Serviços (82%), o Aspecto Energia (78%) e o Aspecto Água (65%). Relativamente aos Aspectos Materiais, Energia e Água, a predominância de acções Preventivas revela que as empresas têm consciência da importância destes Aspectos na redução de encargos financeiros. Relativamente às acções Não Preventivas, verifica-se que 100% das acções do Aspecto Conformidade são deste tipo, estando este factor relacionado com o facto deste Aspecto apenas contabilizar as multas ou contra ordenações aplicadas às empresas, por não cumprimento da legislação. Salienta-se ainda a relevância de acções Não Preventivas nos Aspectos Biodiversidade (94%), Transporte (80%) e Geral (72%). Note-se também que no caso do Aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos, a percentagem de acções Preventivas e Não Preventivas é praticamente a mesma, o que demonstra que as empresas têm preocupações

com a poluição causada pela sua actividade, não se limitando apenas a prevenir os eventuais impactes causados, mas tentando muito vezes controlá-los nomeadamente através de, por exemplo, a monitorização.

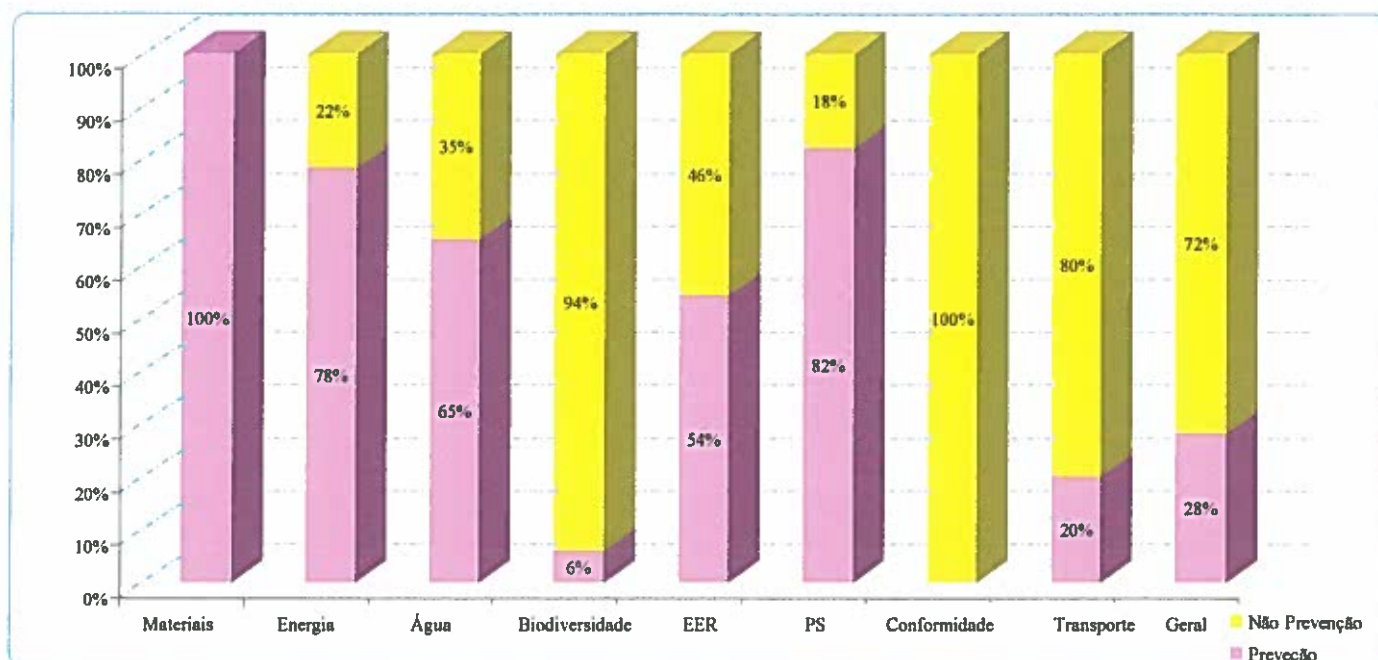


Gráfico 16. Acções Preventivas e Não Preventivas nos diversos Aspectos

No Gráfico 17, apresenta-se a incidência de acções Preventivas nos diversos sectores de actividade analisados. Pode verificar-se que as percentagens de acções Preventivas e Não Preventivas são aproximadas, com a excepção do sector das Auto-estradas, onde predominam as acções Não Preventivas.

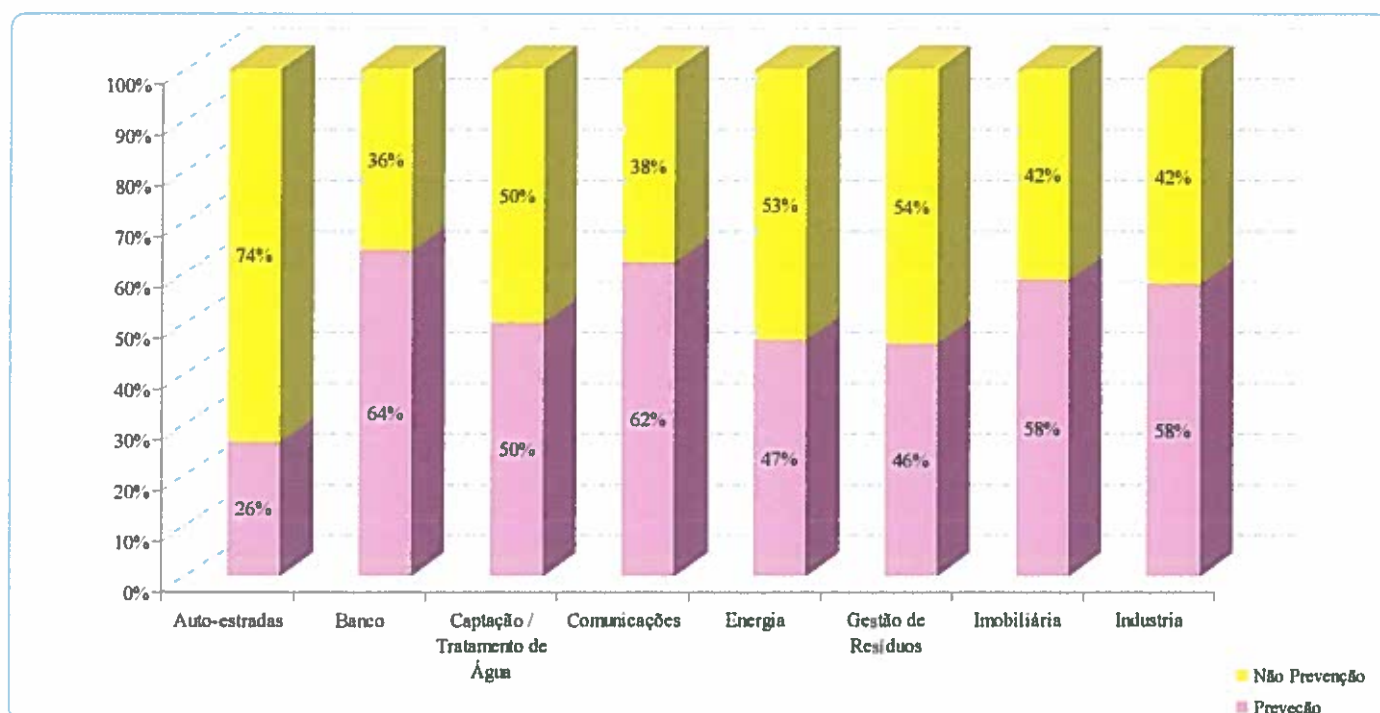


Gráfico 17. Acções Preventivas e Não Preventivas por Sector de Actividade

Analisando as acções Preventivas por Aspecto para cada sector de actividade, verifica-se, através do Gráfico 18, que o Aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos é aquele que regista a maior percentagem de acções Preventivas em quase todos os sectores, com a excepção da Gestão de Resíduos e da Energia, neste último caso com uma diferença muito pequena. Relativamente aos Aspectos Materiais, Energia e Água, apesar da implementação de acções Preventivas estar directamente relacionada com a diminuição de custos, verifica-se que estas acções não são predominantes para nenhum dos sectores de actividade analisados. No Aspecto Biodiversidade e no Aspecto Transporte, apenas se verificam acções Preventivas no sector das Energias. No caso do Aspecto Produtos e Serviços, é de salientar o facto de não se registarem acções Preventivas nos sectores da Indústria e da Comunicação. Relativamente a este Aspecto note-se ainda que o sector da Gestão de Resíduos é o que apresenta, de forma significativa, maior percentagem de acções de Prevenção, o que mais uma vez comprova o âmbito da actividade característica deste sector, no que respeita à sensibilização ambiental.

Analisando as acções Não Preventivas por sector de actividade, verifica-se, através do Gráfico 19, que no caso do Aspecto Água, o peso dado a acções Não Preventivas foi muito baixo para todos os sectores, com a excepção do sector da Imobiliária e da Indústria. Como já foi salientado acima, comprova-se, mais uma vez, que os Aspectos Materiais e Energia dão origem a poucas acções Não Preventivas, qualquer que seja o sector de actividade. No caso do Aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos, verifica-se que não foram implementadas acções Não Preventivas para os sectores dos Bancos e das Comunicações. O Aspecto que mais se destaca, neste Gráfico, é o Geral, uma vez que, como já foi referido atrás (Gráfico 14), as principais acções, que englobam este Aspecto, são de Controlo de Ruído, Estabelecimento de Parcerias e Controlo de Fornecedores. Relativamente ao Aspecto Produtos e Serviços, não se registaram acções Não Preventivas na maioria dos sectores de actividade, com a excepção do sector das Auto-estradas, Bancos, e uma pequena percentagem no sector da Gestão de Resíduos. Quanto ao Aspecto Biodiversidade, registaram-se acções Não Preventivas em quase todos os sectores, com excepção dos Bancos e das Indústrias. Este Aspecto assume alguma relevância, ao nível das acções Não Preventivas, no sector das Auto-estradas, Comunicações, Captação e Tratamento de Água, Imobiliária e Energia, sendo sectores que não têm, aparentemente, muita margem para acções Preventivas, mas apenas de controlo ou remediação.

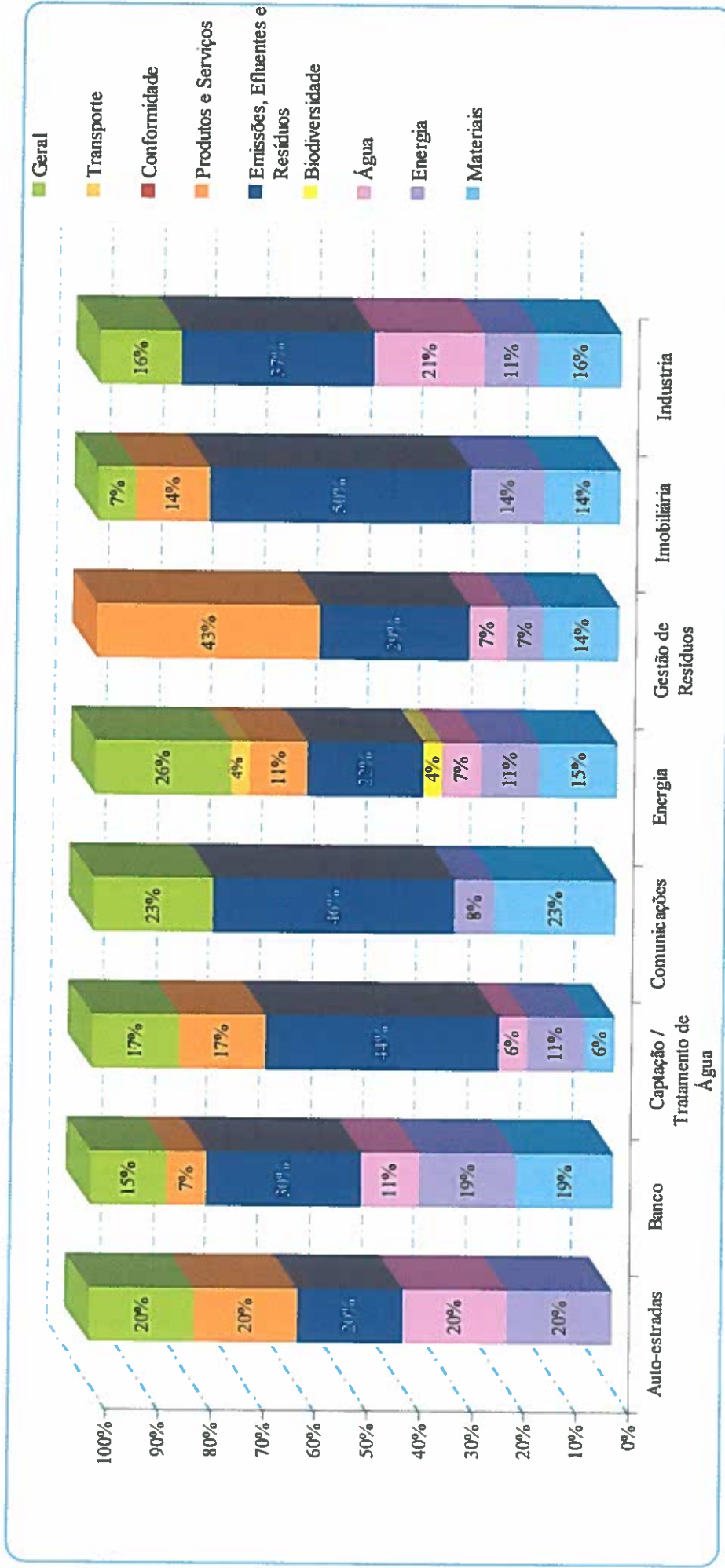


Gráfico 18. Acções Preventivas por Aspecto para cada Sector de Actividade

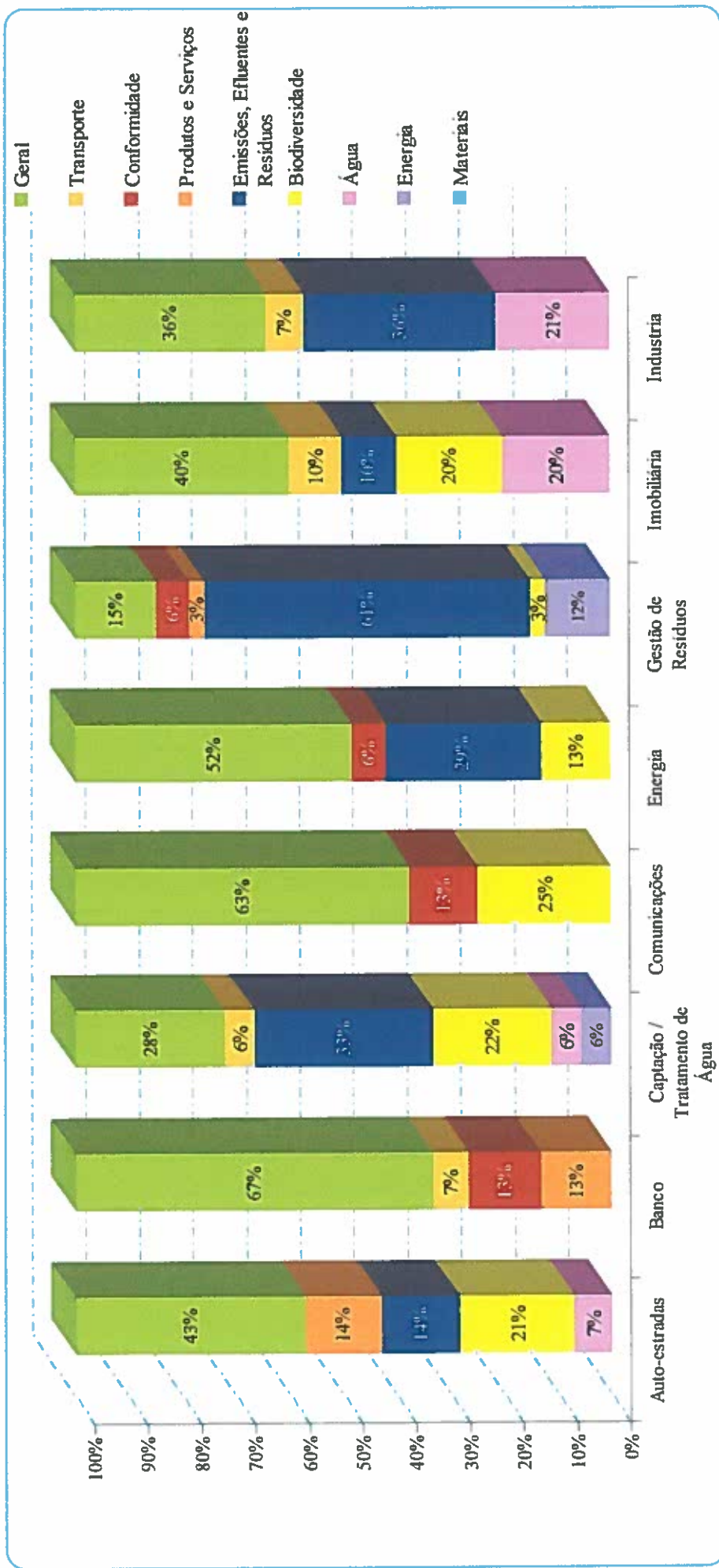


Gráfico 19. Acções Não Preventivas por Aspecto para cada Sector de Actividade

CONCLUSÃO

É cada vez maior o número de empresas que publicam informações sobre o seu Desenvolvimento Sustentável, através de Relatórios de Sustentabilidade. Estes Relatórios têm por objectivo fazer uma descrição equilibrada e sensata dos impactes económicos, ambientais e sociais, de uma organização.

De acordo com estudos publicados, a vaga no aparecimento de Relatórios é crescente, estando previsto um aumento da publicação de informação relativa à Sustentabilidade. Este aumento é resultado da crescente sensibilização das organizações para este tema, assim como das pressões regulamentares. Os resultados obtidos neste trabalho também demonstram o aumento da publicação de Relatórios por parte das empresas portuguesas. No entanto, esta prática de publicação de informação relativa à Sustentabilidade em Portugal é ainda escassa, comparativamente a outros países.

No que se refere às motivações apontadas pelas empresas para a publicação dos Relatórios, segundo os estudos analisados, a principal razão está relacionada com a reputação e a marca das empresas, e o principal benefício com a melhoria do desempenho operacional e de gestão. Relativamente às dificuldades, as mais mencionadas foram os custos e constrangimentos ao nível dos recursos disponíveis, bem como a integração das várias vertentes do Desenvolvimento Sustentável, a auscultação sistemática e a comunicação voluntária e regular com as partes interessadas.

Apesar desta tendência crescente para a comunicação do Desenvolvimento Sustentável, por parte das empresas, é necessário um maior consenso sobre o tipo de informação a revelar, o formato dos Relatórios, os indicadores a utilizar e a fiabilidade dos procedimentos de avaliação e auditoria. Estes factores são fundamentais para uma comunicação mais eficaz, e as orientações desenvolvidas pelo GRI, são um bom exemplo de um conjunto de directrizes para o processo de divulgação de informações relativas ao Desenvolvimento Sustentável. Os resultados obtidos neste trabalho, assim como os dados publicados noutros estudos, indicam que a maior parte das empresas publica os seus Relatórios com base nestas directrizes. Apesar disso, uma parte das empresas baseia-se apenas na estrutura destas directrizes, não cumprindo de forma rígida os seus requisitos.

A verificação dos Relatórios de Sustentabilidade tem recebido atenção acrescida, no entanto não é ainda um aspecto relevante para as empresas. De acordo com estudos publicados, apenas cerca de metade das empresas têm o

seu relatório verificado por uma entidade independente, sendo este facto confirmado no presente trabalho.

De acordo com estudos publicados, os principais benefícios para as empresas procederem à verificação externa, estão relacionados com o aumento da reputação e credibilidade, a identificação de oportunidades de melhoria e a minimização do risco de publicação de informação incorrecta. Quanto aos constrangimentos, estes prendem-se com os custos e a falta de recursos para acompanhar o processo.

Relativamente às certificações verifica-se, na amostra deste estudo, que a maioria das empresas que publicou Relatórios de Sustentabilidade, possui certificações de acordo com as Normas ISO 9001 (Qualidade), a norma ISO 14001 (Ambiente) e a norma OSHAS 18001 (Segurança e Saúde no Trabalho), estando estes resultados de acordo com outros estudos publicados.

A implementação de sistemas de gestão, bem como a adesão a iniciativas promovidas por organismos internacionais ou nacionais, e as orientações segundo a norma SA 8000, são ferramentas que estimulam e orientam os planos de melhoria de desempenho sustentável.

Relativamente ao sector de actividade, em Portugal, de acordo com estudos publicados, são as empresas do sector dos Transportes, Construção, Comércio e Banca, as que mais publicaram Relatórios, em 2006, e a nível internacional são as empresas do sector das Utilidades, Químicos, Petrolífero, Gás, Silvicultura, Pasta de Papel, bem como dos Transportes, Bancos, Electricidade e o sector Mineiro. Na amostra analisada neste trabalho, constata-se que os bancos são o sector com mais Relatórios publicados, destacando-se também outros sectores com actividade apenas no mercado nacional, como é o caso das empresas de Captação e Tratamento de Água e das empresas de Gestão de Resíduos. Isto indica que as empresas com um mercado mais pequeno também se preocupam com a divulgação das suas acções de Sustentabilidade, perante os seus *stakeholders*.

De todas as partes interessadas, as mais mencionados nos Relatórios analisados neste trabalho, são os Colaboradores e Fornecedores, seguido da Comunidade, Clientes, Accionistas/Investidores e Autoridades.

Na análise da Componente Ambiental, descrita nos Relatórios de Sustentabilidade da amostra deste estudo, conclui-se que o Aspecto onde as empresas definem um maior número de indicadores e acções é o das Emissões, Efluentes e Resíduos, e que a maioria dos esforços destas se concentram nos

Resíduos. A grande quantidade de legislação, relativa a este aspecto, que existe no nosso País, pode ser uma explicação para esta constatação.

No que se refere ao Aspecto Geral, dentro do qual se encontram várias áreas de actuação, este também se destaca pela percentagem de acções definidas, verificando-se que a maior percentagem destas se encontra na área das Parcerias, e no caso dos indicadores na área do Ruído.

Analisando o carácter preventivo das acções descritas nos Relatórios analisados neste estudo, verifica-se que não existe uma distribuição uniforme de acções Preventivas e Não Preventivas, pelos diversos Aspectos. Destaca-se o Aspecto Materiais, em que todas as acções são Preventivas, e o Aspecto Conformidade, em que todas as acções são Não Preventivas. É ainda de salientar que, no Aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos, a percentagem de acções Preventivas e Não Preventivas é praticamente a mesma, o que demonstra que as empresas têm preocupações com a poluição causada pela sua actividade, quer do ponto de vista da prevenção dos eventuais impactes causados, como também do seu controlo, nomeadamente através de acções de monitorização. Relativamente aos Aspectos Materiais, Energia e a Água, verifica-se que a maioria das acções são preventivas, o que revela que as empresas têm consciência da importância da correcta gestão dos gastos com eles associados.

Verifica-se ainda que são aproximadas as percentagens de acções Preventivas e Não Preventivas nos diferentes sectores de actividade analisados neste estudo. O Aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos é o que regista a maior percentagem de acções, dentro das Preventivas, em todos os sectores, com a excepção da Gestão de Resíduos e da Energia. No sector da Gestão de Resíduos, ao nível de acções Preventivas, destaca-se o Aspecto Produtos e Serviços, o que revela que a sensibilização ambiental da comunidade é uma actividade característica deste tipo de empresas. No caso das acções Não Preventivas, é o Aspecto Geral que mais se destaca, uma vez que as principais acções englobadas neste Aspecto são acções de controlo do ruído e de fornecedores, bem como o estabelecimento de parcerias.

Como conclusão principal deste trabalho, pode salientar-se que a Componente Ambiental é muito relevante na gestão da Sustentabilidade Empresarial, estando associada a um grande número de acções implementadas nas empresas. É fundamental a continuação da sensibilização e motivação das empresas para este tema, de forma a que se continue a verificar o crescimento da importância dada às diferentes vertentes da Sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA

- ACCA (2004). Towards transparency: progress on global sustainability reporting 2004. [Em linha]. Disponível em <http://www.corporateregister.com/pdf/TowardsTransparency.pdf>. [Consultado em 15/02/07].
- Águas do Douro e Paiva (2006). Relatório de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=405>. [Consultado em 30/10/2006].
- Águas do Cavado (2005). Relatório de Sustentabilidade 2004/2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=469>. [Consultado em 30/10/2006].
- Amorim Imobiliária (2006). Relatório Anual de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=415>. [Consultado em 30/10/2006].
- Banco Espírito Santo (2006). Relatório de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=420>. [Consultado em 30/10/2006].
- BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável Home Page. [Em linha.] Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/>. [Consultado em 30/10/2006].
- BCSD (2005). Inovação Rumo ao Desenvolvimento Sustentável. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/files/596.pdf>. [Consultado em 13/02/07].
- BCSD (2007). *Relatórios de Sustentabilidade: Motivações e Impactos*. Relatório final do Projecto *Young Managers Team Portugal – YMT 2006*.
- Bishop, P. L. (2000). *Pollution Prevention: Fundamentals and Practice*. USA, McGraw-Hill.
- Brisa (2006). Relatório de Ambiente e Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=480>. [Consultado em 30/10/2006].

- Comissão das Comunidades Europeias (2001-A). Livro Verde: Promover um quadro europeu para a Responsabilidade Social das empresas. [Em linha]. Disponível em http://europa.eu/eur-lex/pt/com/gpr/2001/com2001_0366pt01.pdf. [Consultado em 22/11/2006].
- Comissão das Comunidades Europeias (2001-B). Communication from the Commission: A Sustainable Europe for a Better World: A European Union Strategy for Sustainable Development. . [Em linha]. Disponível em http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/en/com/2001/com2001_0264en01.pdf. [Consultado em 22/11/2006].
- Comissão das Comunidades Europeias (2002). Comunicação da Comissão relativa à Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável. [Em linha]. Disponível em http://ec.europa.eu/employment_social/soc-dial/csr/csr2002_pt.pdf. [Consultado em 22/11/2006].
- CorporateRegister.Com (2006). Global Report Output by Year. [Em linha]. Disponível em <http://www.corporateregister.com/charts/byyear.htm>. [Consultado em 09/02/07].
- Deloitte (2003). O Desafio do Desenvolvimento Sustentável nas Empresas Portuguesas. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/files/100.pdf>. [Consultado em 12/01/07].
- EDP. (2006). Relatório e Contas 2005: Caderno de Sustentabilidade. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=393>. [Consultado em 30/10/2006].
- Gago, C., Cardoso, E., Campos, J., Vicente, L. e Santos, M. (2005). *Responsabilidade Social das Empresas Portuguesas: 25 Casos de Referência*. Security Print.
- GRI – Global Reporting Initiative (2006). Directrizes para Relatório de Sustentabilidade. [Em Linha]. Disponível em http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3_GuidelinesPTG.pdf. [Consultado em 14/12/2006].
- KPMG (2005). KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.kpmg.pt/dbfetch/52616e646f6d495621d0310fca0abac88af8443>

8e7ab97f0/international_survey_corporate_responsibility_2005.pdf.

[Consultado em 31/01/2007].

- KPMG (2007). Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal: Resultados do Inquérito às maiores empresas em Portugal 2006. [Em linha]. Disponível em http://www.kpmg.pt/dbfetch/52616e646f6d495690178a5674f6c3b6790c2ee1e42a8477/sustainability_survey.pdf. [Consultado em 31/01/2007].
- Lipor (2006). Relatório de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=417>. [Consultado em 30/10/2006].
- Millennium bcp (2006). Relatório de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=397>. [Consultado em 30/10/2006].
- Portugal Telecom (2006). Relatório de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=407>. [Consultado em 30/10/2006].
- Rede Eléctrica Nacional S.A. (2006). Relatório de Sustentabilidade 2004/2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=395>. [Consultado em 30/10/2006].
- Rego, A., Moreira, J. e Sarrico C. (2003). *Gestão Ética e Responsabilidade Social das Empresas: Um Estudo da Situação Portuguesa*. Cascais, Principia.
- SAI – Social Accountability Internacional (2001). Norma Internacional: Responsabilidade Social 8000. [Em linha]. Disponível em <http://www.sai-intl.org/index.cfm?fuseaction=document.showDocumentByID&nodeID=1&DocumentID=141>. [Consultado em 26/01/07].
- Sair da Casca Home Page. [Em linha]. Disponível em <http://www.sairdacasca.com> [Consultado em 05/01/07].
- Santander Totta. (2006). Relatório de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em

- <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=387>. [Consultado em 30/10/2006].
- Santos, M., Silva, J., Sampaio, J., Henriques, P. e Eusébio, C. (2005). *Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Empresarial*. Oeiras, Celta Editora.
 - UNEP, Standard & Poor's, SustainAbility (2006). *Tomorrow's Value: The Global Reporters 2006 Survey of Corporate Sustainability Reporting*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/files/804.pdf>. [Consultado em 5/12/2006].
 - Unicer – Bebidas de Portugal, SGPS, SA. (2006). *Relatório de Sustentabilidade 2005*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=386>. [Consultado em 30/10/2006].
 - Valorsul (2006). *Relatório de Sustentabilidade 2005*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=498>. [Consultado em 30/10/2006].
 - United Nations (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: "Our Common Future"*. University Press, Oxford.
 - WBCSD (2002). *Comunicar o Desenvolvimento Sustentável: Encontrar o Equilíbrio*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/files/77.pdf>. [Consultado em 15/2/2007].

ANEXOS

ANEXO A.

TABELAS RESUMO DAS DIRECTRIZES DO GRI

Tabela A. 1. Indicadores de Desempenho Ambiental (GRI, 2006)

ASPECTOS	DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS DE DESEMPENHO AMBIENTAL
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • EN1 • Materiais usados por peso ou volume. • EN2 • Percentagem de materiais usados provenientes de reciclagem.
	<ul style="list-style-type: none"> • EN3 • Consumo de energia directa discriminada por fonte de energia primária. • EN4 • Consumo de energia indirecta discriminada por fonte de energia primária. • EN5 • Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência. • EN6 • Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas. • EN7 • Iniciativas para reduzir o consumo de energia indirecta e as reduções obtidas.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • EN8 • Total de água retirada por fonte. • EN9 • Fontes hídricas significativamente afectadas, por retirada de água. • EN10 • Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.
	<ul style="list-style-type: none"> • EN11 • Localização e tamanho da área ocupada, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas. • EN12 • Descrição de impactos significativos na biodiversidade de actividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
	<ul style="list-style-type: none"> • EN13 • Habitats protegidos ou restaurados. • EN14 • Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade. • EN15 • Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.
EMISSIONES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • EN16 • Total de emissões directas e indirectas de gases de efeito de estufa, por peso. • EN17 • Outras emissões indirectas relevantes de gases de efeito de estufa, por peso.

ASPECTOS	DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS DE DESEMPENHO AMBIENTAL
	<ul style="list-style-type: none"> • EN18 • Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa e as reduções obtidas.
	<ul style="list-style-type: none"> • EN19 • Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.
	<ul style="list-style-type: none"> • EN20 • NO_x, SO_x e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.
	<ul style="list-style-type: none"> • EN21 • Descarga total de água, por qualidade e destino.
	<ul style="list-style-type: none"> • EN22 • Peso total de resíduos, por tipo e método de deposição
	<ul style="list-style-type: none"> • EN23 • Número e volume total de derrames significativos.
	<ul style="list-style-type: none"> • EN24 • Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia, e percentagem de resíduos transportados internacionalmente.
	<ul style="list-style-type: none"> • EN25 • Identificação, tamanho, estado de protecção e índice de biodiversidade relacionados e significativamente afectados por descargas de água e drenagem realizados pela organização relatora.
PRODUTOS E SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> • EN26 • Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactes.
	<ul style="list-style-type: none"> • EN27 • Percentagem de produtos e embalagens recuperadas em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.
CONFORMIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • EN28 • Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.
TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"> • EN29 • Impactes ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • EN30 • Total de investimentos e gastos em protecção ambiental, por tipo.

Tabela A. 2. Indicadores de Desempenho Económico (GRI, 2006)

INDICADORES DE DESEMENHO ECONÓMICO	
• ASPECTOS DE DESEMPENHO ECONÓMICO	<ul style="list-style-type: none"> • Desempenho económico
	<ul style="list-style-type: none"> • Presença no mercado
	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos económicos indirectos

Tabela A. 3. Indicadores de Desempenho Social (GRI, 2006)

INDICADORES DE DESEMENHO SOCIAL	ASPECTOS DE DESEMPENHO SOCIAL
• PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE	• Emprego
	• Relações entre os trabalhadores e a gerência
	• Saúde e segurança no trabalho
	• Formação e educação
	• Diversidade e igualdade de oportunidades
• DIREITOS HUMANOS	• Práticas de investimento e de processo de compra
	• Não discriminação
	• Liberdade de associação e negociação colectiva
	• Trabalho infantil
	• Trabalho forçado ou análogo ao escravo
	• Práticas de segurança
	• Direitos indígenas
• SOCIEDADE	• Comunidade
	• Corrupção
	• Políticas públicas
	• Concorrência desleal
	• Conformidade
• RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO	• Saúde e segurança do cliente
	• Rotulagem de produtos e serviços
	• Comunicações de marketing
	• Conformidade
	• Conformidade

ANEXO B.

**TABELAS RESUMO DA COMPONENTE
AMBIENTAL DOS RS**

Tabela B. 1. Apresentação das Empresas de acordo com os RS

Empresa	Águas Cavado	Águas Douro e Paiva	Amorim Imobiliária	BES	Brisa	EDP	Lipor	Millennium	PT	REN	Santander	Unicer	Valorsul
	Captação e tratamento de água	Captação e tratamento de água	Imobiliária	Banco	Auto-estradas	Energia e telecomuni.	Gestão de resíduos	Banco	Comunicações	Energia	Banco	Indústria	Gestão de resíduos
	Nacional	Nacional	Internacional	Internacional	Internacional	Internacional	Nacional	Internacional	Internacional	Nacional	Internacional	Nacional	Nacional
Sector de actividade	1º	1º	1º	2º	3º	2º	2º	1º	2º	1º	2º	2º	2ª
Internacionalização	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quantos Relatórios publicaram	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Relatórios elaborados segundo o GRI	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Verificação do Relatório	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Certificações	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Implementou ou pretende implementar a norma SA 8000	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

Tabela B. 2. Identificação e Quantificação das Partes Interessadas referidas nos RS

Partes Interessadas	Águas Cavado	Águas Douro e Paiva	Amorim Imobiliária	BES	Brisa	EDP	Lípor	Millennium	PT	REN	Santander	Unicer	Valorsul	Total %
Colaboradores	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
Fornecedores	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
Comunidade	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	92%
Clientes	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	85%
Accionistas / Investidores	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	77%
Autoridades / Entidades Governamentais, Concedente, Oficiais, Reguladoras e fiscalizadoras	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	69%
Sociedade civil					1	1	1	1	1	1	1	1	1	46%
Comunidade Financeira	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31%
Consumidores	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	31%
Média						1	1	1	1	1	1	1	1	23%
Empresas do Grupo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15%
Organizações sindicais / Comissão de trabalhadores												1		8%
Municípios													1	8%
REN													1	8%
Recicladores / Sociedade Ponto Verde													1	8%
Operadores rodoviários					1	1	1	1	1	1	1	1	1	8%
Medo Ambiente				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	8%
Lojistas / Visitantes / Habitantes / Ocupantes			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	8%

Tabela B. 3. Quantificação dos Indicadores e Acções Ambientais dos RS

Empresa	Águas Cavado	Águas Douro e Paiva	Amorim Imobiliária		BES	Brisa		EDP		Lipor		Millennium		PT		REN	Santander		Unicer		Valorsul		Total %		
			Acções	Indicadores		Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores		Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores		Acções	Indicadores
Aspectos GRI	Acções																							Acções	
	Indicadores																								Indicadores
Materiais	Acções	1	1	0	2	1	0	0	1	2	3	2	2	3	3	3	3	2	1	2	3	3	1	1	7%
	Indicadores	2	2	2	3	1	2	5	1	6	4	1	1	1	1	3	2	1	3	3	2	2	2	2	10%
Energia	Acções	5	4	1	2	0	1	2	1	1	2	3	1	0	1	1	1	0	0	0	7	0	1	0	8%
	Indicadores	1	2	0	2	0	0	2	2	0	1	0	1	0	2	3	3	0	0	0	1	0	0	0	11%
Água	Acções	5	4	6	8	2	3	14	10	12	14	6	3	4	6	7	6	3	4	7	12	10	14	32%	
	Indicadores	1	0	2	2	0	3	0	3	5	9	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	9%
Emissões, Efluentes e Resíduos	Acções	0	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	3%
	Indicadores	0	0	0	1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1%
Produtos e Serviços	Acções	3	2	3	6	0	2	0	7	2	10	0	3	1	8	1	13	0	9	0	8	0	1	26%	
	Indicadores	0	0	1	5	0	7	2	10	0	4	0	3	1	8	1	13	0	9	0	8	0	1	6%	
Conformidade	Acções	0	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3%
	Indicadores	0	0	0	1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2%
Transporte	Acções	3	2	3	6	0	2	0	7	2	10	0	3	1	8	1	13	0	9	0	8	0	1	26%	
	Indicadores	0	0	1	5	0	7	2	10	0	4	0	3	1	8	1	13	0	9	0	8	0	1	6%	
Geral																									
Total																							100%	100%	

Tabela B. 4. Quantificação dos Indicadores e Acções Ambientais dos RS, segundo o Aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos

Empresa	Águas Cavado	Águas Douro e Paiva	Amorim Imobiliária		BES		Brisa		EDP		Lipor		Millennium		PT		REN		Santander		Unicer		Valorsul		Total %
			Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	
Aspecto GRI: Emissões, Efluentes e Resíduos																									
Emissões	1	1	0	1	1	1	1	1	5	4	3	3	1	0	1	4	3	2	3	1	2	4	1	6	31% 25%
Efluentes	1	1	0	0	0	1	1	3	3	0	1	4	1	0	0	1	0	1	0	0	3	1	0	2	13% 16%
Resíduos	3	2	2	1	1	1	1	1	6	6	8	7	4	3	3	2	3	2	0	3	2	7	9	6	56% 59%
Total	5	4	2	2	1	2	3	14	14	10	12	14	6	3	4	7	6	3	4	7	12	10	14	100% 100%	
																									Total 100% 100%

Tabela B. 5. Quantificação dos Indicadores e Acções Ambientais dos RS, segundo o Aspecto Geral

Empresa	Águas Cavado	Águas Douro e Paiva	Amorim Imobiliária		BES		Brisa		EDP		Lipor		Millennium		PT		REN		Santander		Unicer		Valorsul		Total %		
			Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções	Indicadores	Acções
Ruído	1	1	1	0	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	1	0	0	0	18%	13%
Acções de sensibilização	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0%	9%	
Parecerias	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	2	0	4	0	1	0	1	0	0	0	0	0%	15%	
Fornecedores	0	0	2	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0%	10%	
Outros	2	1	1	1	3	0	1	0	2	8	3	0	1	5	1	5	1	5	0	5	0	6	0	1	82%	53%	
Total	3	2	6	1	5	0	2	0	7	2	10	4	0	3	1	8	1	13	0	9	0	8	0	1	100%	100%	
Total																							100%	100%			

Tabela B. 6. Quantificação das Ações de Prevenção e de Não Prevenção

Empresa	Águas Cavado	Águas Douro e Paiva	Amorim Imobiliária		BES	Brisa		EDP		Lípor		Millennium		PT		REN	Santander		Unicer	Valorsul		Total %
			Não Prevenção	Prevenção		Não Prevenção	Prevenção	Não Prevenção	Prevenção	Não Prevenção	Prevenção	Não Prevenção	Prevenção	Não Prevenção	Prevenção		Não Prevenção	Prevenção		Não Prevenção	Prevenção	
Aspectos GRI	Não Prevenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
	Prevenção	1	0	0	1	0	0	1	0	3	0	2	0	3	0	3	0	2	0	3	1	15%
Materiais	Não Prevenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3%
	Prevenção	2	0	0	1	0	1	1	1	1	3	1	0	1	0	2	0	3	0	2	1	12%
Energia	Não Prevenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5%
	Prevenção	1	0	0	0	0	1	1	1	2	0	3	0	0	0	1	0	0	4	3	0	9%
Água	Não Prevenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11%
	Prevenção	0	0	3	0	0	3	0	2	0	1	0	0	2	0	1	2	0	0	0	0	1%
Biodiversidade	Não Prevenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30%
	Prevenção	3	5	1	1	0	1	2	3	5	9	3	0	6	0	3	4	0	7	5	3	34%
Emissões, Efluentes e Resíduos	Não Prevenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3%
	Prevenção	1	0	0	2	1	1	2	3	0	8	0	1	0	0	0	0	0	0	0	4	15%
Produtos e Serviços	Não Prevenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3%
	Prevenção	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Conformidade	Não Prevenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5%
	Prevenção	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1%
Transporte	Não Prevenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3%
	Prevenção	0	0	3	1	1	1	4	6	0	4	0	3	5	3	10	6	3	5	3	0	39%
Geral	Não Prevenção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100%
	Prevenção	0	0	3	1	1	1	4	6	0	4	0	3	5	3	10	6	3	5	3	0	100%

ANEXO C.

**TABELAS RESUMO DAS ACÇÕES DE PREVENÇÃO
DA POLUIÇÃO DOS RS**

Tabela C. 1. Acções de Prevenção da Poluição da Águas do Cavado (Águas do Cavado, 2005).

ÁGUAS DO CAVADO S.A.	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do consumo de materiais subsidiários.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação do Plano de Racionalização de Energia; • Elaboração do Procedimento de Gestão de Energia.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de medidas de optimização do processo através da racionalização do consumo interno de água, optimização do processo de detecção de locais de perda, melhorias no método de quantificação das perdas.
BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> •
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de zonas específicas para o armazenamento temporário de resíduos perigosos e não perigosos; • Implementação de mecanismos de recolha selectiva nos vários locais de produção; • Colocação de bacias de retenção para o armazenamento de substâncias/produtos perigosos no estado líquido.
PRODUTOS E SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de campanhas para a racionalização dos consumos de água.
CONFORMIDADE	<ul style="list-style-type: none"> •
TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"> •
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> •

Tabela C. 2. Acções de Prevenção da Poluição da Águas do Douro e Paiva S.A. (Águas do Douro e Paiva, 2006)

ÁGUAS DO DOURO E PAIVA S.A.	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> •
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> •

ÁGUAS DO DOURO E PAIVA S.A.	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
ÁGUA	•
BIODIVERSIDADE	•
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Separação diferentes tipos de resíduos; • Diminuição das lamas produzidas através do aumento da captação de água em profundidade; • Incorporação das lamas num processo de fabrico de tijolos para a construção civil, a partir de 2006; • Sinalização dos locais de armazenamento dos resíduos, e no caso dos resíduos perigosos, os locais foram apetrechados com sistemas de controlo de derrame; • Sensibilização dos colaboradores para as vantagens da separação dos resíduos.
PRODUTOS E SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de campanhas de sensibilização para poupança de água; • Investimento em acções de I&D, dirigidos para a qualidade da água bruta, eficiência e eficácia dos processos de captação, tratamento e adução e garantia da qualidade.
CONFORMIDADE	•
TRANSPORTE	•
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de regras ambientais e sua inclusão nos contratos com Fornecedores; • Definição da educação ambiental como uma das vertentes principais da estratégia de RS; • Sensibilização dos colaboradores, para os riscos ambientais e de segurança e medidas de controlo disponíveis.

Tabela C. 3. Acções de Prevenção da Poluição da Amorim Imobiliária (Amorim Imobiliária, 2006)

AMORIM IMOBILIÁRIA	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção do consumo eficiente de materiais através da minimização dos desperdícios, separação do lixo e gestão dos resíduos; • Preocupação em seleccionar soluções e materiais construtivos amigos do

AMORIM IMOBILIÁRIA	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
	ambiente.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Analise das oportunidades para reduzir o consumo de energia e implementação de acções promotoras da sua eficiente utilização; • Investigação sobre novas soluções promotoras de maior eficiência energética; • Racionalização do ar condicionado.
ÁGUA	•
BIODIVERSIDADE	•
EMISSÕES, EFLUENTES RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria com empresas certificadas para o tratamento dos resíduos; • Implementação de uma rede de colectores nos parques de estacionamento e na zona da restauração, evitando derrames de óleo; • Prevenção, minimização e separação dos resíduos; • Separação selectiva de resíduos como papel, cartão, vidro, lata, madeira e óleo alimentar; • Existência de um Regulamento de recolha de resíduos em alguns casos, como são exemplo os toners e tinteiros; • Criação de zonas de lavagem de veiculos devidamente protegidas e adopção de sistemas de lavagem adequados e dotados de câmaras de decantação; • Criação de zonas de separação e recolha de entulho da obra, dotadas com contentores específicos.
PRODUTOS SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de produtos de construção com características promotoras da utilização racional de água; • Implementação de medidas e processos que integram as exigências da eficiência energética.
CONFORMIDADE	•
TRANSPORTE	•
GERAL	• Prevenção da poluição e ruído na fase de projecto.

Tabela C. 4. Acções de Prevenção da Poluição do BES (Banco Espírito Santo, 2006)

BES	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação da factura electrónica e outras medidas que visem a redução da utilização de papel.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento nas energias renováveis.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> •
BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> •
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de reciclagem para papel/cartão e tinteiros/toners.
PRODUTOS E SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do primeiro fundo de carbono de cariz nacional, conjuntamente com outros bancos; • Comercialização de fundos de investimento com preocupações éticas, ambientais e sociais.
CONFORMIDADE	<ul style="list-style-type: none"> •
TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"> •
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Obrigação dos fornecedores disporem de medidas para proteger o ambiente, respeitando a legislação, dispendo de controlos internos e tendo um responsável a nível interno nesta matéria.

Tabela C. 5. Acções de Prevenção da Poluição da Brisa (Brisa, 2006)

BRISA	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> •
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de novas tecnologias com maior eficiência energética, com efeitos positivos nas reduções de consumo, emissão e produção de resíduos.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de acções de redução das áreas regadas e optimização dos sistemas de rega instalados.

BRISA	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
BIODIVERSIDADE	•
EMISSIONES, EFLUENTES E RESÍDUOS	• Racionalização na gestão dos resíduos (redução, reutilização e valorização).
PRODUTOS E SERVIÇOS	• Adopção de técnicas inovadoras (técnicas de construção, escolha de materiais, equipamentos, entre outros) que permitem a redução de consumos de energia, água, combustíveis.
CONFORMIDADE	•
TRANSPORTE	•
GERAL	• Elaboração de um Manual de “Procedimentos Operacionais de Gestão Ambiental”, cujo cumprimento é obrigatório por parte dos adjudicatários das empreitadas de construção.

Tabela C. 6. Acções de Prevenção da Poluição da EDP (EDP, 2006)

EDP	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
MATERIAIS	• A EDP pretende colocar em exploração mais potência, através do recurso a origens renováveis e centrais tecnologicamente mais limpas.
ENERGIA	• Investimento em áreas de negocio relacionada com as energias renováveis, nomeadamente através do desenvolvimento de formas de produção de energia baseadas em energias renováveis.
ÁGUA	• Melhorar a eficiência dos consumos de água, implementando medidas de monitorização e redução do consumo.
BIODIVERSIDADE	•
EMISSIONES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Encontra-se em implementação uma estratégia de combate às alterações climáticas que passa pela diversificação da produção e pela aposta em fontes de energia renováveis; • Participação em Fundos de Carbono; • Pretende-se aplicar medidas de redução de produção de resíduos na sua origem, minimização de resíduos perigosos e recuperação de desperdícios

EDP	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> de materiais; • Construção de bacias de retenção de óleo e de caixas separadoras de óleo/água para transformadores em várias infra-estruturas.
PRODUTOS E SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento de um Guia de eficiência energética; • Acções de sensibilização para a utilização racional de energia; • Promoção do desenvolvimento de tecnologias energéticas mais limpas e eficientes.
CONFORMIDADE	<ul style="list-style-type: none"> •
TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"> • Minimização dos impactes da frota automóvel, através da renovação da frota, nomeadamente por veículos com tecnologias menos poluentes (a EDP tem ao serviço uma pequena frota de veículos híbridos em fase de teste).
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuição para o 3º Relatório Global, com projectos que se enquadram na área das Energias Renováveis, “Fuel Switching” e Nova Capacidade de Produção Térmica, que conduziram a uma efectiva redução de emissões; • Diversas iniciativas de sensibilização da sociedade para os problemas das alterações climáticas e da eficiência energética; • Implementação de uma estratégia de combate às alterações climáticas; • Participação em iniciativas que contribuam para a preservação do Ambiente.

Tabela C. 7. Acções de Prevenção da Poluição da Lipor (Lipor, 2006)

LIPOR	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da utilização de papel; • Realização de acções de sensibilização para a utilização das folhas para rascunho e para moderação das impressões; • Acções de sensibilização internas para a poupança de recursos.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Aposta na sensibilização para a utilização da lotação completa e da carga máxima das viaturas.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de campanhas internas para a sensibilização da poupança de água; • Adopção de soluções para a reutilização de água na CVE.

LIPOR	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
BIODIVERSIDADE	•
EMISSÕES, EFLUENTES RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Tinteiros reencaminhados para valorização; • Separação das águas pluviais do restante efluente para a diminuição das quantidades de lixiviados; • A CVO dispõe de recolha de águas pluviais na cobertura, enquanto no interior da instalação todas as águas de processo e provenientes da zona de recepção dos resíduos são recirculadas através dum circuito específico de recolha; • Na CVO os metais ferrosos são encaminhados para reciclagem, enquanto os restantes rejeitados são encaminhados para o Pólo da Lipor II; • Na CVO, os óleos minerais são enviados para instalações de tratamento autorizadas.
PRODUTOS SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de campanhas de sensibilização e promoção de “boas práticas” na gestão dos resíduos; • Ecofone é um serviço gratuito de recolha selectiva de resíduos (papel/cartão, vidro e embalagens de plástico e metal) ao domicílio; • O projecto Minhoteiras envolve a recolha selectiva, semanal, na Zona Industrial de Minhoteiras; • Recolha selectiva dos resíduos de Construção e Demolição, com possibilidade de valorização; • Melhoria do aumento dos circuitos de recolha selectiva da fracção biodegradável; • Implementação de um projecto-piloto de recolha selectiva de resíduos orgânicos nos domicílios; • Os resíduos verdes são recolhidos nos ecocentros, entregues nas instalações da Lipor por entidades privadas do sector da jardinagem, ou recolhidos nos cemitérios; • Desenvolvimento de projectos que respondam às necessidades específicas dos cidadãos e das empresas, com vista à melhoria do serviço prestado à comunidade e ao aumento das quantidades de materiais enviados para a reciclagem.
CONFORMIDADE	•
TRANSPORTE	•

LIPOR	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
GERAL	•

Tabela C. 8. Acções de Prevenção da Poluição do Millennium bcp (Millennium bcp, 2006)

MILLENNIUM bcp	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Desmaterialização dos impressos; • Redução do n.º de impressões de extractos.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de acções para melhorar a eficiência energética, através da monitorização dos consumos de energia eléctrica e gás.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • No Tagusparque existe um sistema de drenagem, recolha e bombagem para reaproveitamento de excedentes de água de rega; • Sensibilização dos colaboradores para a poupança de água; • Detecção de discrepâncias de consumos ocasionadas por fugas ou desperdícios de água e pela instalação de mecanismos de poupança.
BIODIVERSIDADE	•
EMISSÕES, EFLUENTES RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Nos locais de maior produção, os resíduos de papel e cartão, bem como os equipamentos obsoletos, são recolhidos por operadores autorizados pelo Instituto dos Resíduos; • Deposição dos resíduos de plástico, provenientes de alguns edifícios e armazéns, em ecopontos; • Recolha de tinteiros e toners usados e reencaminhamento para valorização.
PRODUTOS SERVIÇOS	•
CONFORMIDADE	•
TRANSPORTE	•
GERAL	•

Tabela C. 9. Acções de Prevenção da Poluição da PT (Portugal Telecom, 2006)

PT	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Reutilização de materiais de comunicação, que passaram a ser transformados noutras peças utilitárias (ex: capas de blocos de papel, malas, etc); • Disponibilização da factura electrónica, com vista à redução do consumo de papel; • Campanhas de redução do consumo de papel.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de sensores de iluminação em várias áreas do edifício.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> •
BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> •
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Associação à Sociedade Ponto Verde para a gestão de resíduos de embalagens; • Reciclagem dos cabos de comunicação; • Dinamização do programa de trocas, com vista à promoção da reutilização e reciclagem de telemóveis; • Colocação de unidades de recolha de pilhas usadas nas instalações do edifício; • Campanha de separação e encaminhamento de resíduos; • Em conjunto com a AMI preparou uma acção de recolha e envio para reciclagem de equipamentos acessórios de informática, revertendo os fundos resultantes da revenda, para acções de solidariedade.
PRODUTOS E SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> •
CONFORMIDADE	<ul style="list-style-type: none"> •
TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"> •
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de campanhas de sensibilização junto dos colaboradores e não só, como é exemplo do projecto “Praia Limpa, Praia Segura”; • Existência de casos em que foram alterados os traçados aéreos por subterrâneos de modo a reduzir o impacte paisagístico; • Privilégio da partilha de infra-estruturas, em detrimento da criação de novas.

Tabela C. 10. Acções de Prevenção da Poluição da REN (Rede Eléctrica Nacional S.A., 2006)

REN	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de medidas de minimização do consumo de recursos como papel; • Uso de papel reciclado para documentos internos; • Consumo de desperdícios da indústria têxtil nas diversas actividades de manutenção da empresa.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção das energias renováveis e da eficiência energética; • Implementação de medidas de minimização do consumo de recursos como energia.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de medidas de minimização do consumo de recursos como água.
BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Protecção da avifauna através do estabelecimento de traçados com menor impacte ambiental.
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição programada de equipamentos de refrigeração que contêm CFC e HCFC; • Os resíduos são armazenados e recolhidos por operadores licenciados, sendo dada preferência à reutilização e reciclagem; • Existência de uma política de reutilização de equipamentos informáticos já amortizados (ex: doação a escolas).
PRODUTOS E SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> •
CONFORMIDADE	<ul style="list-style-type: none"> •
TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"> •
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de cláusulas especiais e especificações técnicas nos contratos com os principais prestadores de serviços, com o objectivo de garantir a minimização do impacte ambiental da sua actividade; • Realização de acções de formação e sensibilização aos seus colaboradores e prestadores de serviços, cuja actividade possa ter impacte significativo no ambiente; • Publicação de Relatórios e brochuras de sensibilização ambiental, de que é exemplo o “Manual de Boas Práticas Ambientais”.

Tabela C. 11. Acções de Prevenção da Poluição do Santander Totta (Santander Totta, 2006).

SANTANDER TOTTA	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Todo o papel utilizado é 100% livre de cloro ou outras substâncias de branqueamento; • Instalação de equipamentos que permitem a redução da utilização de papel.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de um sistema de gestão técnica centralizada para os principais sistemas eléctricos e electromecânicos, para maior eficiência energética; • Utilização de lâmpadas de baixo consumo em todas as instalações; • Utilização de balastros electrónicos nas armaduras de iluminação que permitem a redução do consumo de energia.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> •
BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> •
EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • O papel e embalagens são enviados para empresas especializados na sua reciclagem; • Criação de um plano de recolha e reciclagem de baterias por uma empresa especializada; • Reciclagem ou doação do material dos balcões remodelados; • Substituição dos aparelhos de ar condicionado por outros que não contenham CFC's.
PRODUTOS E SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> •
CONFORMIDADE	<ul style="list-style-type: none"> •
TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"> •
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Abolição do sistema de revelação de documentos por microfilmagem que consumia vários tipos de substâncias perigosas; • Realização de acções de formação; • Introdução do impacte ambiental como variável na análise do risco associado ao crédito concedido.

Tabela C. 12. Acções de Prevenção da Poluição da Unicer (Unicer – Bebidas de Portugal, SGPS, SA., 2006)

UNICER	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um circuito de recolha das embalagens de tara retornável; • Desenvolvimento de esforços junto dos fornecedores de embalagens, no sentido de reduzir a incorporação de materiais nas mesmas; • Utilização dos subprodutos, resultantes de vários processos, para alimento de animais e para valorização em processos de destilação.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Produção sustentável de energia através de cogeração; • Implementação do projecto Greenlight.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de objectivos e metas de consumo; • Optimização dos consumos nos processos auxiliares; • Sensibilização e responsabilização dos colaboradores, incluindo um sistema de avaliação destes, no que respeita à política de minimização dos consumos de água; • Diminuição do consumo de água global e aumento da taxa de recuperação.
BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> •
EMISSIONES, EFLUENTES E RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Acordo com a Sociedade Ponto Verde, transferindo para esta a responsabilidade pela recolha das embalagens em fim de vida; • Controlo da qualidade dos combustíveis, sobretudo no que respeita ao dióxido de enxofre; • Processos de recuperação de CO₂ implementados em todos os centros de produção de cervejas, que depois de tratado é utilizado noutros processos; • Promoção da redução de resíduos, através da maximização da eficiência dos processos produtivos; • Redução da perigosidade dos resíduos, evitando ou minimizando, sempre que possível, a sua utilização; • Promoção da valorização de resíduos, adoptando boas práticas de separação, triagem e acondicionamento; • Adesão ao projecto “OPERAÇÃO RESTAURAÇÃO 5 ESTRELAS”, que visa a gestão de resíduos biodegradáveis, para encaminhamento para a CVO da Lipor.
PRODUTOS E SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> •
CONFORMIDADE	<ul style="list-style-type: none"> •

UNICER	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
TRANSPORTE	<ul style="list-style-type: none"> •
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> • Adopção das melhores tecnologias disponíveis e das melhores práticas de gestão, optimizando o consumo de recursos naturais e a minimização da poluição na origem; • Orientação da actuação ambiental no sentido de promover a melhoria contínua dos aspectos ambientais significativos; • Os fornecedores são submetidos a processos de selecção e aprovação, sendo efectuadas auditorias.

Tabela C. 13. Acções de Prevenção da Poluição da Valorsul (Valorsul, 2006)

VALORSUL	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
MATERIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do consumo de papel, através da utilização do sistema informático.
ENERGIA	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de energia eléctrica através da incineração e valorização orgânica dos resíduos.
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> •
BIODIVERSIDADE	<ul style="list-style-type: none"> •
EMISSIONES, EFLUENTES RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none"> • Início da operação da Estação de Tratamento e Valorização Orgânica, com o lançamento do programa de recolha de resíduos orgânicos em grandes produtores; • Formalização da recolha selectiva de pilhas e baterias; • Adesão ao Projecto de Reciclagem da AMI com recolha de consumíveis informáticos e telemóveis.
PRODUTOS SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da reciclagem através de acções de sensibilização e programas educativos; • Implementação de campanhas de incentivo á deposição selectiva; • Implementação de campanhas de sensibilização ambiental; • Implementação de acções de sensibilização a grandes produtores de matéria

VALORSUL	
ASPECTOS	ACÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO
	orgânica.
CONFORMIDADE	•
TRANSPORTE	•
GERAL	•